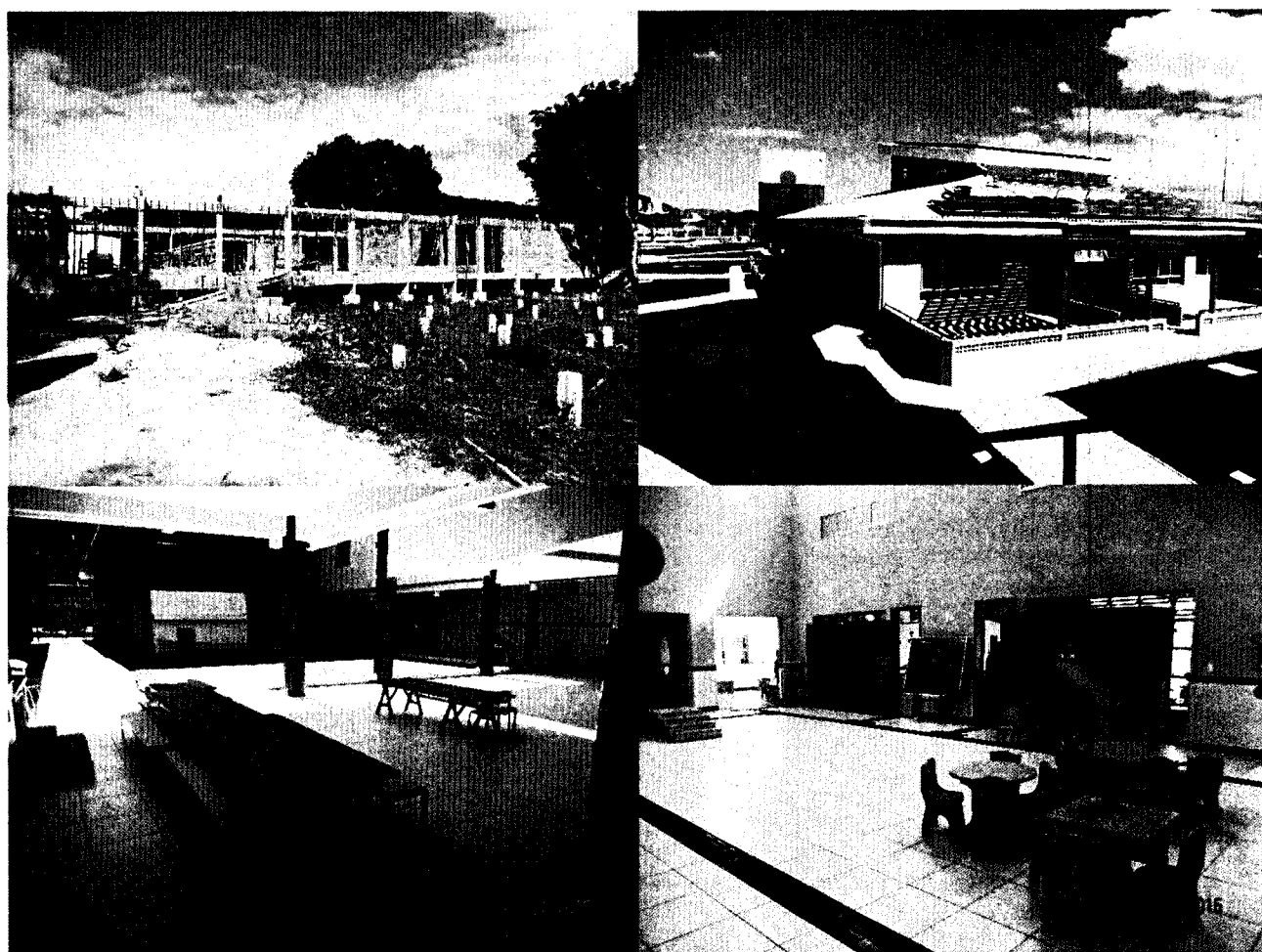




**ESTADO DE SANTA CATARINA  
TRIBUNAL DE CONTAS  
DIRETORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA NO PROJETO DE EXPANSÃO E  
APERFEIÇOAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO  
FUNDAMENTAL EM FLORIANÓPOLIS**

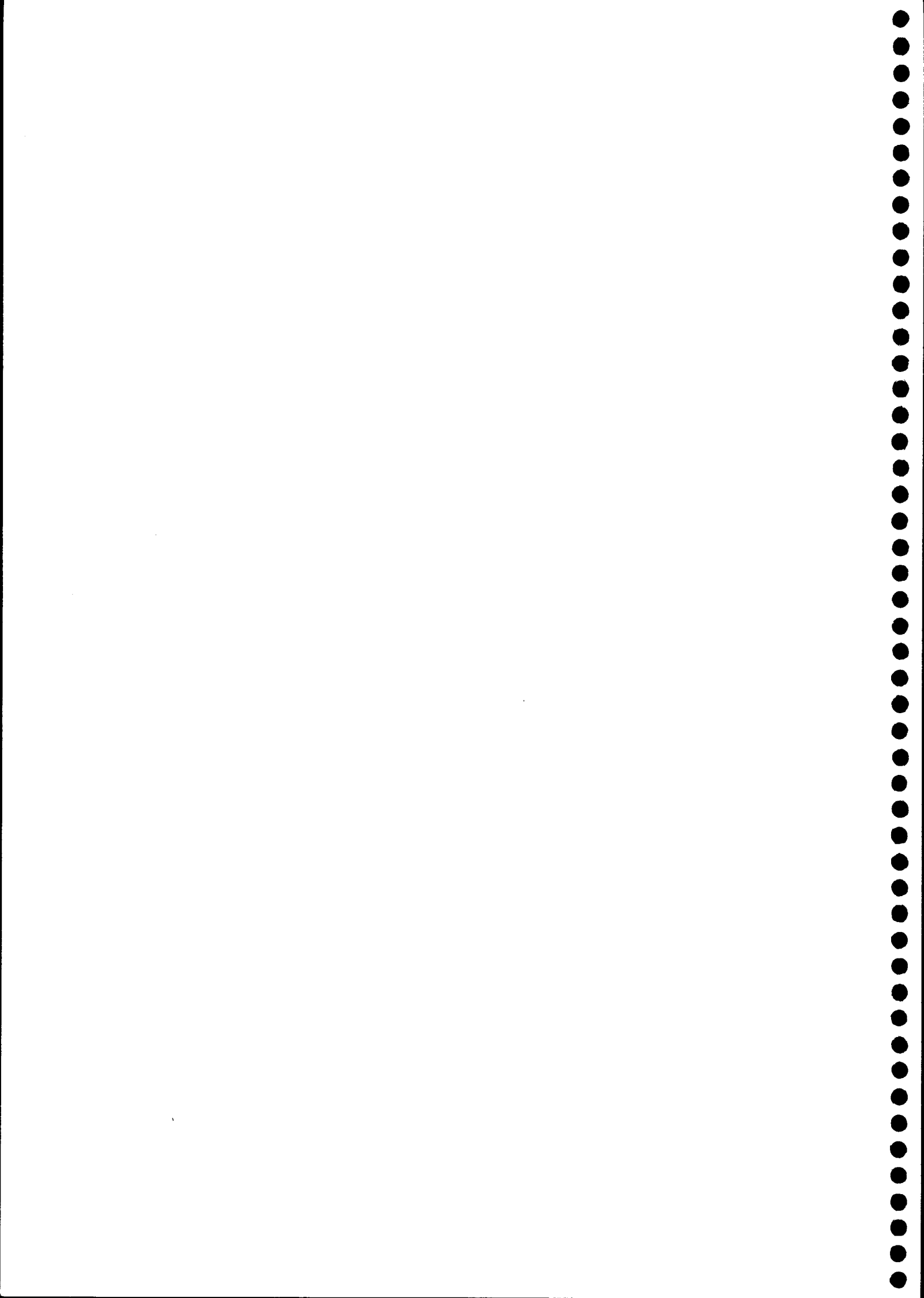


**PERÍODO DE 2012 A 2014  
(PRIMEIRO RELATÓRIO)**

**BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)**

**MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS**

**CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 3079/OC-BR**



# **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

## **CONSELHEIROS**

Luiz Roberto Herbst, Presidente  
Adircélio de Moraes Ferreira Junior, Vice-Presidente  
César Filomeno Fontes, Corregedor Geral  
Herneus João de Nadal  
Julio César Garcia  
Luiz Eduardo Cheren  
Wilson Rogério Wan-Dall

## **AUDITORES**

Cleber Muniz Gavi  
Gerson dos Santos Sicca  
Sabrina Nunes Locken

## **MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE/SC**

Aderson Flores, Procurador-Geral

## **DIRETOR GERAL DE CONTROLE EXTERNO**

Carlos Tramontin

## **DIRETOR DE ATIVIDADES ESPECIAIS**

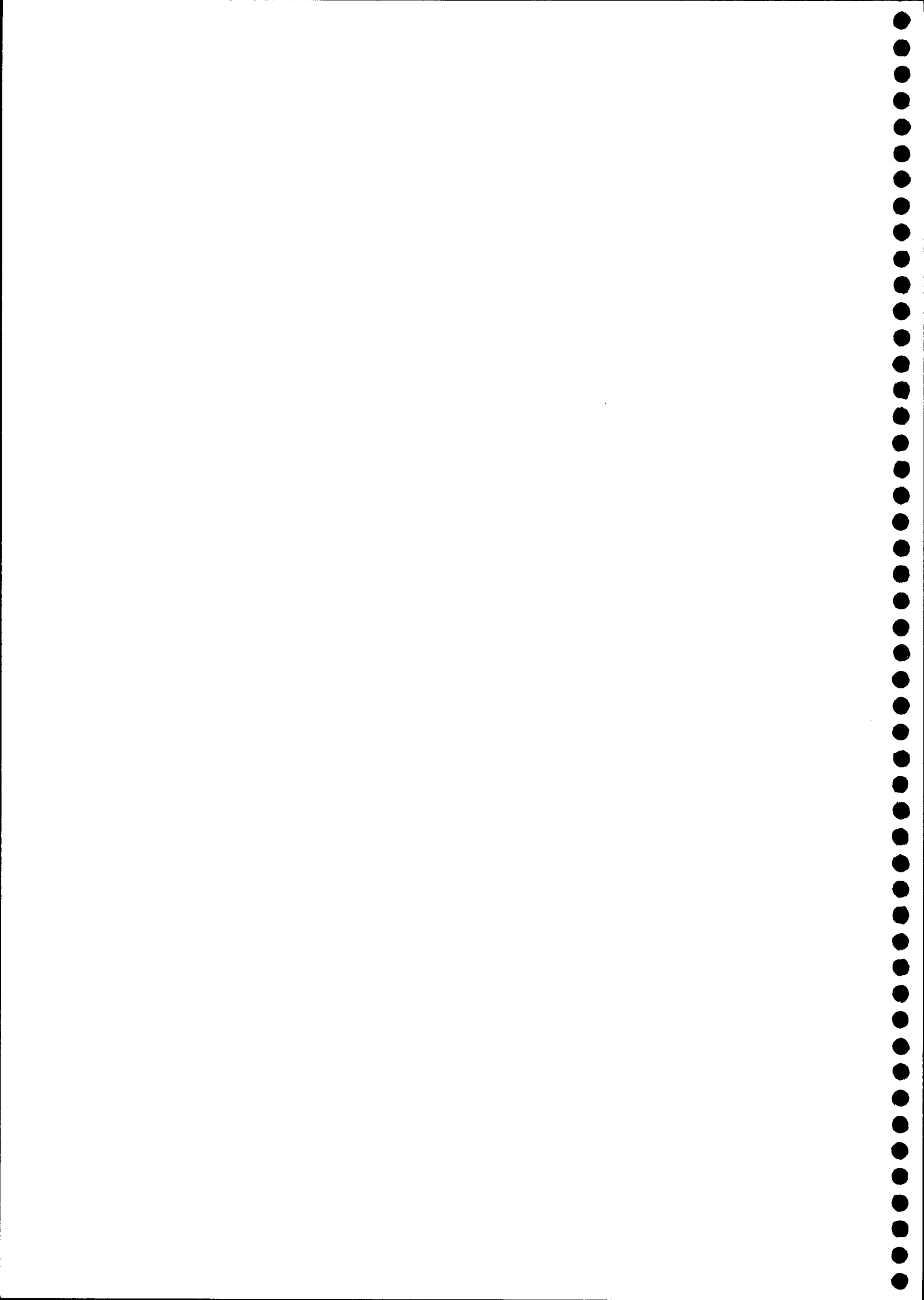
Roberto Silveira Fleischmann

## **EQUIPE DE AUDITORIA**

Antônio César Maliceski  
Luciana Maria de Souza  
Luiz Alexandre Steinbach  
Mirian Teresinha Demonti Rosa  
Nelson Costa Junior, Chefe de Divisão

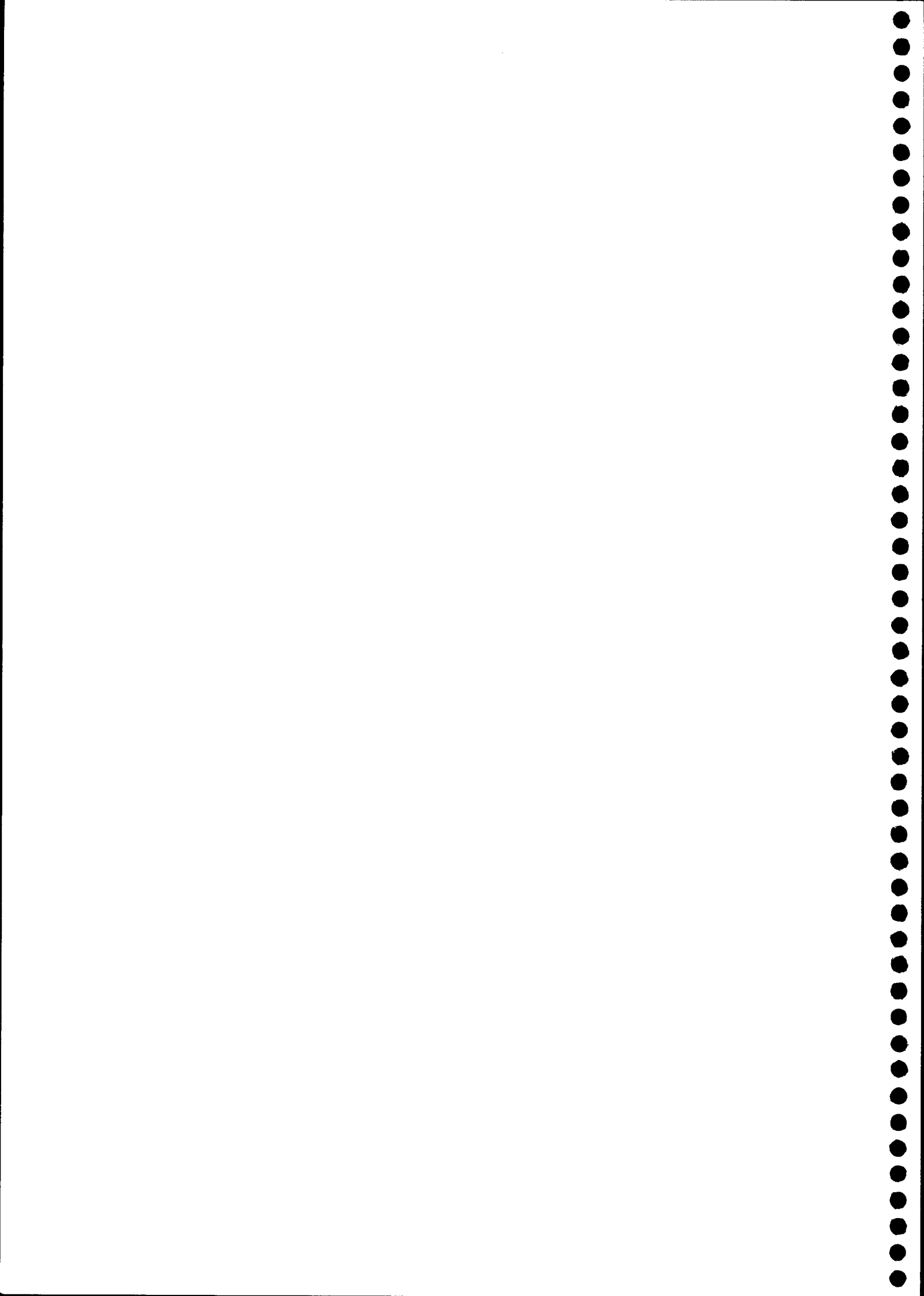
## **PERÍODO DE REALIZAÇÃO**

Maio de 2015



## SUMÁRIO

Sumário Executivo .....	3
Lista de Siglas .....	5
Relatório dos Auditores sobre as Demonstrações Financeiras .....	7
Demonstrações Financeiras .....	10
Notas Explicativas .....	14
Relatório dos Auditores sobre o Cumprimento das Cláusulas Contratuais de Caráter Contábil e Financeiro e do Regulamento Operacional do Projeto Associado à Auditoria das Demonstrações Financeiras .....	18
Relatório dos Auditores sobre o Sistema de Controle Interno Associado à Auditoria das Demonstrações Financeiras .....	37
1. Controle interno do Projeto.....	40
1.1. Entendimento da Unidade .....	40
2. Componentes do Controle Interno .....	43
2.1. Ambiente de Controle .....	43
2.2. Avaliação de Riscos .....	44
2.3. Atividades de Controle .....	44
2.4. Informações e Comunicações .....	47
2.5. Monitoramento .....	48
3. Carta Gerencial .....	49
3.1. Identificação da Existência de Litígios e/ou Reclamações .....	49
3.2. Achados de Auditoria .....	49
4. Resumo das Recomendações da Auditoria do Período 2012 a 2014 ...	52
Glossário de Termos e Expressões .....	53
Apêndice .....	55
Liquidação das Despesas	



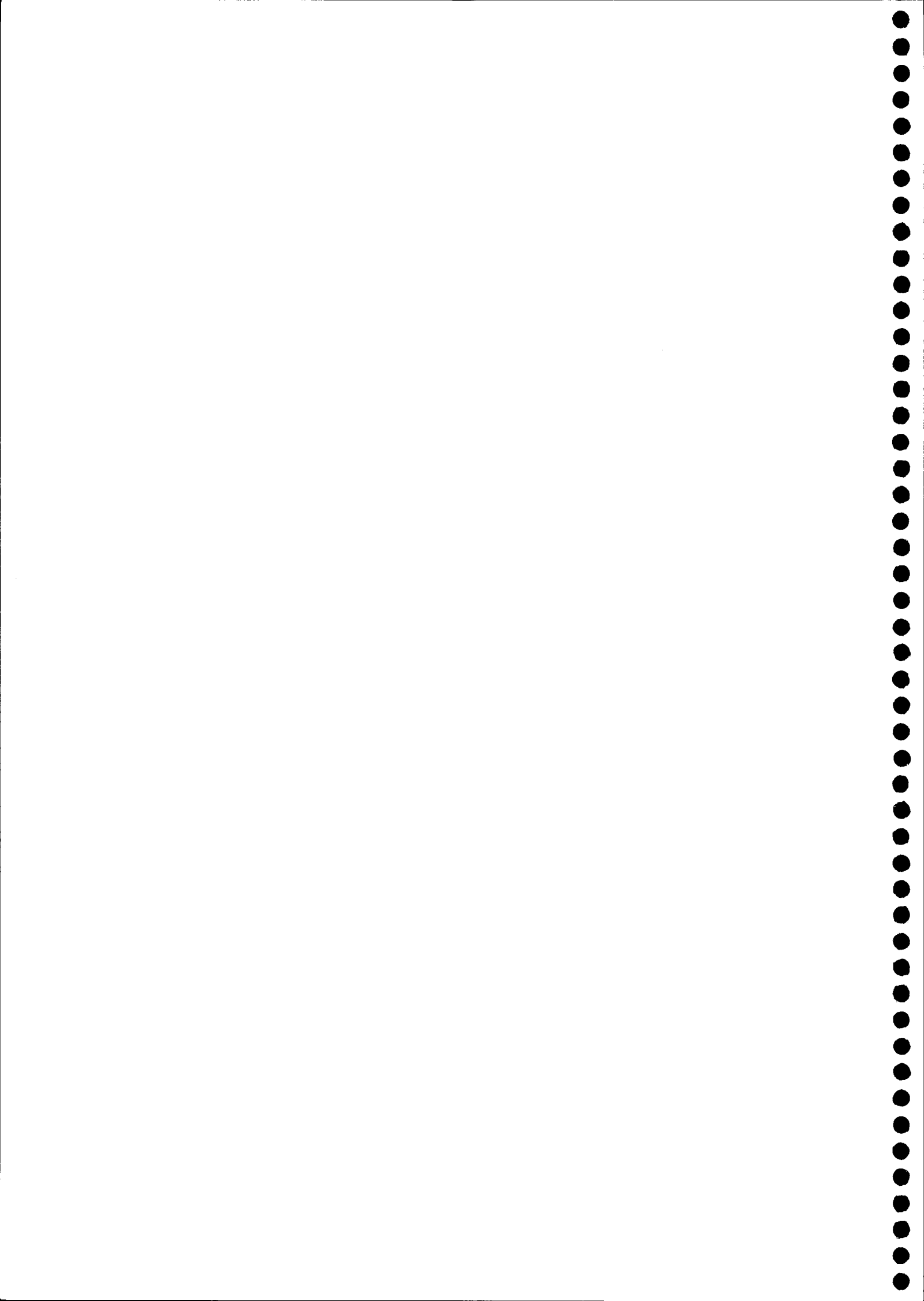
## SUMÁRIO EXECUTIVO

### 1. Informações da Unidade

Natureza do Trabalho:	Auditoria Financeira do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis
Período Auditado:	2012 a 2014
Unidades Auditadas:	Assessoria Especial (AE) Secretaria Municipal de Educação (SME) Diretoria de Infraestrutura da SME Diretoria de Administração de Pessoal da SME Diretoria Administrativa e Financeira da SME Secretaria Municipal da Fazenda Diretoria de Licitações e Contratos (Secretaria Municipal de Administração) Secretaria Executiva de Controle Interno e Ouvidoria

### 2. Identificação do Projeto

Projeto:	Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis
Objetivo:	Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade da Educação Infantil (EI) e do Ensino Fundamental (EF) da rede municipal de Florianópolis, assegurando o desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas de seus estudantes, por meio do acesso a serviços de jornada integral.
Contrato de Empréstimo:	BID Nº 3079/OC-BR
Recursos Envolvidos:	US\$ 118.430.000,00 (cento e dezoito milhões quatrocentos e trinta mil dólares)
Gestor da AE:	Sidney Gaspar de Oliveira – Assessora Especial do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis

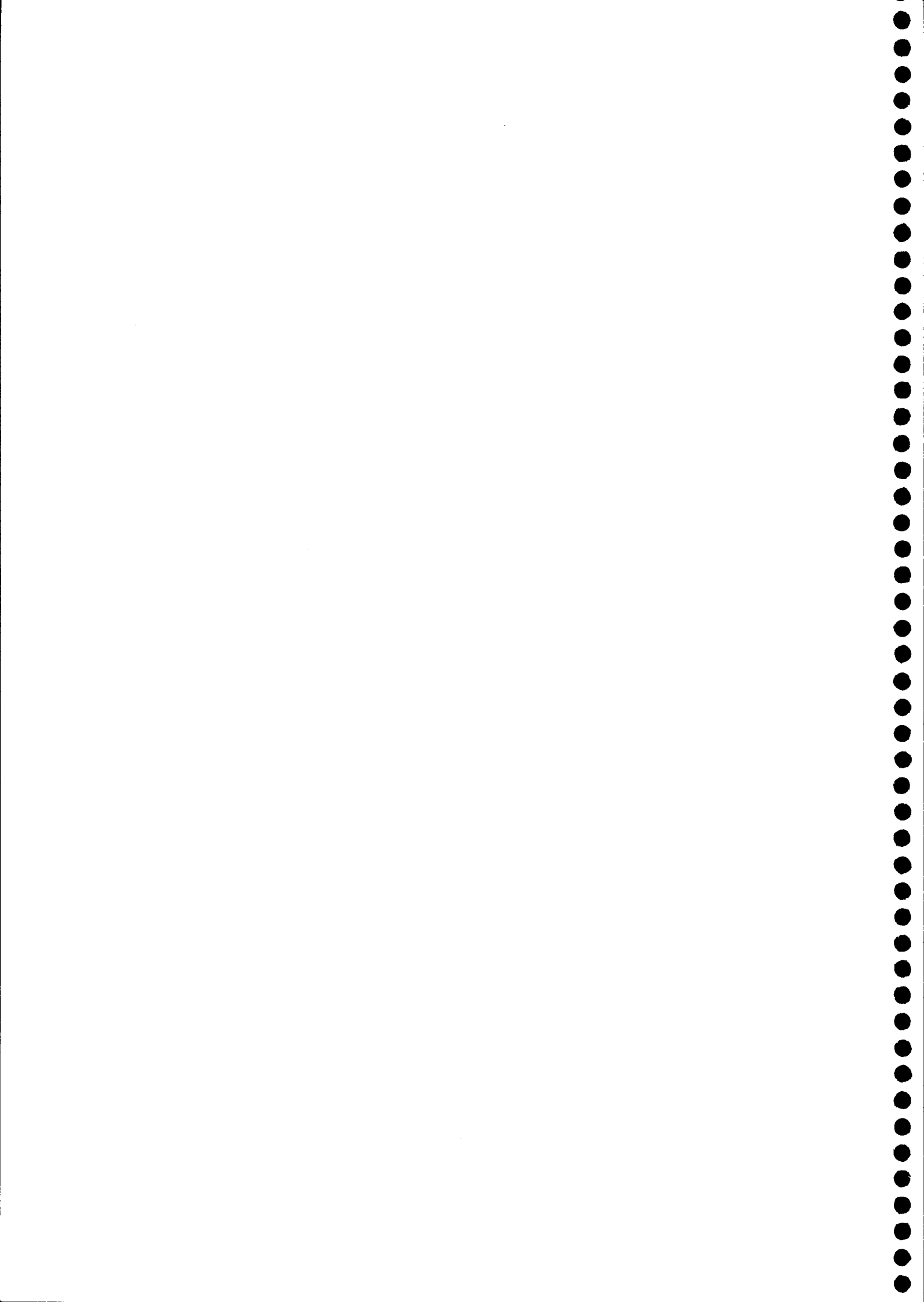


### 3. Escopo da Auditoria

A auditoria foi realizada em conformidade com as Normas Internacionais e Brasileiras de Auditoria e segundo as orientações estabelecidas nas Guias de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa das Operações Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – Dezembro de 2009.

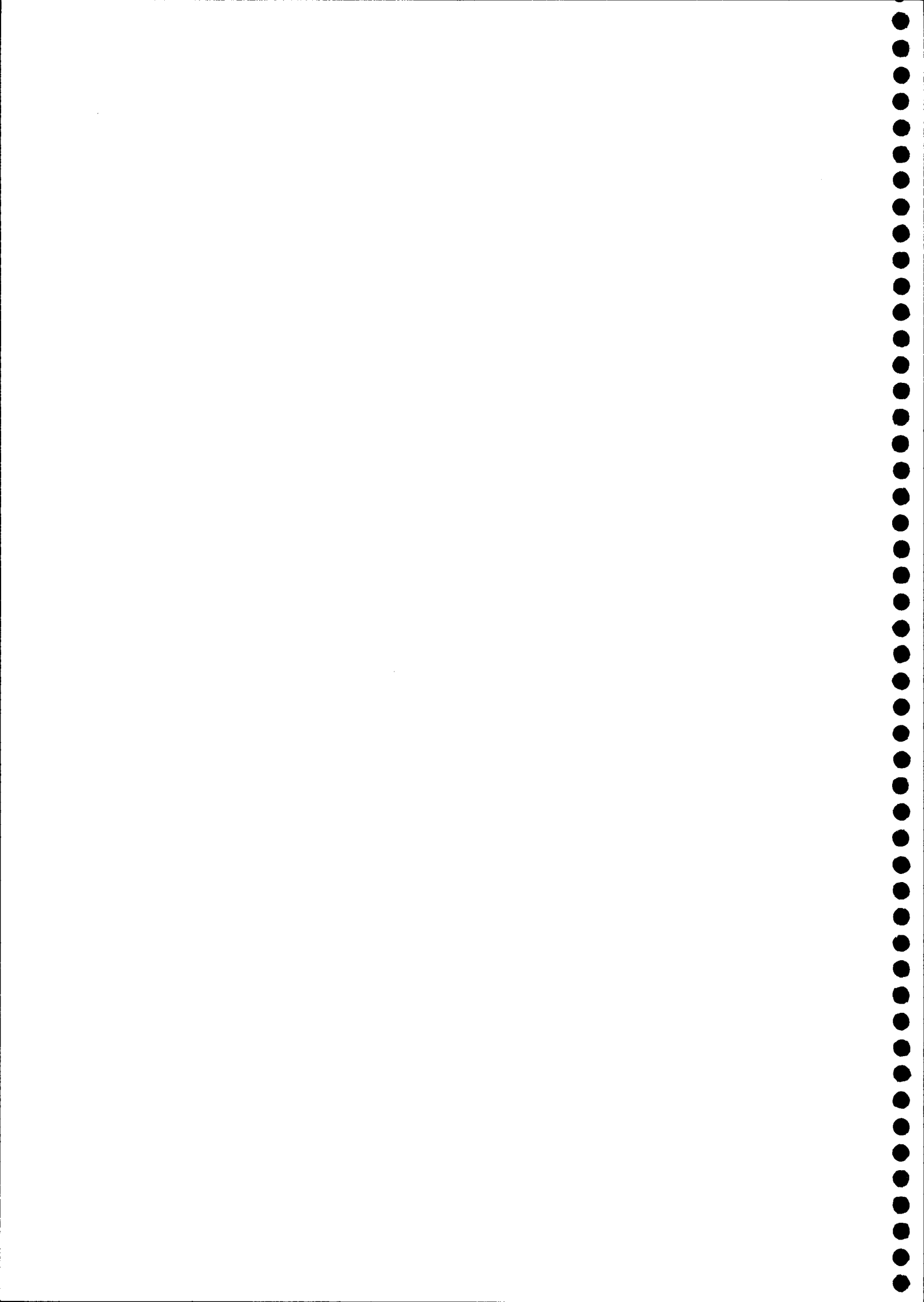
Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve o exame, sob uma base de provas, para obtenção de evidência de auditoria a respeito dos valores e divulgações nas Demonstrações Financeiras. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação dos princípios contábeis aplicados e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

Na auditoria relativa ao período de 2012 a 2014 foi realizada a avaliação da confiabilidade dos procedimentos contábeis e administrativos e dos controles internos, o exame da documentação comprobatória de 100% das origens, a revisão de 36,28% (amostra) dos processos de liquidação e pagamentos de despesas, o exame dos processos licitatórios concluídos (amostra) e a verificação do cumprimento das cláusulas contratuais de caráter contábil-financeiro-gerencial, leis e disposições oficiais pertinentes às operações realizadas.

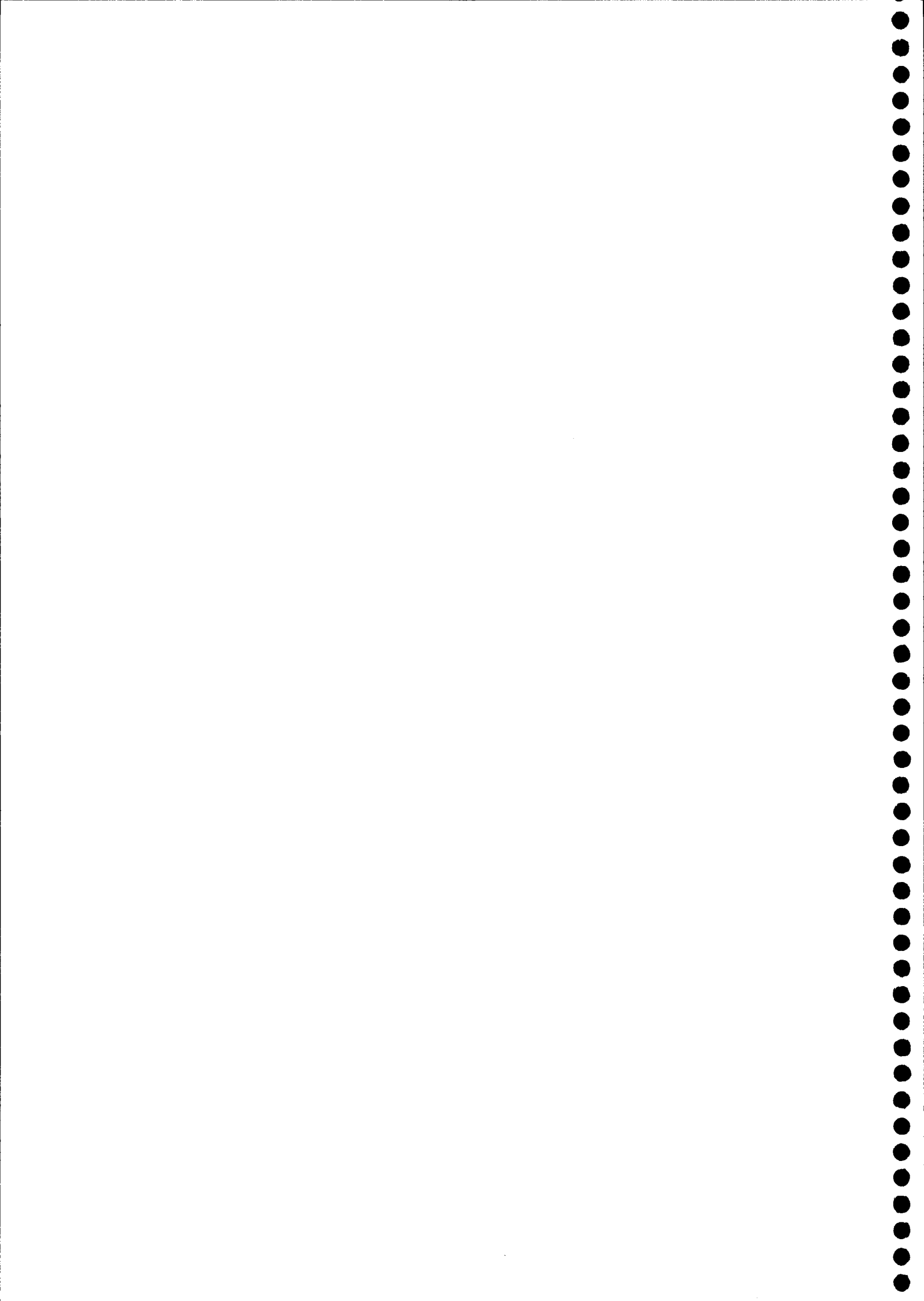


## LISTA DE SIGLAS

<b>AE</b>	Assessoria Especial do Projeto
<b>BB</b>	Banco do Brasil
<b>BID/Banco</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento
<b>CC</b>	Concorrência
<b>CEL</b>	Comissão Especial de Licitação
<b>CFC</b>	Conselho Federal de Contabilidade
<b>CIASC</b>	Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina
<b>DAE</b>	Diretoria de Atividades Especiais – TCE/SC
<b>DIAF</b>	Diretoria Administrativa e Financeira
<b>EF</b>	Ensino Fundamental
<b>EI</b>	Educação Infantil
<b>GCI</b>	Gerência de Controle Interno
<b>GN-2349-9</b>	Políticas para a aquisição de obras e bens financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, datado de março de 2011, denominado “Políticas de Aquisições”
<b>GN-2350-9</b>	Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, datado de março de 2011, denominado “Políticas de Consultores”
<b>IFAC</b>	Federação Internacional de Contadores
<b>INTOSAI</b>	Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização
<b>LPN</b>	Licitação Pública Nacional
<b>P.A.</b>	Plano de Aquisições
<b>PGFN</b>	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
<b>PMF</b>	Prefeitura Municipal de Florianópolis
<b>PMR</b>	Plano de Monitoramento de Riscos
<b>POA</b>	Plano Operacional Anual
<b>R\$</b>	Real (moeda brasileira)
<b>ROP</b>	Regulamento Operacional do Programa
<b>SCI</b>	Seleção de Consultor Individual



<b>SDP</b>	Solicitação de Proposta
<b>SME</b>	Secretaria Municipal de Educação
<b>TCE</b>	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
<b>TP</b>	Tomada de Preços
<b>UCP</b>	Unidade de Coordenação do Programa
<b>US\$</b>	Dólar dos Estados Unidos da América do Norte



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**DIRETORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS (DAE)**

**AUDITORIA DO PROJETO DE EXPANSÃO E APERFEIÇOAMENTO DA  
EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL EM  
FLORIANÓPOLIS**

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Ao Município de Florianópolis**

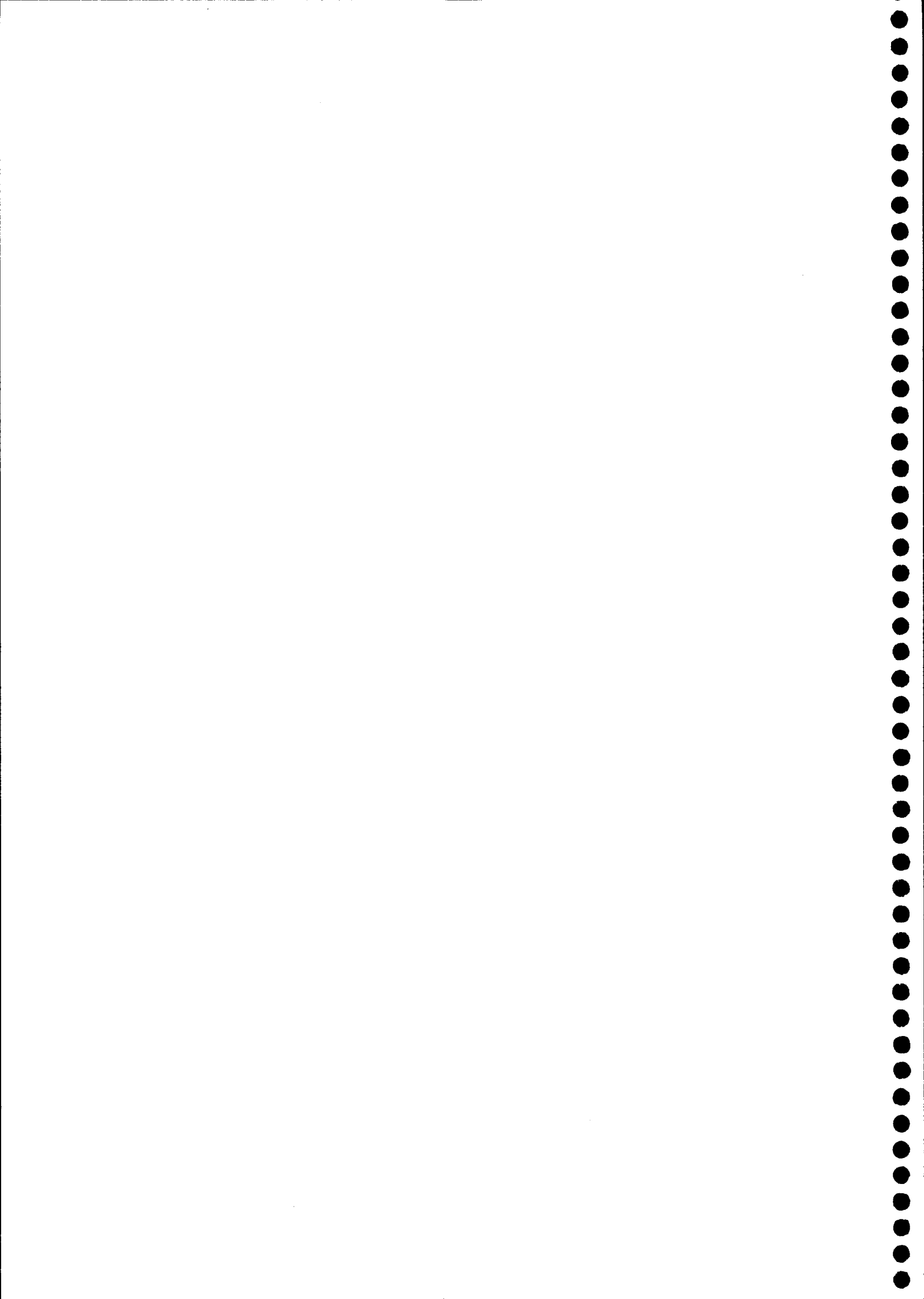
**Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino  
Fundamental em Florianópolis**

### **Relatório sobre as Demonstrações Financeiras**

Examinamos as Demonstrações Financeiras anexas do Município de Florianópolis, que compreendem a Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2014 e a Demonstração de Investimentos Acumulados em 31 de dezembro de 2014, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas, correspondentes ao Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo Nº 3079/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com aportes do Município de Florianópolis.

### **Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras**

A administração do Projeto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as cláusulas do Contrato de Empréstimo nº 3079/OC-BR e com as orientações estabelecidas nas Guias de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa das Operações Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – Dezembro de 2009, bem como pelos controles internos que considerou como necessários para que essas



demonstrações estejam livres de distorção relevante, causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade do Auditor**

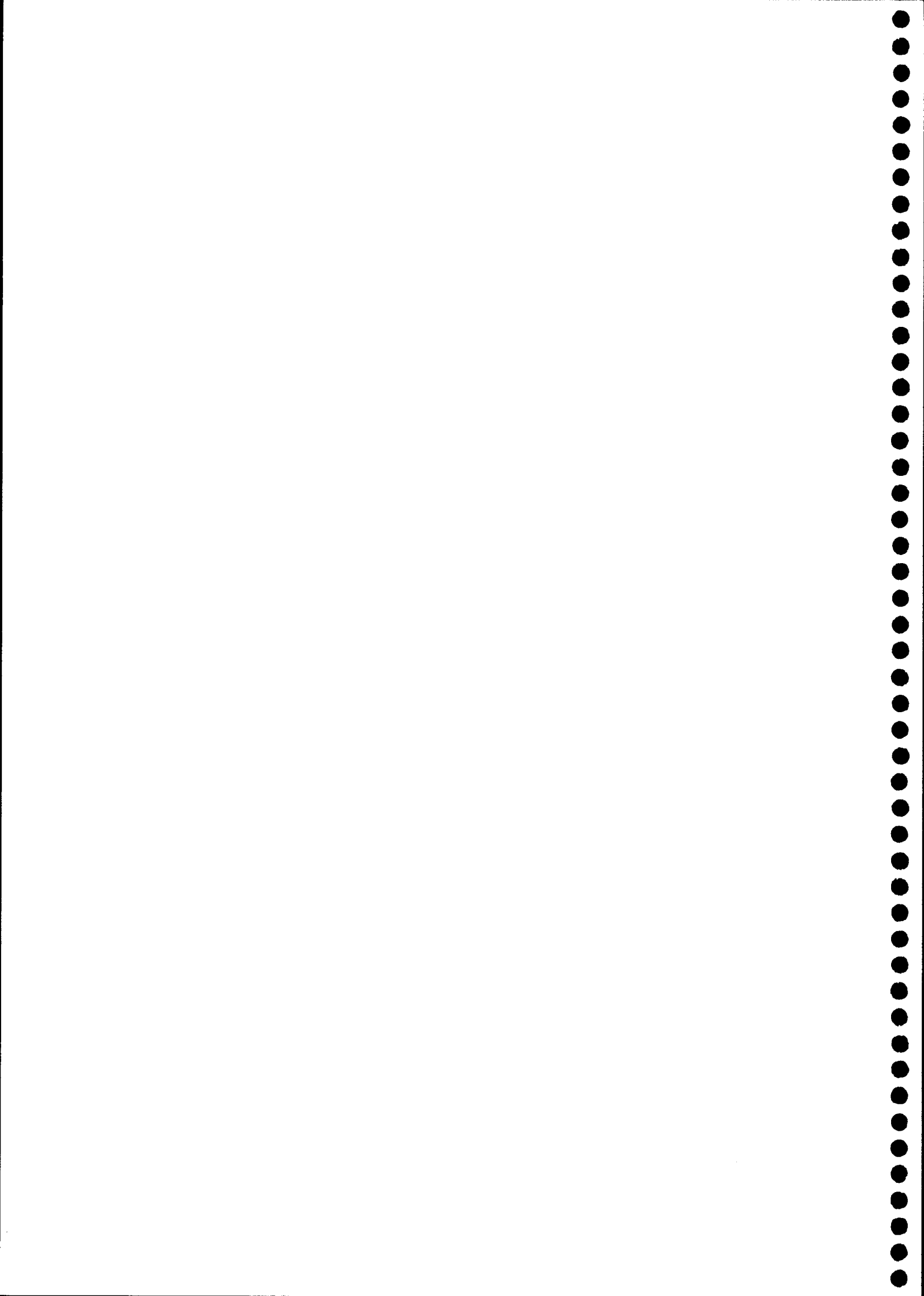
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com os requisitos de auditoria previstos no contrato de empréstimo e com as normas internacionais de auditoria da Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização – INTOSAI e da Federação Internacional de Contadores (IFAC), incorporadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Projeto, com vistas a planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a conversão dos valores



executados em moeda nacional para Dólares dos Estados Unidos, os fundos recebidos, os desembolsos efetuados e os investimentos acumulados do Projeto, em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os requisitos financeiros estabelecidos no mencionado contrato de empréstimo

### Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o item 2.1 das Notas Explicativas, que indica o regime de Caixa como base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. Registra-se que as despesas pagas antes da assinatura do Contrato (despesas retroativas) foram apropriadas às demonstrações financeiras com base nas comprovações de gastos encaminhadas ao Banco, situação que difere do regime apontado no item 2.1 das citadas notas explicativas. Assim sendo, uma vez que tais demonstrações financeiras foram elaboradas para auxiliar a administração do Projeto a demonstrar o cumprimento das disposições do Contrato de Empréstimo, tais demonstrativos podem não servir para outras finalidades.

Florianópolis, 30 de abril de 2015.

  
**ANTÔNIO CÉSAR MALICESKI**  
Auditor Fiscal de Controle Externo

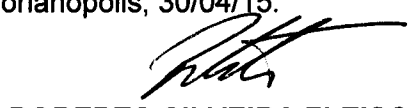
  
**LUCIANA MARIA DE SOUZA**  
Auditora Fiscal de Controle Externo

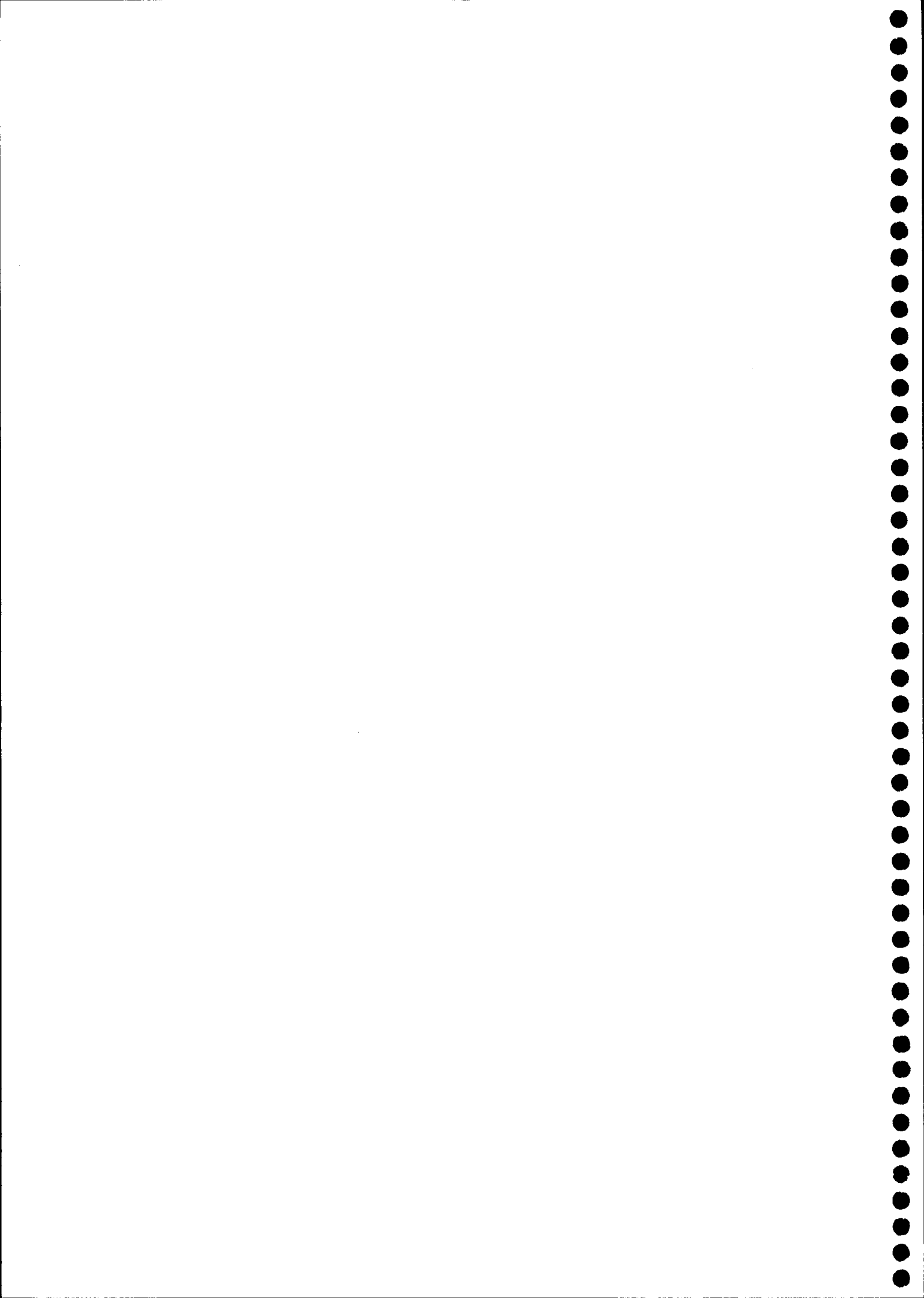
  
**LUIZ ALEXANDRE STEINBACH**  
Auditor Fiscal de Controle Externo

  
**MIRIAN TERESINHA DEMONTI ROSA**  
Auditora Fiscal de Controle Externo

  
**NELSON COSTA JUNIOR**  
Auditor Fiscal de Controle Externo  
Chefe de Divisão 1

Revisado.  
Florianópolis, 30/04/15.

  
**ROBERTO SILVEIRA FLEISCHMANN**  
Auditor Fiscal de Controle Externo  
Diretor da DAE





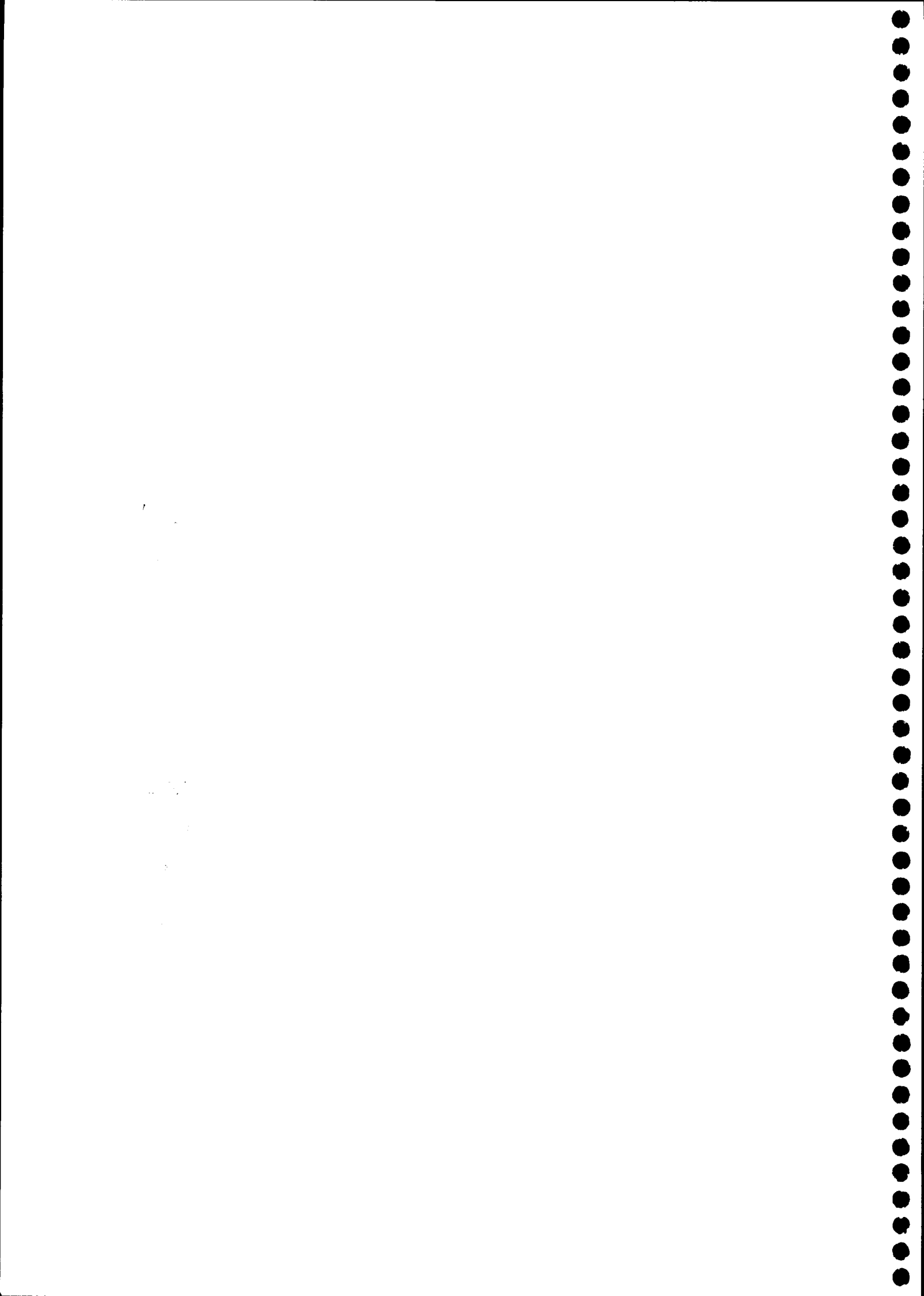
**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**  
***(Expresso em US\$ dólares)***

Período terminado em 31/12/2014				Período terminado em 2013			
	BID	Contrapartida	TOTAL	BID	Contrapartida	TOTAL	
<b>RECURSOS RECEBIDOS</b>							
Acumulado no Início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>DURANTE O PERÍODO</b>							
Desembolsos (Antecipações/ Fundo Rotativo, reembolsos, pagos diretos)	5.913.271,36	4.649.460,69	10.562.732,05	0,00	0,00	0,00	
Rendimento Aplicação Financeiras	5.913.271,36	4.570.863,30	10.484.134,66	0,00	0,00	0,00	
	0,00	78.597,39	78.597,39	0,00	0,00	0,00	
<b>Total Recursos Recebidos</b>	<b>5.913.271,36</b>	<b>4.646.460,69</b>	<b>10.562.732,05</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>DESEMBOLSOS EFETUADOS</b>							
Acumulado ao Início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>DURANTE O PERÍODO</b>							
Solicitação / Justificativas de Desembolso até 3	1.432.734,30	4.570.863,31	6.003.597,61	0,00	0,00	0,00	
Pagamentos por Bens e Serviços Pendentes de Justificação	743.261,36	3.754.267,81	4.497.529,17	0,00	0,00	0,00	
Pagamentos por Bens e Serviços Pendentes de Justificação	689.472,94	816.595,50	1.506.068,44	0,00	0,00	0,00	
(-) Ajustes de exercícios anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total Desembolsado</b>	<b>1.432.734,30</b>	<b>4.570.863,31</b>	<b>6.003.597,61</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO</b>	4.480.537,06	78.597,38	4.559.134,44	0,00	0,00	0,00	

Rodolfo José de Moraes  
Secretário Municipal de Educação  
Decreto nº 11.717/2013

**Florianópolis, 16 de Abril de 2015.**

Márcia Lorenzetti  
Diretora Administrativo e Financeira  
Decreto nº 12.778/2013





**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**  
*(Expresso em R\$ reais)*

Período terminado em 31/12/2013			
	BID	Contrapartida	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS	0,00	0,00	0,00
Acumulado no início do período	0,00	0,00	0,00
DURANTE O PERÍODO	0,00	0,00	0,00
Desembolsos (Antecipações/ Fundo Rotativo, reembolsos, pagos diretos)	0,00	0,00	0,00
Rendimento Aplicação Financeiras	0,00	0,00	0,00
<b>Total Recursos Recebidos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESEMBOLSOS EFETUADOS	0,00	0,00	0,00
Acumulado ao início do período	0,00	0,00	0,00
DURANTE O PERÍODO	0,00	0,00	0,00
Solicitação / Justificativas de Desembolso até 3	0,00	0,00	0,00
Pagamentos por Bens e Serviços Pendentes de Justificação	0,00	0,00	0,00
(-) Ajustes de exercícios anterior	0,00	0,00	0,00
<b>Total Desembolsado</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

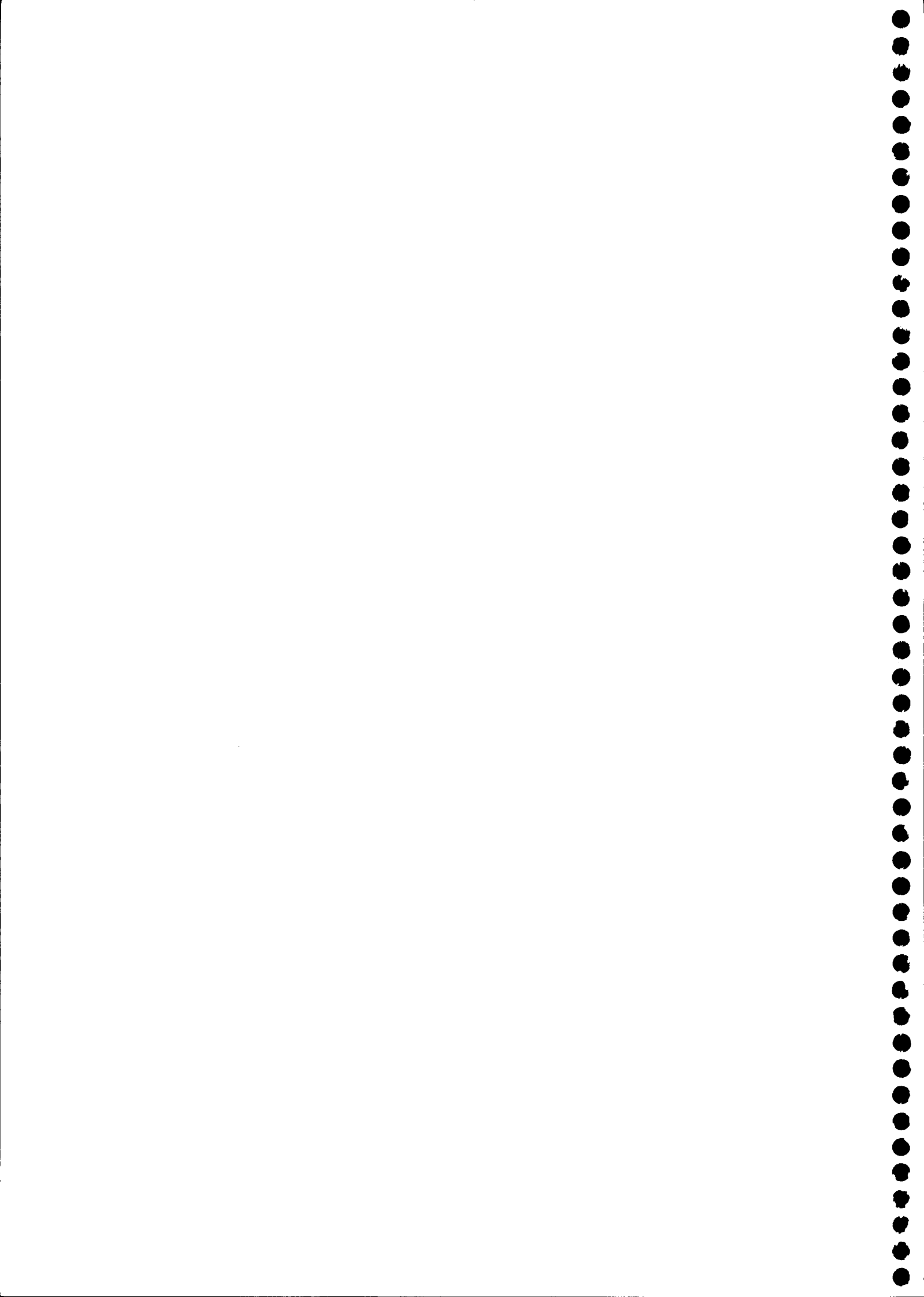
  

Período terminado em 31/12/2014			
	BID	Contrapartida	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS	0,00	0,00	0,00
Acumulado no início do período	0,00	0,00	0,00
DURANTE O PERÍODO	14.814.519,77	11.352.977,70	26.167.497,47
Desembolsos (Antecipações/ Fundo Rotativo, reembolsos, pagos diretos)	14.814.519,77	11.144.254,47	25.958.774,24
Rendimento Aplicação Financeiras	0,00	208.723,23	208.723,23
<b>Total Recursos Recebidos</b>	<b>14.814.519,77</b>	<b>11.352.977,70</b>	<b>26.167.497,47</b>
DESEMBOLSOS EFETUADOS	0,00	0,00	0,00
Acumulado ao início do período	0,00	0,00	0,00
DURANTE O PERÍODO	3.536.179,45	11.144.254,47	14.680.433,92
Solicitação / Justificativas de Desembolso até 3	1.776.989,25	8.975.703,47	10.752.692,72
Pagamentos por Bens e Serviços Pendentes de Justificação	1.759.190,20	2.168.551,00	3.927.741,20
(-) Ajustes de exercícios anterior	0,00	0,00	0,00
<b>Total Desembolsado</b>	<b>3.536.179,45</b>	<b>11.144.254,47</b>	<b>14.680.433,92</b>
<b>SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>11.278.340,32</b>	<b>208.723,23</b>	<b>11.487.063,55</b>

Decreto nº 11.171/2013  
Rodolfo Joaquim Brito da Luz  
Secretário Municipal de Educação

Márcia Longinetti  
Diretora Administrativo e Financeira  
Decreto nº 11.778/2013

**Florianópolis, 16 de Abril de 2015.**





NOME DO EXECUTOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FLORIANÓPOLIS  
PROGRAMA: PROJETO DE EXPANSÃO E APERFEIÇOAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL EM FLORIANÓPOLIS  
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: 3079/OC-BR

### **DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS**

(Expresso em US\$ dólares)

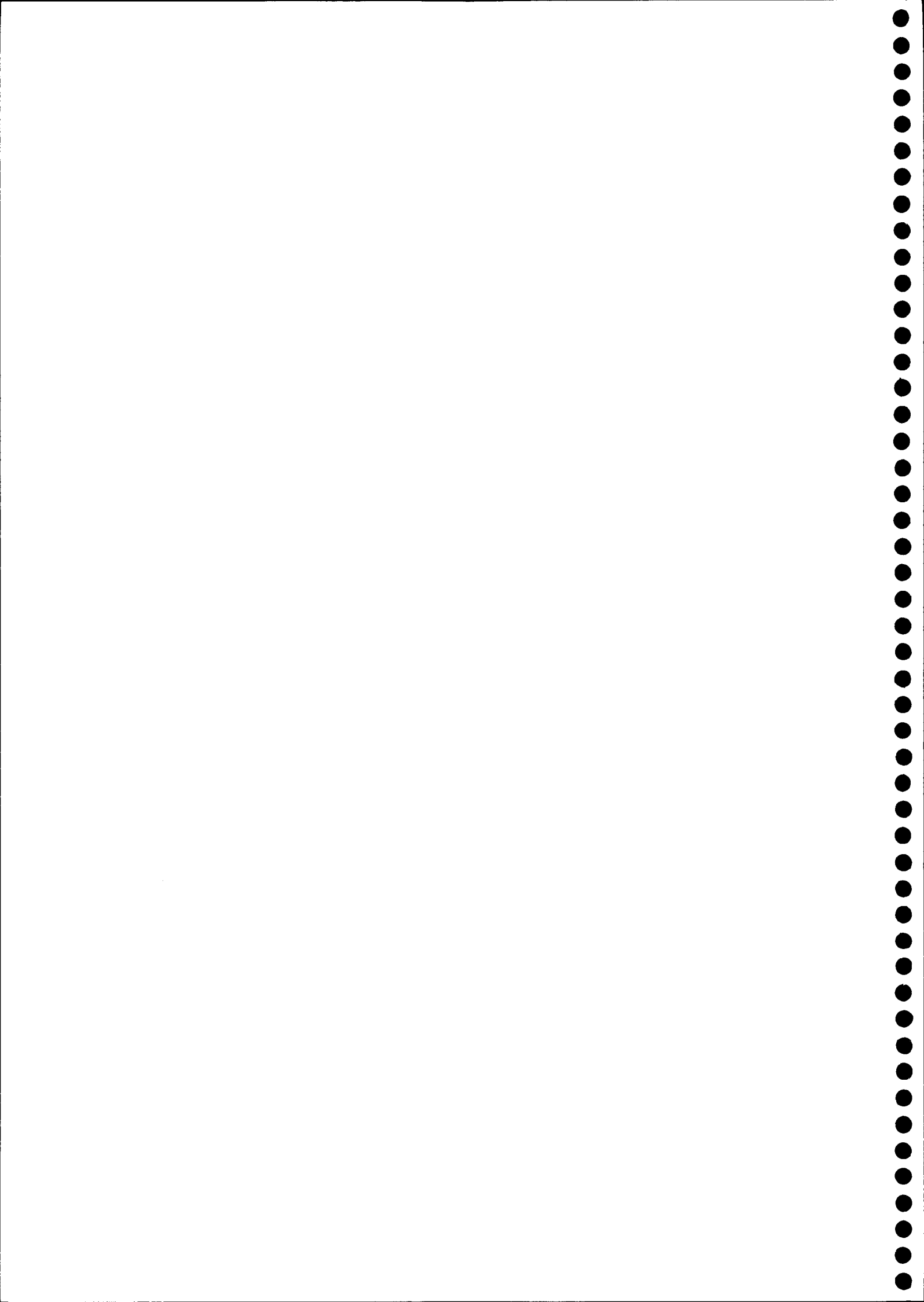
CONCEITO	Orçamento Vigente			Acumulado do Exercício 2013			Movimento do Exercício 2014			Acumulado do Exercício 2014		
	BID	LOCAL	TOTAL	%	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL
Componente 1. Expansão e Cobertura e Melhoria na Infraestrutura.	42.123.000,00	43.624.000,00	85.747.000,00	72,4%	0,00	0,00	0,00	1.415.215,55	4.570.863,31	5.986.078,86	1.415.215,55	4.570.863,31
Componente 2. Melhoria na qualidade da educação	9.824.000,00	10.679.000,00	20.503.000,00	17,3%	0,00	0,00	0,00	17.518,75	0,00	17.518,75	17.518,75	0,00
Componente 3. Gestão, monitoramento e avaliação	4.373.000,00	2.915.000,00	7.288.000,00	6,2%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Componente 4. Administração do Programa	2.540.000,00	2.352.000,00	4.892.000,00	4,1%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	58.860.000,00	59.570.000,00	118.430.000,00	100%	0	0	0	1.432.734,30	4.570.863,31	6.003.597,61	1.432.734,30	4.570.863,31

Exercício: Fim em 31/12/2014

Márcia Moreyssetti  
Diretora Administrativa e Financeira  
Decreto nº 11.718/2013

Rodolfo Lopes  
Secretário Municipal de Educação  
Decreto nº 11.717/2013

Florianópolis, 16 de Abril de 2015.





NOME DO EXECUTOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FLORIANÓPOLIS  
PROGRAMA: PROJETO DE EXPANSÃO E APERFEIÇOAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL EM FLORIANÓPOLIS  
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: 3079/OC-BR

### **DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS**

(Expresso em R\$ Reais)

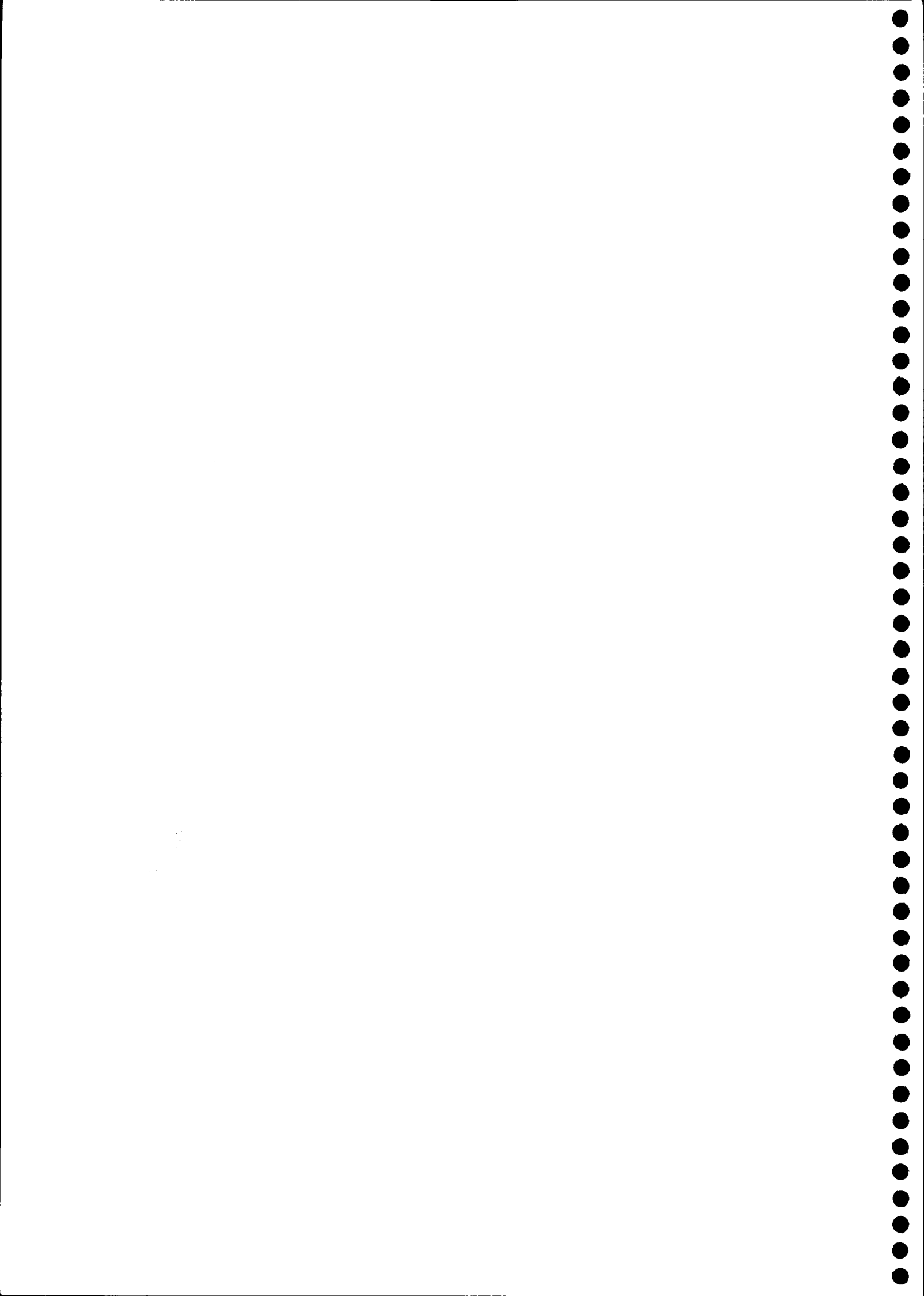
CONCEITO	Orçamento Vigente				Acumulado do Exercício 2013			Movimento do Exercício 2014			Acumulado do Exercício 2014		
	BID	LOCAL	TOTAL	%	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
Componente 1. Expansão e Cobertura e Melhoria na infraestrutura.	93.386.891,00	96.714.408,00	190.101.099,00	72,4%	0,00	0,00	0,00	3.491.480,35	11.144.254,47	14.635.734,82	3.491.480,35	11.144.254,47	14.635.734,82
Componente 2. Melhoria na qualidade da educação	21.779.808,00	23.675.343,00	45.455.151,00	17,3%	0,00	0,00	0,00	44.699,10	0,00	44.699,10	44.699,10	0,00	44.699,10
Componente 3. Gestão, monitoramento e avaliação	9.694.941,00	6.462.555,00	16.157.496,00	6,2%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Componente 4. Administração do Programa	5.631.180,00	5.214.384,00	10.845.564,00	4,1%	0,00	0,00	0,00	3.536.179,45	11.144.254,47	14.680.433,92	3.536.179,45	11.144.254,47	14.680.433,92
TOTAIS	130.492.620,00	132.066.690,00	262.559.310,00	100%	0	0	0	3.536.179,45	11.144.254,47	14.680.433,92	3.536.179,45	11.144.254,47	14.680.433,92

Taxa do Dólar R\$ 2,2170 conforme contrato de Empréstimo em 14/07/2014.

*Roberto Luiz*  
Secretário Municipal de Educação  
Decreto nº 11.171/2013

*Márcia Lorensetti*  
Diretora Administrativa e Financeira  
Decreto nº 11.778/2013

Florianópolis, 16 de Abril de 2015.



## DETALHE SOBRE A EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DO PROGRAMA:

O Custo total do Programa é de US\$ 118.430.000,00 a ser executado num período de 5 (cinco anos).

Em dezembro de 2014, o projeto encontra-se com os seguintes percentuais de avanço físico-financeiro:

SITUAÇÃO FÍSICA/ FINANCEIRA: (De acordo com os Demonstrativos Básicos, em milhares de dólares norte americanos, posição em 31/12/14).

Categorias e Subcategorias de Investimento segundo o Contrato/Convênio	Orçamento Vigente BID	Orçamento Aporte Local	Execução Acumulada por Categorias e Subcategorias de Investimento		Saldo Disponível por Categorias e Subcategorias de Investimento	
			BID	Local	BID	Aporte Local
(LMS1)	(LMS 1)	Vigente				
<b>Componente 1</b>						
Expansão da cobertura e melhoria da infraestrutura educativa	42.123.000,00	43.624.000,00	1.415.215,55	4.570.863,31	<b>40.707.784,45</b>	<b>39.053.136,69</b>
<b>Categoria 2</b>						
Melhoria da qualidade da educação	9.824.000,00	10.679.000,00	17.518,75	0,00	9.824.000,00	10.661481,25
<b>Categoria 3</b>						
Gestão, monitoramento e avaliação	4.373.000,00	2.915.000,00	0,00	0,00	4.373.000,00	2.915.000,00
<b>Categoria 4</b>						
Administração do Programa	2.540.000,00	2.352.000,00	0,00	0,00	2.540.000,00	2.352.000,00
<b>A. SUBTOTAL POR FONTE</b>	<b>58.860.000,00</b>	<b>59.570.000,00</b>	<b>1.432.734,30</b>	<b>4.570.863,31</b>	<b>57.427.265,70</b>	<b>54.999.136,69</b>
<b>B. TOTAL BID + APORTE LOCAL</b>	<b>118.430.000,00</b>		<b>6.003597,61</b>		<b>112.426.402,39</b>	

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROJETO (EMPRÉSTIMO Nº 3079/OC-BR)

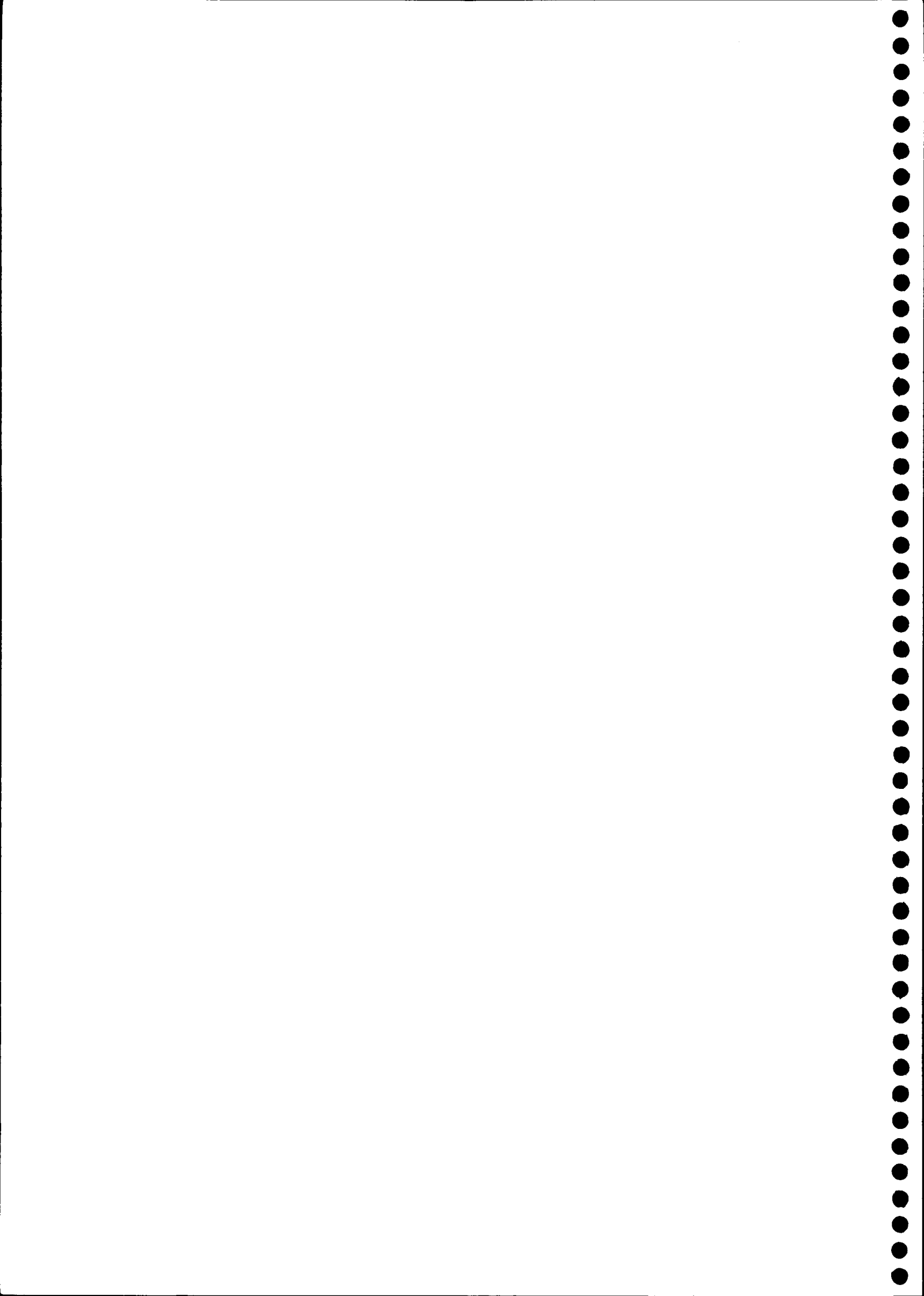
#### 1. DESCRIÇÃO DO PROJETO:

O Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e Ensino Fundamental em Florianópolis visa à qualificação da Educação Básica no Município de Florianópolis, expandindo a rede física e o acesso das crianças às unidades educativas, ao mesmo tempo em que aperfeiçoa a qualidade do ensino e do cuidado na rede pública municipal, assegurando o desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas em seus estudantes. Constitui-se, pois, numa vitoriosa parceria entre a Prefeitura/SME e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

As metas físicas estabelecidas, para as diversas categorias de investimentos, contemplam setores importantes na área educacional, abrangendo todas as unidades educativas hoje existentes, além das que serão construídas, ampliadas e/ou reformadas.

Serão financiados com recursos do Projeto, a construção de 2(dois) Centros de Inovação da Educação Básica –CIEBs-, para ampliação do Tempo Integral; cerca de 27 construções, das quais 23 creches, para atendimento às crianças pequenas e 04(quatro) escolas para o Ensino Fundamental, incluindo os jovens e adultos, e a aquisição de alguns terrenos para sediá-las; ampliações e reformas, num total de 34(trinta e quatro), bem como a reforma e manutenção de 37(trinta e sete) salas informatizadas, onde serão implantados Laboratórios Multimidiáticos.





**1.1. Contratos Firmados:** Foram firmados 20(vinte) contratos sendo 18 (dezoito) de obras 1(um) de consultoria e uma desapropriação.

**1.2. Obras Concluídas:**

Até o final do exercício de 2014, foram concluídas 17(dezessete) reformas e uma construção de unidade nova encontra-se em fase final.

**2. POLÍTICAS CONTÁBEIS - APROPRIAÇÕES DE CUSTO:**

**2.1.** O Sistema de Contabilidade adotado pela Secretaria Municipal de Educação é o utilizado pelo Prefeitura Municipal de Florianópolis Estado de Santa Catarina, obedecidas as normas da Lei Federal nº 4.320/64.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas mediante registros contábeis em "Regime de Caixa".

- 1.Registra-se que as despesas pagas antes da assinatura dos Contratos (despesas retroativas) foram apropriadas às Demonstrações Financeiras deste exercício, o que difere do regime de caixa acima citado.

**2.2. Taxas de Câmbio**

**2.2.1.** A taxa de câmbio utilizada para conversão dos recursos do empréstimo, de moeda nacional para dólar norte americano, é a do contrato de fechamento do câmbio.

**2.2.2.** A taxa de câmbio utilizada para conversão dos recursos de contrapartida local é a da data de apresentação da Solicitação de Desembolso ao BID.

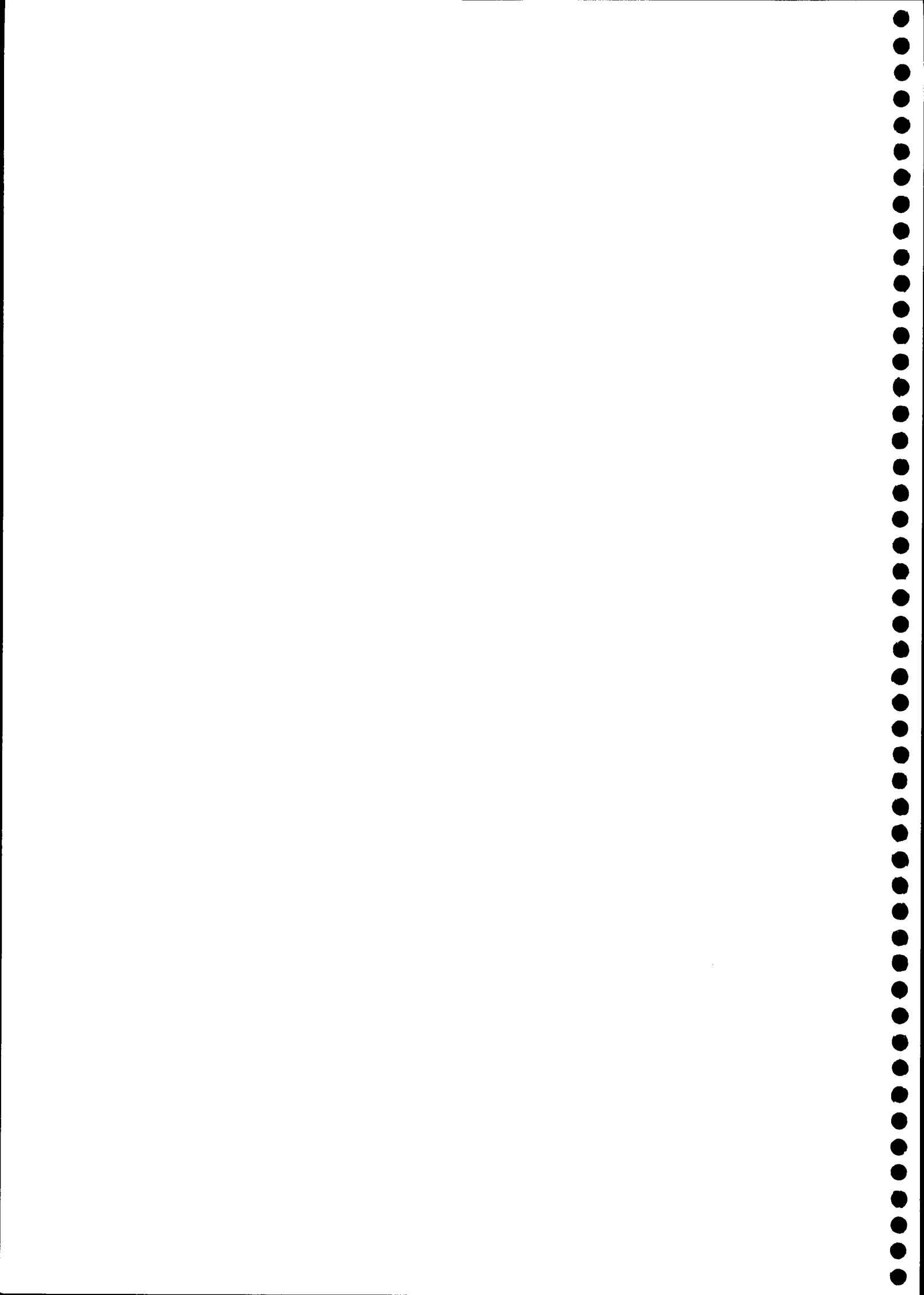
**2.2.3.** A taxa de câmbio dos custos financeiros, de moeda nacional para dólar norte americano, é a do contrato de câmbio da data da operação.

**2.2.4.** A taxa de câmbio utilizada para conversão dos rendimentos de aplicações financeiras, de moeda nacional para dólar norte americano, é a de 31/12/14.

**3. FUNDOS DISPONÍVEIS:**

**3.1. Conciliação Bancária – Conta Banco do Brasil – Agência 3582-3 Conta 3079-1** apresenta saldo em 31/12/2014, no valor de R\$ 11.486.873,61, equivalentes a US\$ 4.559.062,93, referente ao desembolso nº 01 e resultantes de ganhos de aplicações financeiras.

	R\$	Câmbio	US\$
Saldo da Solicitação 01	5.053.340,31	2,5515	1.980.537,06
Saldo da Solicitação 01	6.225.000,00	2,4900	2.500.000,00
Rendimentos 2014	208.533,30	2,6556	78.525,87
<b>Total</b>	<b>11.486.873,61</b>		<b>4.559.062,93</b>



### 3.2. Ganhos de Aplicação Financeira no exercício de 2014

	US\$	R\$
Conta Bancária nº 82.892.282	71,52	189,93
Conta Bancária nº 3079-1 – B.B.	78.525,87	208.533,30
<b>Total</b>	<b>78.597,39</b>	<b>208.723,23</b>

### 4. ADIANTAMENTO DE FUNDOS:

saldo apresentado no Adiantamento de Fundos em 31 de dezembro de 2014 é o seguinte:

	R\$
Saldo da Solicitação 01	11.278.340,31
Rendimentos 2014	208.533,30
Depósito indevido (ganho cambial reembolso)	34.131,75
<b>Total</b>	<b>11.521.005,36</b>

O saldo disponível na conta que recebe os Adiantamentos de Fundos é R\$ 11.521.005,36, que não coincide com aquele saldo apresentado na Demonstração de Fluxo de Caixa, devido aos rendimentos de aplicações financeiras e o saldo do ganho cambial do reembolso de despesas pagas antes da assinatura do empréstimo, que também estão na conta. Registra-se que o depósito indevido será regularizado no exercício de 2015.

#### 4.1. Fundo pendentes de justificativa ao BID

Em 31/12/14, o montante pendente de justificativa ao BID é de US\$ 5.170.010,00, sendo que US\$ 689.472,93 foram aplicados em 2014 e US\$ 4.480.537,07 estão depositados na conta 3079-1.

### 5. FUNDOS DE CONTRAPARTIDA NACIONAL:

A Prefeitura Municipal de Florianópolis/ Secretaria Municipal de Educação, assumiu o compromisso de contribuir com a soma de US\$ 59.570.000,00 contrapartida local, recursos estes do orçamento da Secretaria Municipal de Educação. Até 31 de dezembro de 2014, o Secretaria contribuiu com a soma de US\$ 4.570.863,31, equivalente a 7,67% do total comprometido.

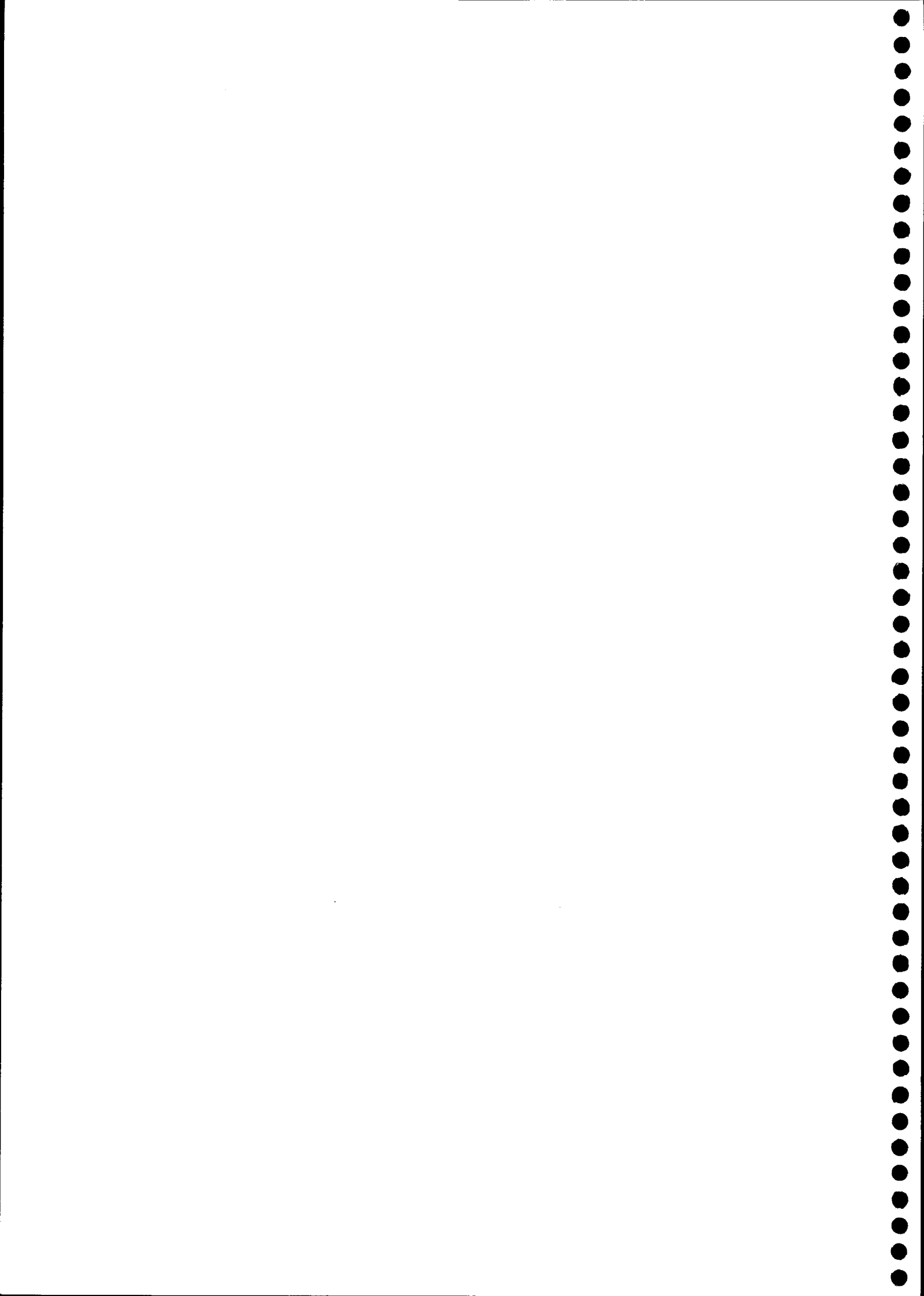
### 6. CONTINGÊNCIAS:

Não há em nosso Projeto a fundo de contingência.

### 7. Desembolsos Efetuados

Em 2014 o BID desembolsou US\$ 5.913.271,36. Esses recursos foram liberados e creditados na conta 82.892.282, agência GECEX Brasília, pertencente ao município de Florianópolis.

  
3



8. Conciliação entre o Demonstrativo de Fluxo de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados (US\$)

DESCRIÇÃO	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
Demonstração de Fluxo de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos)	1.432.734,29	4.570.863,30	6.003.597,60
Demonstração de Investimentos Acumulados	1.432.734,29	4.570.863,30	6.003.597,60
<b>Diferença</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

9. Conciliação do Passivo a favor do BID (US\$)

DESCRIÇÃO	TOTAL
Demonstração de Fluxo de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos)	5.913.271,36
WLMS-1 (Disbursed Life)	5.913.271,36
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>

10. Conciliação entre os registros do Programa e os registros do BID (WLMS-1) por categorias de inversão:

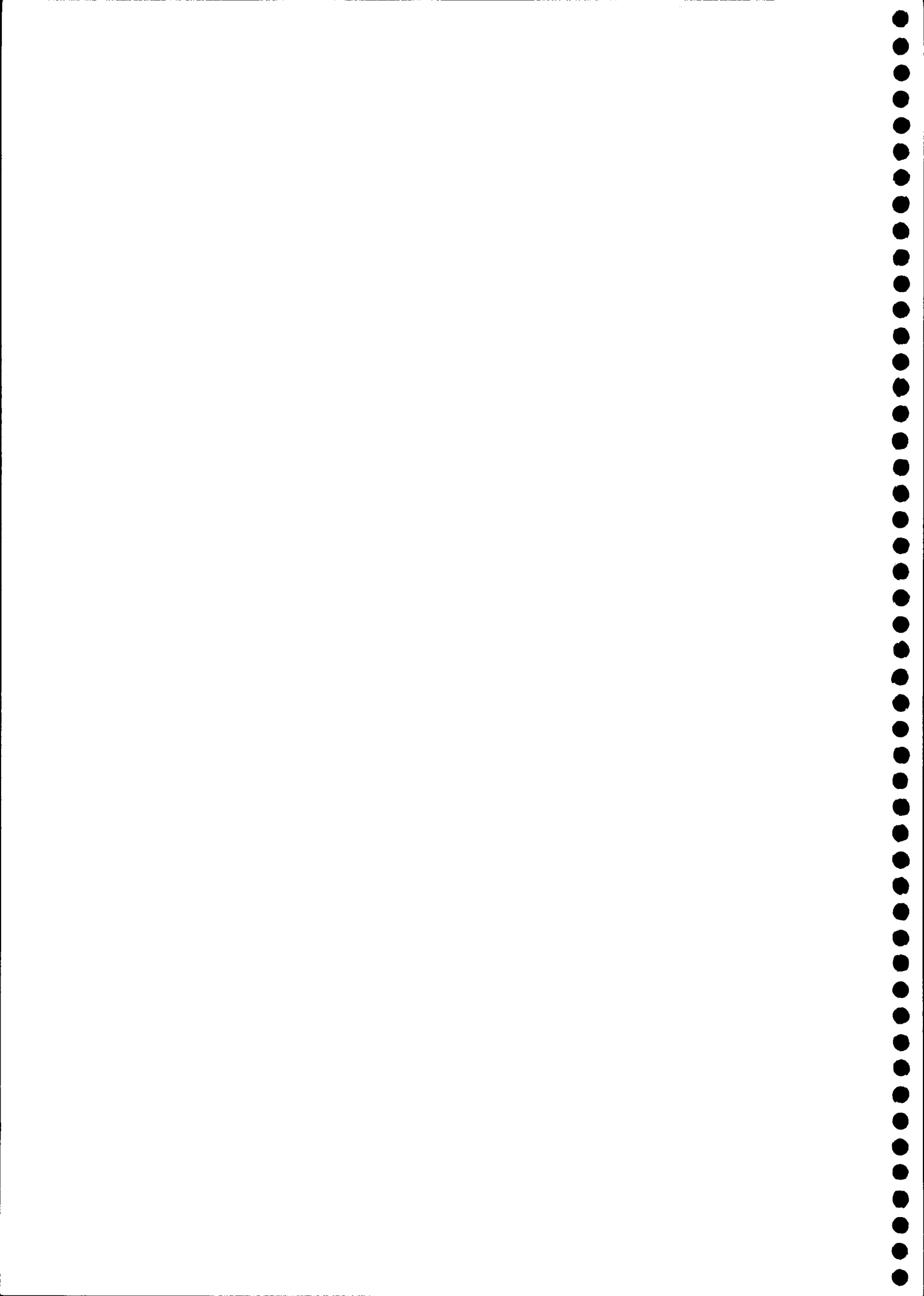
Categorias de Inversão	Demonstrativo de Investimentos	WLMS- 1	Diferença
Expansão da cobertura e melhoria da infraestrutura educativa	1.415.215,54	743.261,36	671.954,18
Melhoria da qualidade da educação	17.518,75	0,00	17.518,75
Gestão, monitoramento e avaliação	0,00	0,00	0,00
Administração do Programa	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.432.734,29</b>	<b>743.261,36</b>	<b>689.472,93</b>

A diferença apurada refere-se às despesas pendentes de justificativa ao BID.

Florianópolis, 16 de Abril de 2015.

Márcia Lorensetti  
Diretora Administrativo e Financeira  
Decreto nº 11.778/2013

Rodolfo Joaquim Pinto da Luz  
Secretário Municipal de Educação  
Decreto nº 11.717/2013



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**DIRETORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS (DAE)**

**AUDITORIA DO PROJETO DE EXPANSÃO E APERFEIÇOAMENTO DA  
EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL EM  
FLORIANÓPOLIS**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS  
CLÁUSULAS CONTRATUAIS DE CARÁTER CONTÁBIL E  
FINANCEIRO ASSOCIADO À AUDITORIA DAS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

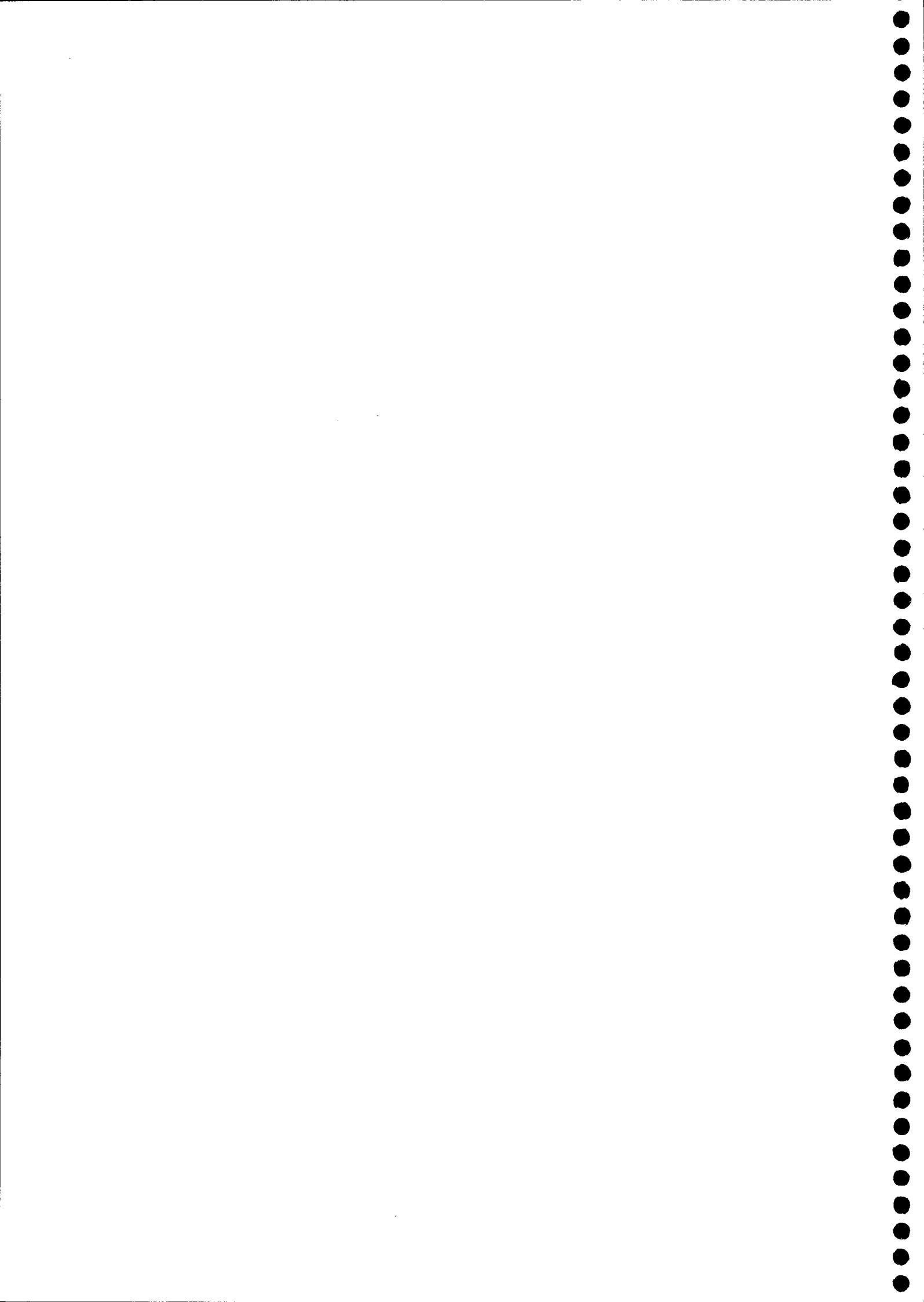
**Ao Município de Florianópolis**

**Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino  
Fundamental em Florianópolis**

Realizamos a auditoria da Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2014 e da Demonstração de Investimentos Acumulados em 31 de dezembro de 2014, do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis, financiado com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, conforme o Contrato de Empréstimo Nº 3079/OC-BR e do aporte local do Município de Florianópolis, executado pela Secretaria Municipal de Educação (SME), e emitimos nossos respectivos relatórios sobre os mesmos, com data 30 de abril de 2015.

Este relatório é complementar ao nosso parecer sobre as Demonstrações Financeiras mencionadas.

Em relação à nossa auditoria, examinamos o cumprimento das cláusulas e dos artigos contratuais de caráter contábil e financeiro estabelecidos nas Disposições Especiais e nas Normas Gerais do Contrato de Empréstimo nº 3079/OC-BR, aplicável em 31 de dezembro de 2014. Examinamos as Disposições Especiais descritas nos Capítulos 1 a 5, Cláusulas nºs. 1.01, 1.02, 1.04, 1.06, 1.08, 2.01, 2.02, 3.01(b), 3.02, 3.03, 3.04, 3.05, 4.01, 4.01 (d)(i), 4.02(b), 4.05, 4.06, 4.07, 5.01 e 5.03, e as Normas Gerais descritas nos artigos



4.01(a), 4.01(b), 4.01(c), 4.01(d), 4.01(e), 4.03, 4.05, 4.06, 4.07, 7.01(b), 7.03, 7.04(b), 8.01(a)(i) e 8.03.


Realizamos nossa auditoria em conformidade com as normas e procedimentos de auditoria governamental (Planejamento, Execução e Relatório) emitidas pela Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização – INTOSAI, aplicáveis ao Brasil, e com os requisitos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Essas normas requerem que planejemos e executemos a auditoria para obter uma certeza razoável de que a Prefeitura Municipal de Florianópolis cumpriu as cláusulas pertinentes do contrato de empréstimo, as leis e os regulamentos aplicáveis ao Projeto. A auditoria inclui também o exame, em base de testes, da evidência apropriada. Consideramos que a auditoria proporciona uma base razoável para expressar nossa opinião.

Em nossa opinião, exceto no que se refere ao artigo 8.01 (a) (i) das Normas Gerais, conforme indicado no item 3.2.1.1 da Carta Gerencial, não chegou ao nosso conhecimento nenhum fato ou evento que caracterize o descumprimento ou a violação, por parte do Executor, dessas cláusulas e disposições de caráter contábil e financeiro.

Florianópolis, 11 de maio de 2015.

  
**ANTÔNIO CÉSAR MALICESKI**  
Auditor Fiscal de Controle Externo

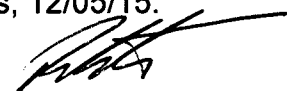
  
**LUCIANA MARIA DE SOUZA**  
Auditora Fiscal de Controle Externo

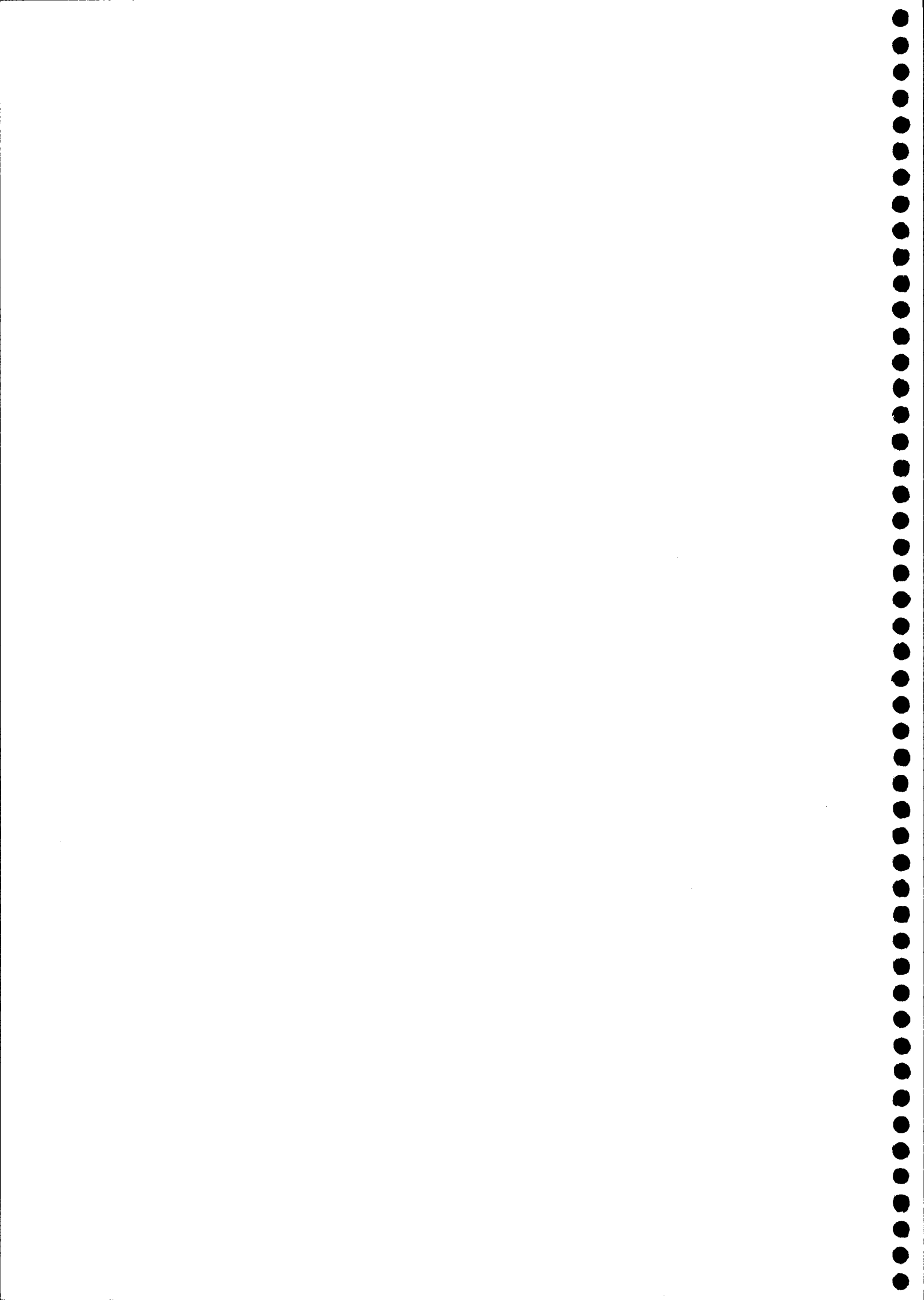
  
**LUIZ ALEXANDRE STEINBACH**  
Auditor Fiscal de Controle Externo

  
**MIRIAN TERESINHA DEMONTI ROSA**  
Auditora Fiscal de Controle Externo

  
**NELSON COSTA JUNIOR**  
Auditor Fiscal de Controle Externo  
Chefe de Divisão 1

Revisado.  
Florianópolis, 12/05/15.

  
**ROBERTO SILVEIRA FLEISCHMANN**  
Auditor Fiscal de Controle Externo  
Diretor da DAE

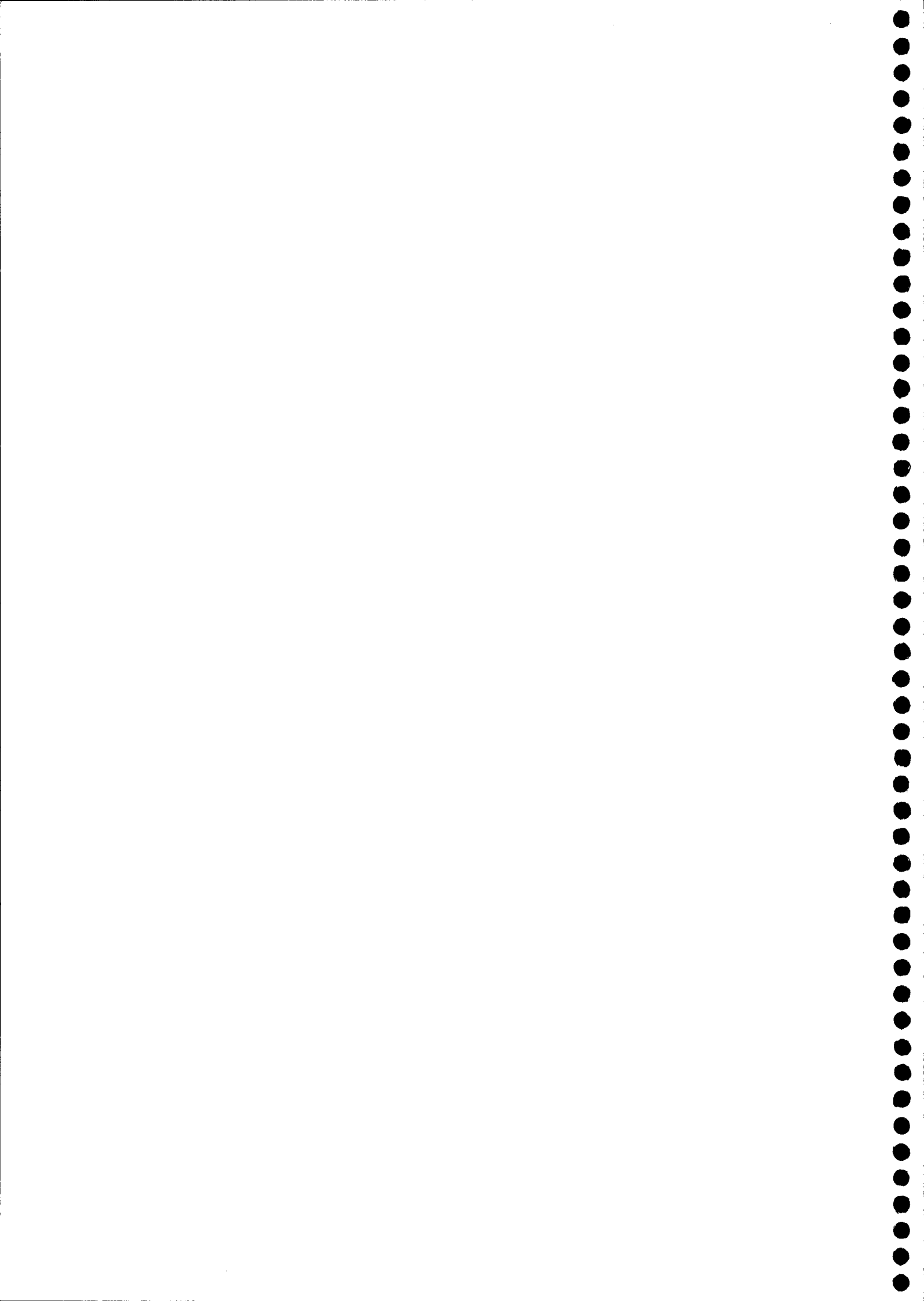


## CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 3079/OC-BR- PERÍODO 2012 a 2014

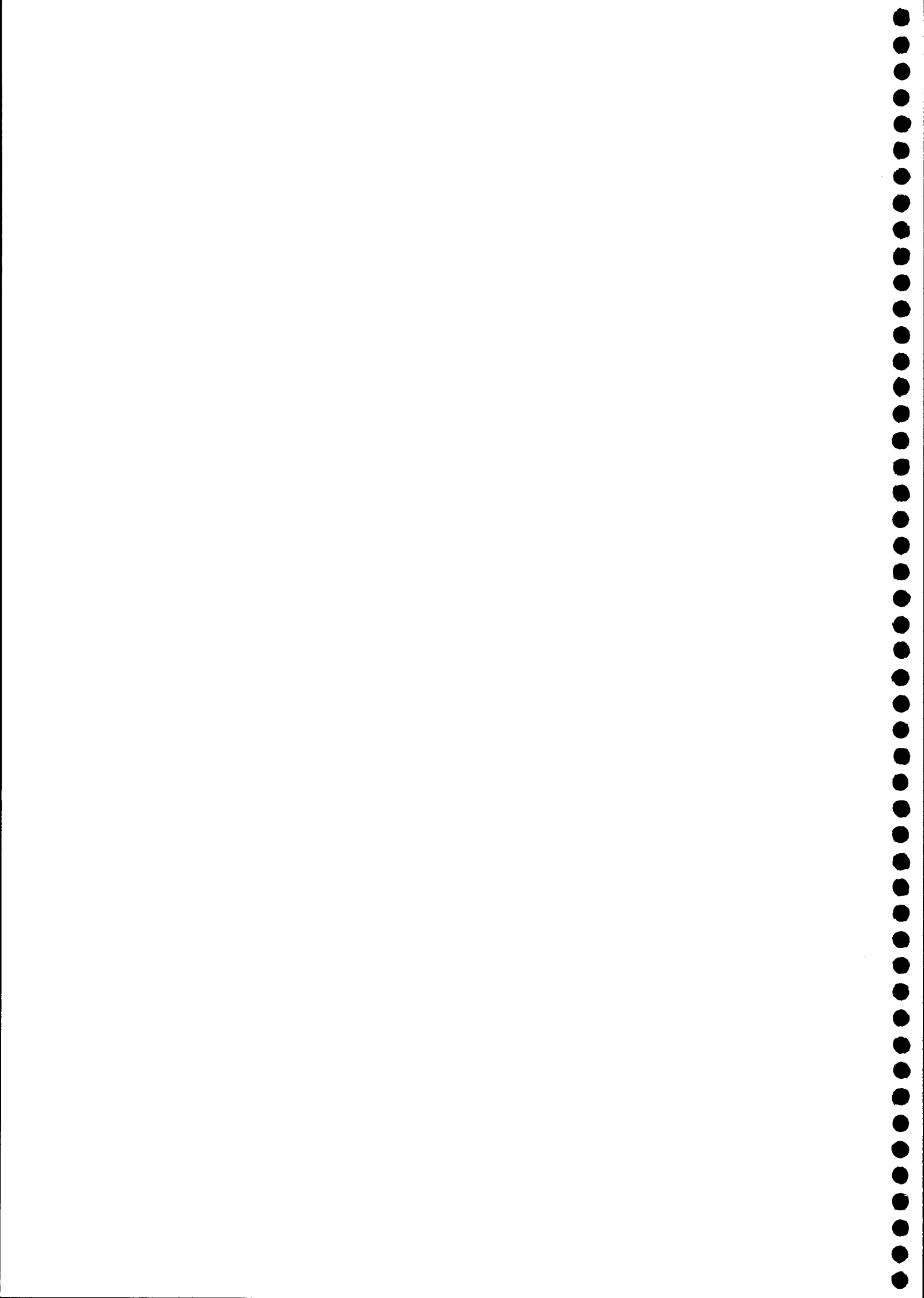
O Contrato de Empréstimo nº 3079/OC-BR estabelece o cumprimento de cláusulas e artigos conforme as Disposições Especiais e as Normas Gerais.

**Quadro 01:** Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo nº 3079/OC-BR, de 14/07/2014

Quadro 01: Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo II - 3079/OC-BR, de 14/07/2014																				
CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO																
1.01	Valor e Moeda de Aprovação do Empréstimo	Nos termos deste Contrato, o Banco se compromete a conceder ao Mutuário, e este aceita, um empréstimo, a seguir denominado o "Empréstimo", no montante de até US\$ 58.860.000,00 (Cinquenta e oito milhões, oitocentos e sessenta mil Dólares), para contribuir para o financiamento do Programa.	O Banco disponibilizou desde o início do Projeto o montante de US\$ 5.913.271,36, correspondente a R\$ 14.814.519,77, representando 10,05% do total do Empréstimo.	Cláusula Cumprida																
1.02	Solicitação de Desembolsos e Moeda dos Desembolsos	(a) O Mutuário poderá solicitar ao Banco desembolsos do Empréstimo de acordo com o disposto no Artigo 4.03 das Normas Gerais.  (b) Todos os desembolsos serão denominados e efetuados em Dólares, salvo nos casos em que o Mutuário opte por um desembolso denominado em moeda distinta do Dólar, de acordo com o disposto no Artigo 5.01 das Normas Gerais.	(a) O Mutuário solicitou ao Banco 03 (três) pedidos de desembolsos durante o exercício de 2014, totalizando US\$ 5.913.271,36, que ocorreram nas seguintes datas e valores: <table><tr><th>SOL. Nº</th><th>Data</th><th>Valor US\$</th><th>Tipo da Solicitação</th></tr><tr><td>1</td><td>09/10/2014</td><td>5.170.010,00</td><td>Adiantamento</td></tr><tr><td>2</td><td>09/10/2014</td><td>435.275,20</td><td>Reembolso</td></tr><tr><td>3</td><td>09/10/2014</td><td>307.986,16</td><td>Reembolso</td></tr></table>  b) Os desembolsos ocorridos foram em dólares dos Estados Unidos da América e foram utilizados de acordo com as Políticas de Aquisições do Banco.	SOL. Nº	Data	Valor US\$	Tipo da Solicitação	1	09/10/2014	5.170.010,00	Adiantamento	2	09/10/2014	435.275,20	Reembolso	3	09/10/2014	307.986,16	Reembolso	Cláusula Cumprida
SOL. Nº	Data	Valor US\$	Tipo da Solicitação																	
1	09/10/2014	5.170.010,00	Adiantamento																	
2	09/10/2014	435.275,20	Reembolso																	
3	09/10/2014	307.986,16	Reembolso																	

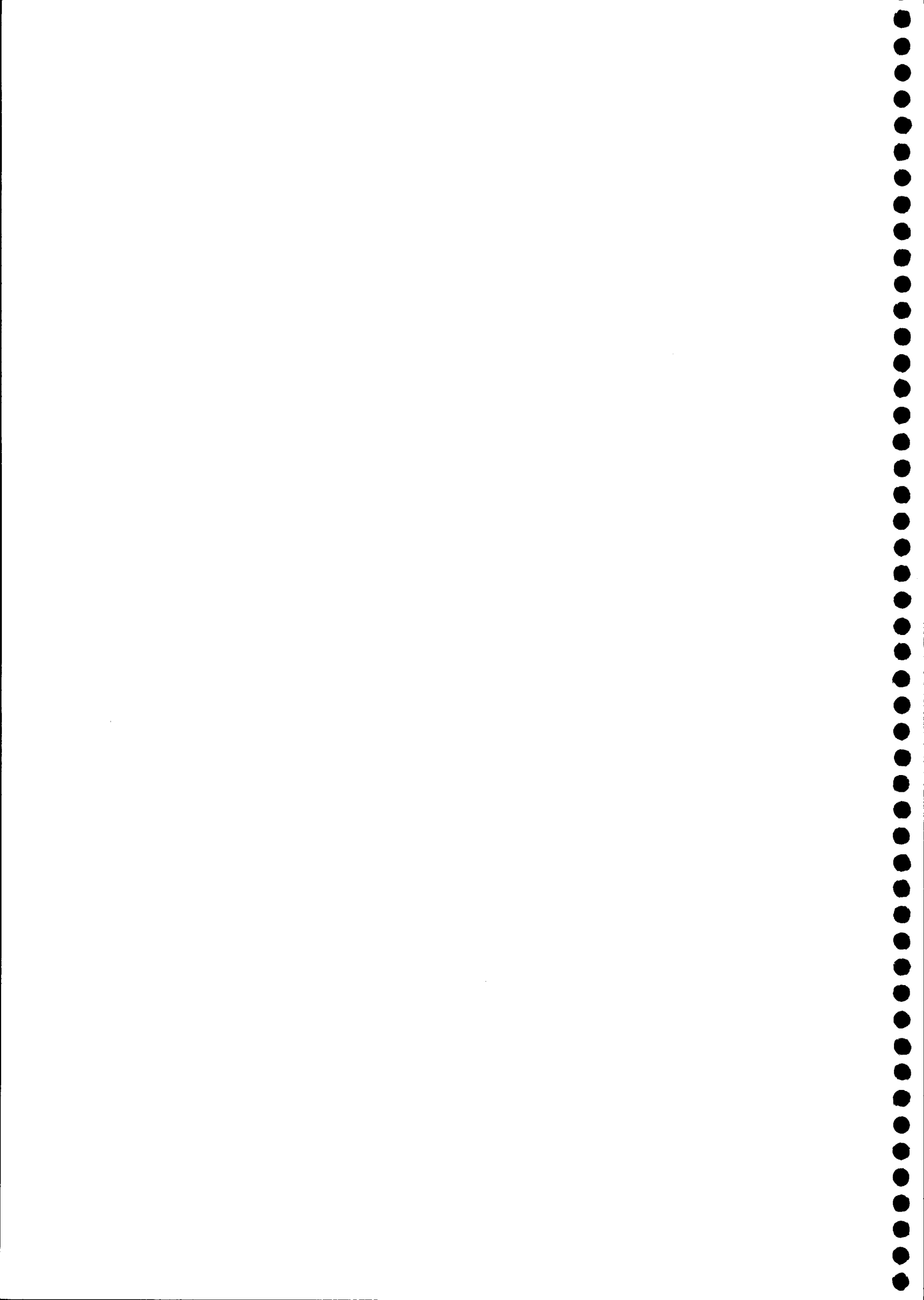


CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
1.04	Prazo para Desembolsos	O Prazo Original de Desembolsos será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de entrada em vigor deste Contrato. Qualquer extensão do Prazo Original de Desembolsos deverá contar com a anuência do Fiador e autorização legislativa do Mutuário e estará sujeita ao previsto no Artigo 3.02(f) das Normas Gerais.	O prazo original para o último desembolso do Banco é 14/07/2019.	Cláusula Cumprida
1.06	Juros	(a) O Mutuário deverá pagar juros sobre os Saldos Devedores a uma taxa que será determinada de acordo com o estipulado no Artigo 3.03 das Normas Gerais. (b) Os juros serão pagos ao Banco semestralmente, nos dias 15 dos meses de março e setembro, a partir de 15 de setembro de 2014.	O primeiro desembolso ao Projeto ocorreu no mês de outubro de 2014, portanto, o Mutuário deverá começar a pagar juros a partir de março de 2015.	Não se aplica
1.08	Comissão De Crédito	O Mutuário deverá pagar uma comissão de crédito de acordo com o disposto nos Artigos 3.04, 3.05 e 3.07 das Normas Gerais. <b>OBS: Normas Gerais:</b> ARTIGO 3.04. <u>Comissão de crédito.</u> (a) O Mutuário deverá pagar uma comissão de crédito sobre o saldo não desembolsado do Empréstimo no percentual a ser estabelecido pelo Banco periodicamente, como resultado de sua revisão de encargos financeiros para empréstimos do capital ordinário, que em caso algum poderá exceder 0,75% por ano. (b) A comissão de crédito começará a incidir a partir de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura do Contrato.	O Mutuário deverá começar a pagar Comissão de Crédito a partir de março de 2015.	Não se aplica

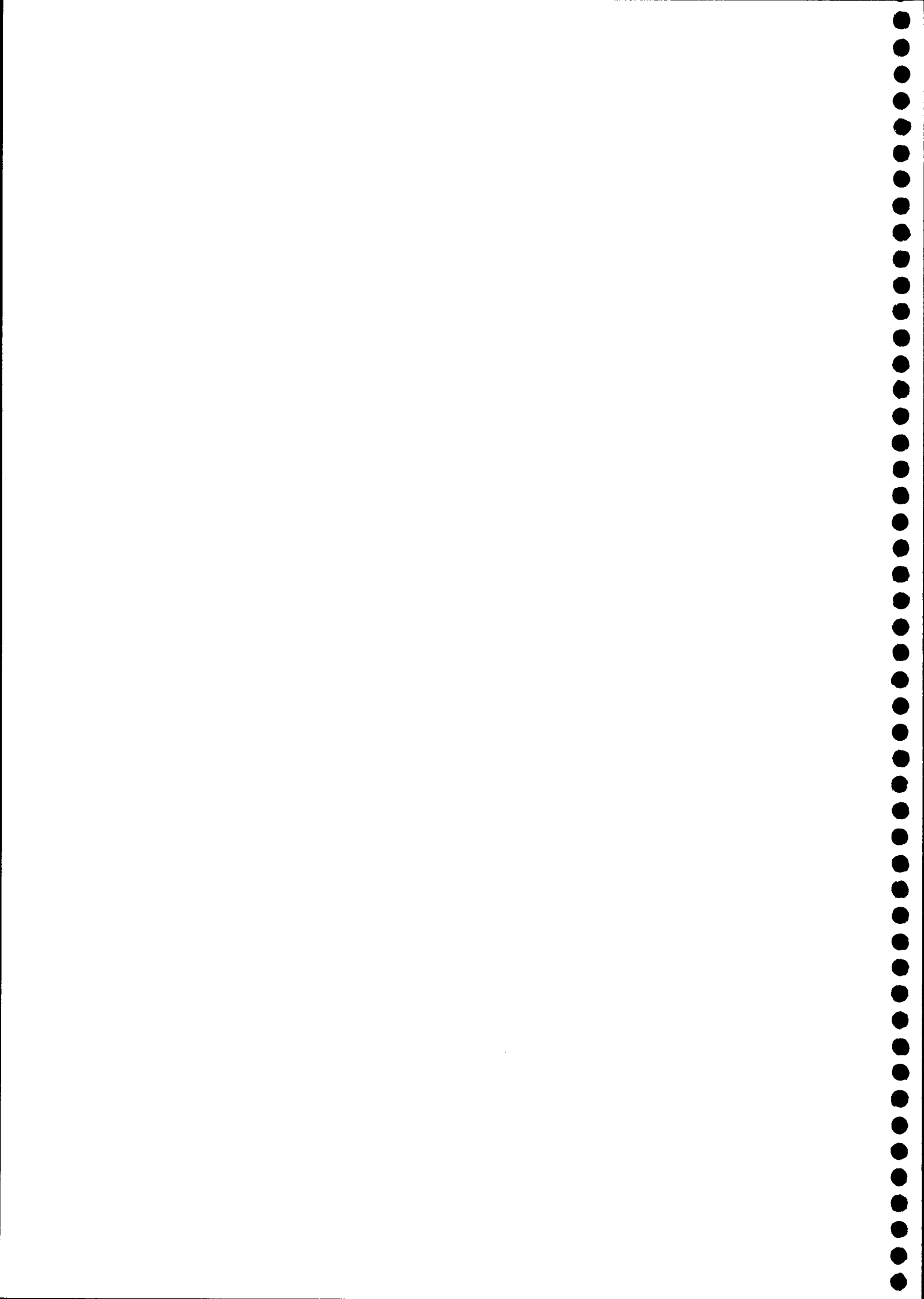


**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

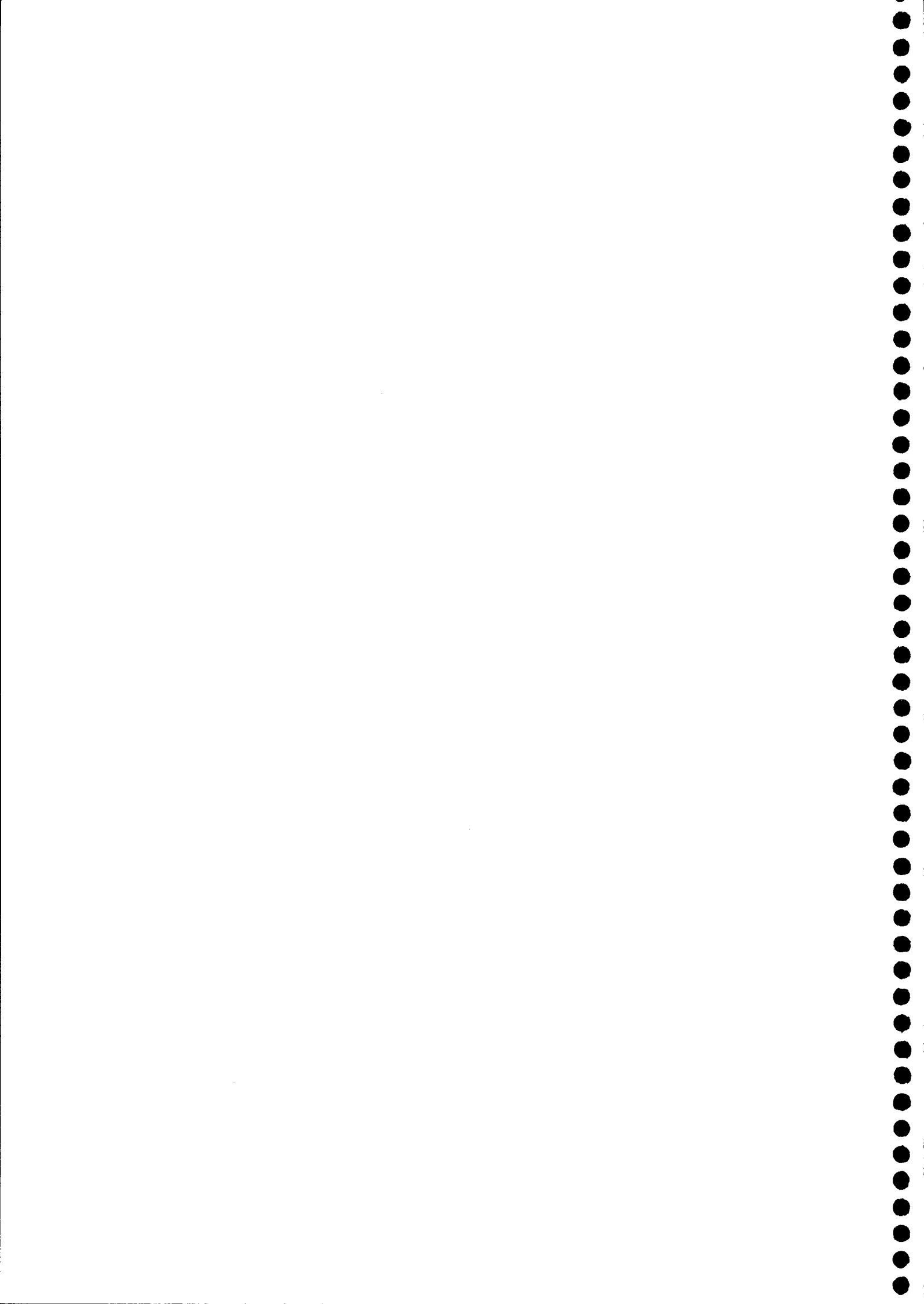
<b>CLÁUSULA</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>COMENTÁRIOS</b>	<b>FORMA DE CUMPRIMENTO</b>
<b>2.01</b>	<b>Custo do Programa</b>	O custo total do Programa é estimado em quantia equivalente a US\$ 118.430.000,00 (cento e dezoito milhões, quatrocentos e trinta mil Dólares).	Até 31/12/2014 foram aplicados no Projeto o montante de US\$ 6.003.597,61, correspondente a R\$ 14.680.433,92, que representa 5,07% do custo total estimado.	Cláusula Cumprida
<b>2.02</b>	<b>Recursos Adicionais</b>	O valor dos recursos adicionais ao Empréstimo que, de acordo com o Artigo 7.04 das Normas Gerais, o Mutuário se compromete a fornecer oportunamente para a completa e ininterrupta execução do Programa, é estimado em quantia equivalente US\$ 59.570.000,00 (cinquenta e nove milhões, quinhentos e setenta mil Dólares), sem que esta estimativa implique limitação ou redução da obrigação do Mutuário de acordo com o referido Artigo. Para calcular a equivalência em Dólares, será adotada a regra selecionada pelo Mutuário na Cláusula 3.05 destas Disposições Especiais.	O Mutuário aplicou desde o início do Projeto o montante de US\$ 4.570.863,31, correspondente a R\$ 11.144.254,47, equivalente a 7,67% dos recursos adicionais ao Empréstimo.	Cláusula Cumprida
<b>3.01 (b)</b>	<b>Utilização dos Recursos do Empréstimo</b>	(b) Os recursos do Empréstimo serão utilizados somente para o pagamento de bens, obras e serviços originários dos países-membros do Banco.	Os recursos do Empréstimo foram utilizados somente para pagamento de serviços de Empresas originárias dos países-membros do Banco.	Cláusula Cumprida



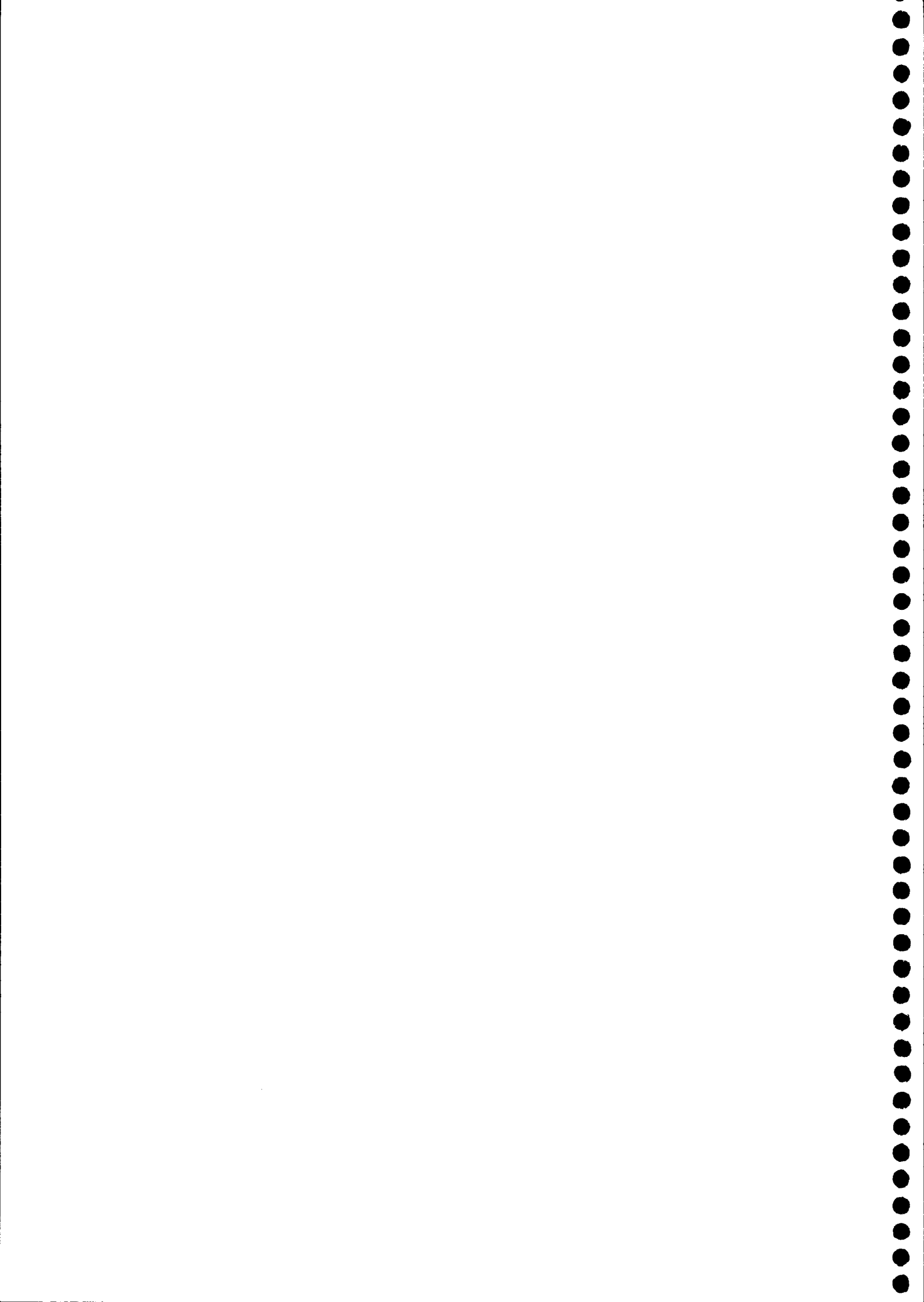
3.02	<p><b>Condições Especiais Prévias ao Primeiro Desembolso</b></p>	<p>O primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo está condicionado a que se cumpram, de forma que o Banco considere satisfatória, além das condições prévias estipuladas no Artigo 4.01 das Normas Gerais, os seguintes requisitos:</p> <p>(i) A Criação de Assessoria Especial dentro da Secretária Municipal de Educação; e</p> <p>(ii) A aprovação do Regulamento Operacional do Programa (ROP) e a criação da Comissão de Licitação e do Comitê de Coordenação do Programa, todos por meio de ato administrativo dos respectivos Secretários do Município de Florianópolis.</p>	<p>Por meio do Ofício nº 019/14 AE/BID/GS/SME/PMF, de 12/06/14, foi encaminhado ao Banco para análise os documentos para cumprimento das condições prévias.</p> <p>O Banco, pelo CBR-2256/2014, de 04/07/14, informou que analisou os referidos documentos, não teve objeções quanto ao Regulamento Operativo, mas não recebeu notificações da criação da Comissão de Licitação e do Comitê de Coordenação do Projeto.</p> <p>O Banco, na mensagem CBR 3144/2014 de 05/09/14, aprova modificação do Regulamento Operativo, encaminhada por meio do Ofício nº 52/2014 AE/BID/GS/SME/PMF de 04/09/14.</p> <p>O Banco, na mensagem CBR 3177/2014 de 09/09/14, aprova a criação do Comitê de Coordenação do Projeto, encaminhada por meio do Ofício nº 55/2014 AE/BID/GS/SME/PMF de 08/09/14.</p> <p>O Banco, na mensagem CBR 3216/2014 de 12/09/14, aprova a criação da Comissão de Licitação do Projeto, encaminhada por meio do Ofício nº 60/2014 AE/BID/GS/SME/PMF de 29/08/14 e declara integralmente cumprida a Cláusula 3.02 das Condições Prévias ao Primeiro Desembolso.</p>	Cláusula Cumprida
------	--	--	---	-------------------



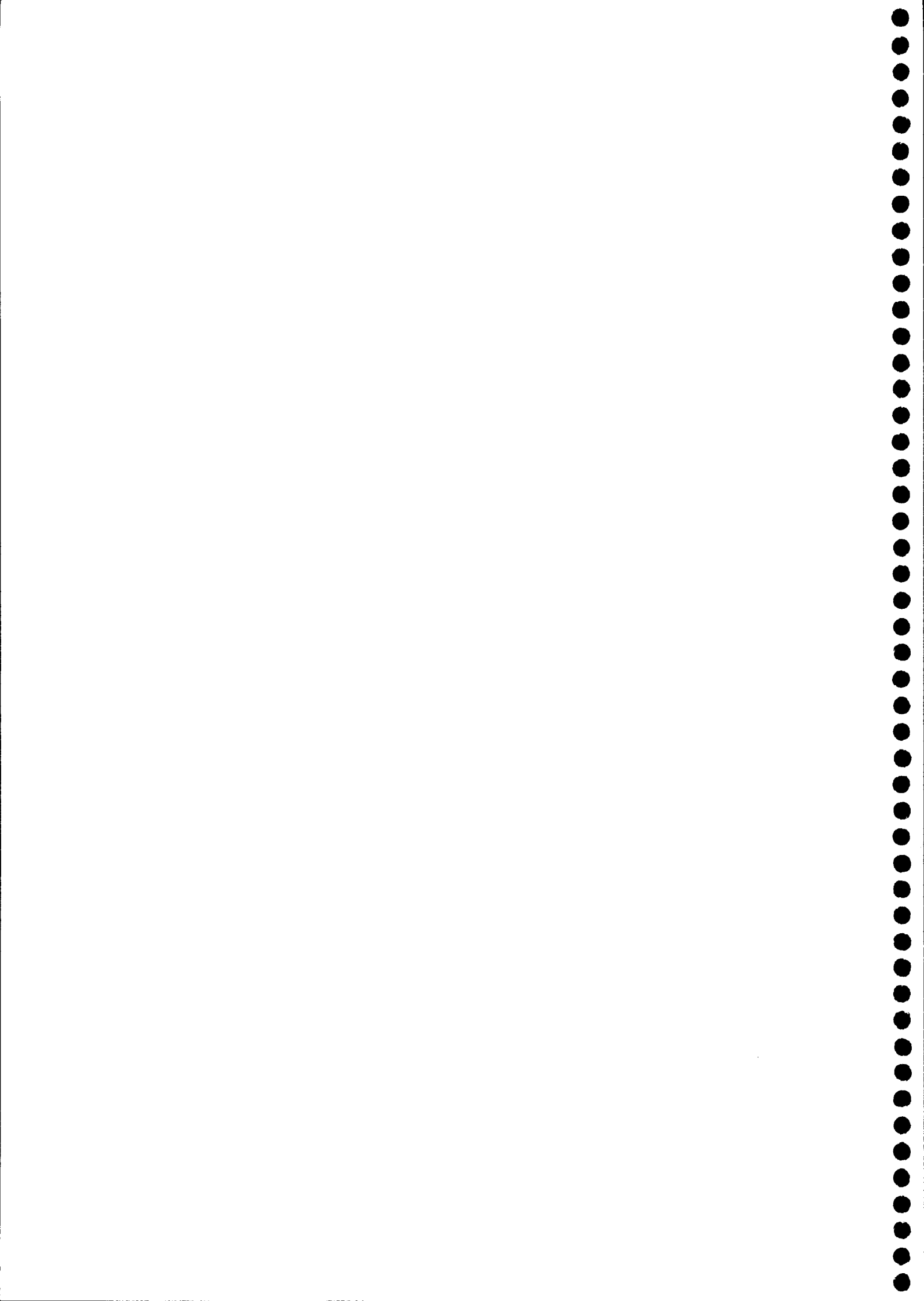
3.03	Reembolso de Despesas a Débito do Empréstimo	Com a concordância do Banco, dos recursos do Empréstimo poderá ser utilizada até uma quantia equivalente a US\$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil Dólares) para reembolsar despesas efetuadas no Programa. Essas despesas devem ter sido efetuadas antes de 20 de novembro de 2013 e após 20 de maio de 2012, desde que se tenham cumpridos requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Contrato. Com a concordância do Banco, os recursos do Empréstimo também poderão ser utilizados para reembolsar despesas efetuadas ou financiar as que se efetuarem com o Programa a partir de 20 de novembro de 2013 e até a data da entrada em vigor do presente Contrato, desde que se tenham cumprido os mencionados requisitos.	O Banco reembolsou ao Mutuário despesas aplicadas no Projeto, relativas aos seguintes períodos: • De 20/05/2012 a 20/11/2013, o montante de R\$ US\$ 435.275,20, em atendimento a Solicitação nº 2 de 09/10/2014; e • De 21/11/2013 a 14/07/2014, o montante de R\$ US\$ 307.986,16, em atendimento a Solicitação nº 3 de 09/10/2014.	Cláusula Cumprida
3.04	Prazos para o início material das obras	O prazo para o início material das obras compreendidas no Programa será de 4 (quatro) anos, contados a partir da vigência do presente Contrato.	O prazo final para o início material das obras é 14/07/2018.	Cláusula Cumprida



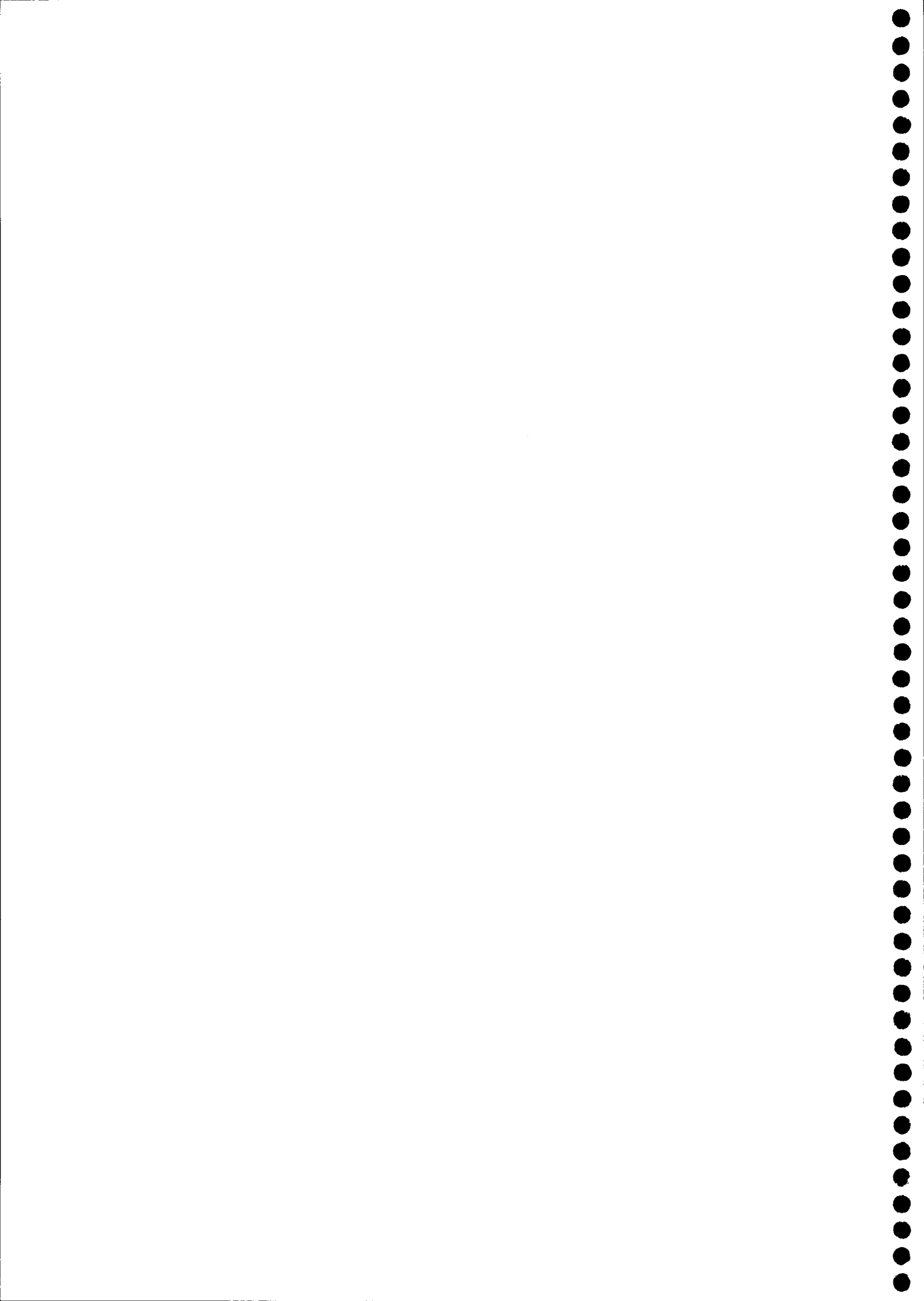
3.05	Taxa de Câmbio	<p>Para efeito do estabelecido no Artigo 4.09(a) das Normas Gerais deste Contrato, as partes acordam que a taxa de câmbio aplicável a esta operação será a indicada no inciso (a)(i) do referido Artigo.</p> <p><b>OBS: Normas Gerais:</b></p> <p><b>ARTIGO 4.09. Taxa de Câmbio. (a)</b> Para estabelecer a equivalência em Dólares de um gasto que seja efetuado na moeda do país do Mutuário, utilizar-se-á uma das seguintes taxas de câmbio, conforme disposto nas Disposições Especiais deste Contrato:</p> <p>(i) A mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados em Dólares à moeda do país do Mutuário. Neste caso, para fins de reembolso de gastos a débito do Empréstimo e de reconhecimento de gastos a débito do Empréstimo Local, aplicar-se-á a taxa de câmbio vigente na data de apresentação da solicitação ao Banco; ou</p>	<p>No exercício de 2014, o reembolso de gastos a débito do Empréstimo e as despesas reconhecidas a débito do aporte local foram convertidas pela taxa de câmbio da data de apresentação da Solicitação de Desembolso.</p>	Cláusula Cumprida
4.01	Aquisições de Bens e Contratação de Obras e Serviços	<p>As Contratações de obras e serviços (conforme definido nas Políticas de Aquisições a seguir identificadas) e as aquisições de bens que sejam financiadas, total ou parcialmente, pelo Banco deverão ser efetuadas de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2349-9 ("Políticas para a aquisição de bens e obras financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento"), de março de 2011 (doravante denominado "Políticas de Aquisições), que o Mutuário declara conhecer, e de acordo com as seguintes disposições desta Cláusula:</p> <p>[ ... ]</p>	<p>Os seguintes processos de contratações de obras foram selecionados para revisão: TP 288/2012 (Contrato 651/EDUC/2012), LPN 003/2012 (Contrato 238/EDUC/2013), LPN 002/2013 (Contrato 438/EDUC/2013), CC 009/2013 (Contrato 468/EDUC/2014).</p> <p>As Contratações de obras foram efetuadas de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2349-9 e na Lei nº 8.666/93.</p> <p>Mensagem CBR 3773/2013 - Não objeção aos aditivos de prazo e serviços nos processos LPN 002/12, 003/12, 004/12, 005/12 e 002/13.</p>	Cláusula Cumprida



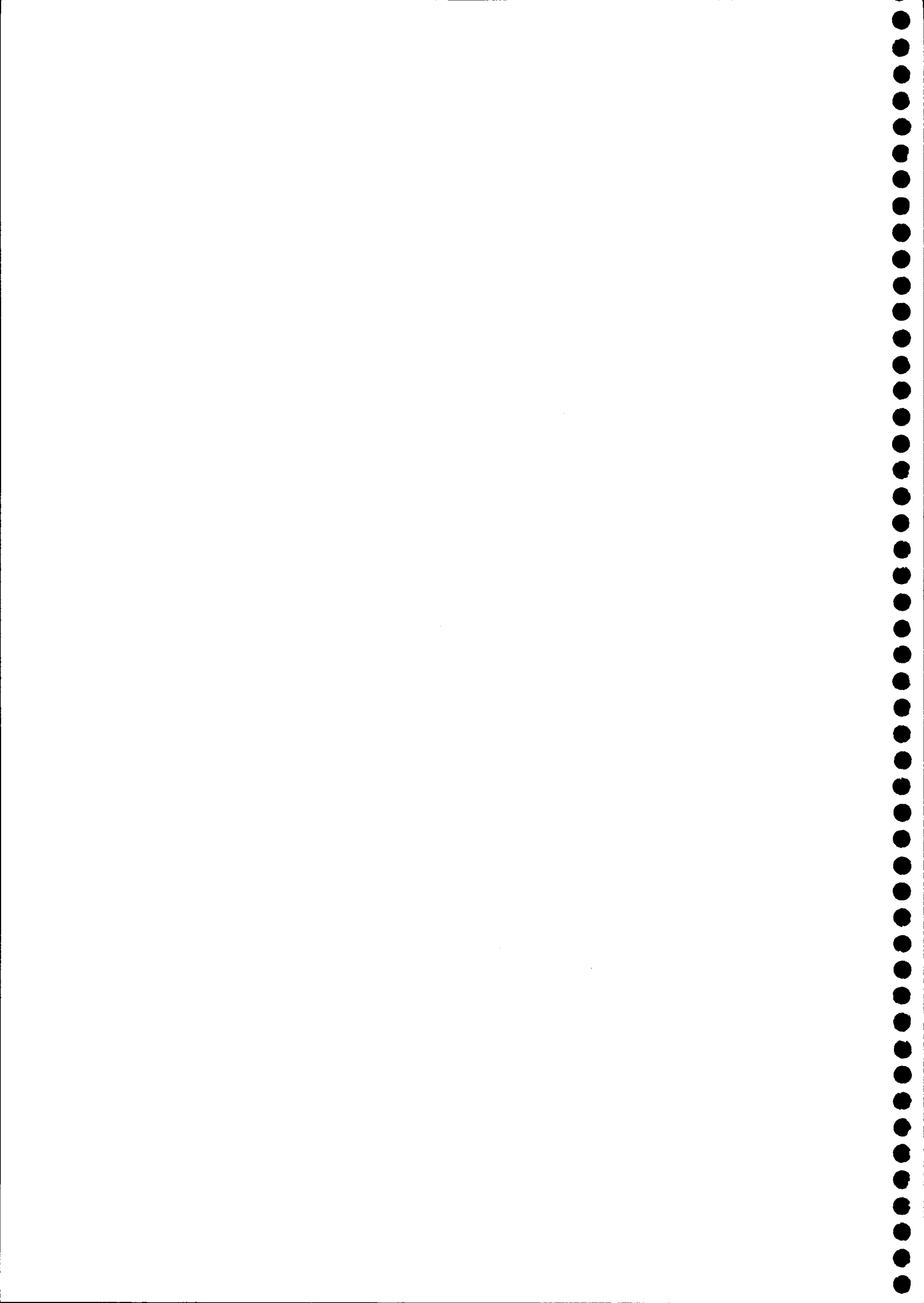
4.01 (d) (i)	Plano de Aquisições	<p><u>Aquisição de bens e contratação de obras e serviços.</u> As contratações de obras e serviços (conforme definido nas Políticas de Aquisições a seguir identificadas) e as aquisições de bens que sejam financiadas, total ou parcialmente, pelo Banco deverão ser efetuadas de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2349-9 ("Políticas para aquisição de bens e obras financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento"), de março de 2011 (doravante denominado "Políticas de Aquisições"), que o Mutuário declara conhecer, e de acordo com as seguintes disposições desta Cláusula:</p> <p>(d) Revisão pelo Banco das decisões em matéria de aquisições:</p> <p>(i) <u>Planejamento das aquisições de bens e contratações de obra e serviços:</u> Antes de efetuar qualquer aviso de pré-qualificação ou de licitação para a adjudicação de um contrato, o Mutuário deverá apresentar à revisão e aprovação do Banco o Plano de Aquisições proposto do Programa, que deverá incluir o custo estimado dos contratos, o agrupamento destes, se for o caso, os critérios de seleção e os procedimentos aplicáveis a cada um, de acordo com o disposto no parágrafo 1 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições. Este plano deverá ser atualizado pelo menos a cada 18 (dezoito) meses, ou com maior frequência segundo as necessidades do Programa, e cada versão atualizada do mesmo será submetida à revisão e aprovação do Banco. A aquisição de bens e a contratação das obras e serviços deverão ser realizadas em conformidade com tal Plano de Aquisições aprovado pelo Banco e com o disposto no referido parágrafo 1.</p>	<p>O Executor enviou ao Banco, por meio do Ofício nº 051/14 AE/BID/GS/SME/PMF, de 01/09/14, o Plano de Execuções; o Cronograma de Trabalho; o Quadro de origem e Aplicação de Recursos; Arquivo de Projeções Físico-financeiras; o Plano de Aquisições, a Matriz de Resultados, o Relatório Semestral e a Tabela com Reconhecimento de Despesas anteriores a data de vigência do Contrato.</p> <p>O Banco, pelo CBR-3153/2014, de 05/09/14, informou que analisou os referidos documentos e considera que os mesmos atendem aos requisitos da Cláusula 4.01 (d), dando por cumpria a condição contratual.</p>	Cláusula Cumprida
--------------	---------------------	--	---	-------------------



4.02 (b)	Plano Anual de Manutenção	<p><b>Manutenção.</b> O Mutuário se compromete a:</p> <p>(b) apresentar ao Banco, durante o prazo de execução do Programa, dentro do primeiro trimestre de cada ano, um relatório sobre o estado dos mesmos e o plano anual de sua manutenção, conforme disposto na Seção V do Anexo Único. Se ficar comprovado, com base nas inspeções feitas pelo Banco ou nos relatórios recebidos, que a manutenção efetuada encontra-se abaixo dos níveis acordados, o Mutuário e o Órgão Executor deverão adotar as medidas necessárias para que as deficiências sejam corrigidas à satisfação do Banco.</p> <p><b>OBS: Anexo Único – Seção V:</b></p> <p><b>5.02</b> O primeiro plano anual de manutenção deverá corresponder ao exercício fiscal seguinte ao da entrada em operação da primeira obra do Programa.</p>	<p>O primeiro relatório sobre o estado das obras e bens, assim como o Plano Anual de Manutenção devem ser encaminhados ao Banco até 31/03/16.</p>	Não se aplica
4.05	Reconhecimento de Despesa a Débito da Contrapartida Local	<p>O Banco poderá reconhecer, como parte dos recursos da contrapartida local, despesas, distintas das previstas na cláusula 3.03 destas Disposições Especiais, efetuadas com o Programa, até quantia equivalente a US\$ 4.900.000,00 (quatro milhões e novecentos mil Dólares). Estas despesas deverão ter sido efetuadas antes de 20 de novembro de 2013 e após 20 de maio de 2012, desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Contrato. O Banco também poderá reconhecer, como parte da contrapartida local, as despesas efetuadas ou que venham a ser efetuadas com o programa a partir de 20 de novembro de 2013 e até a data da entrada em vigor do presente contrato, desde que se tenham cumprido os mencionados requisitos.</p>	<p>O Banco reconheceu como parte dos recursos da contrapartida local as despesas efetuadas com o Projeto no período de 20/05/12 a 20/11/13, na importância de US\$ 1.596.719,78 (Justificativa de Gastos nº 02) e no período de 21/11/13 a 14/07/2014, a quantia de US\$ 2.157.548,03 (Justificativa de Gastos nº 03), totalizando US\$ 3.754.267,81.</p>	Cláusula Cumprida

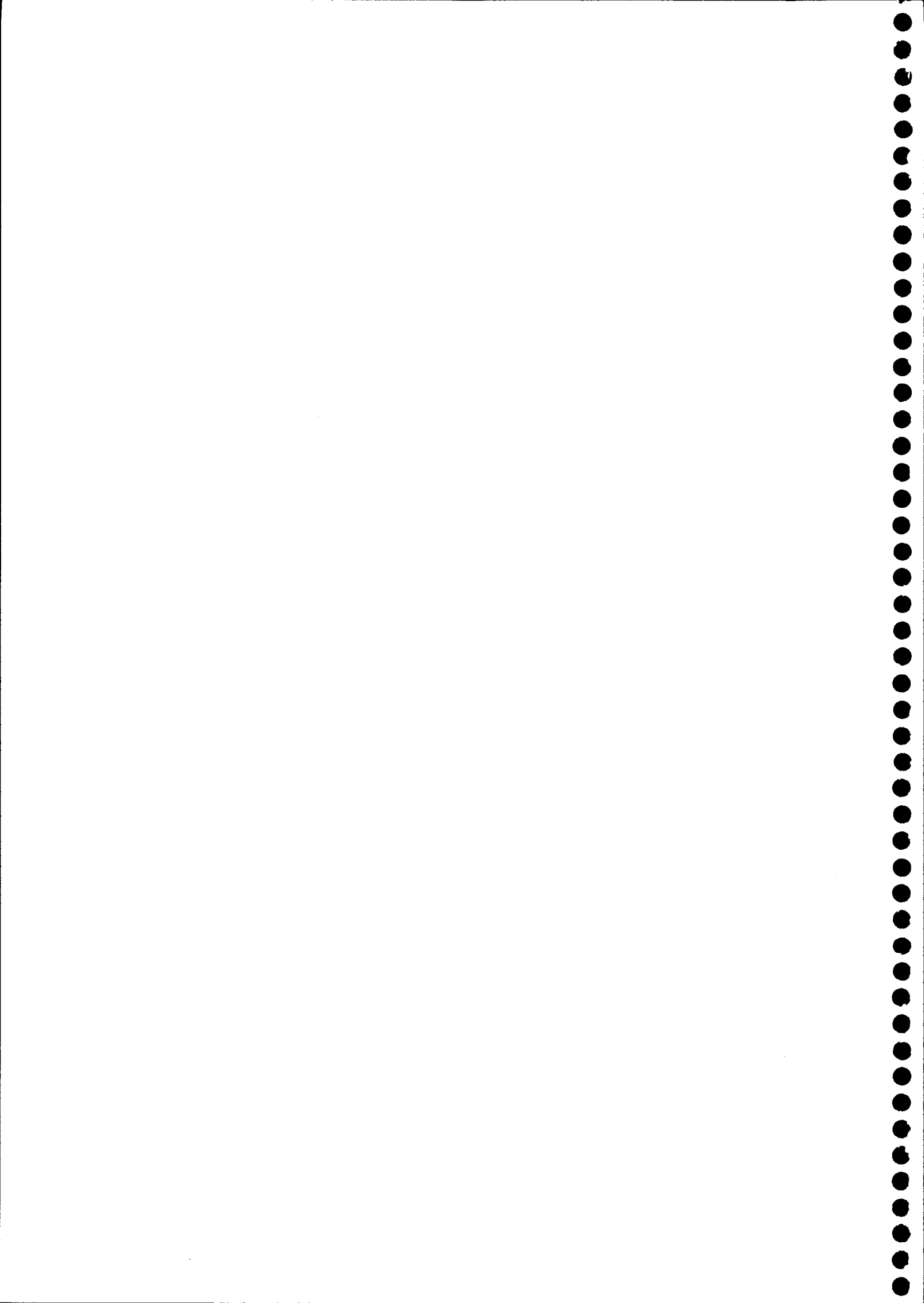


4.06	Seleção e Contratação de Consultores	<p>A seleção e contratação de consultores financiadas total ou parcialmente com recursos do Financiamento deverão ser efetuadas de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2350-9 ("Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento"), de março de 2011 (doravante denominado "Políticas de Consultores"), que o Mutuário declara conhecer e se compromete a fazer conhecer, e de acordo com as seguintes disposições desta Cláusula:</p> <p>[ ... ]</p>	<p>CBR 3220/2014 de 22/09/2014 – O Banco apresenta a Não Objeção aos documentos a serem utilizados em processos de seleção de Consultores – Relatório de Lista Curta e SDP, encaminhados em 22/09/2014.</p> <p>Foi selecionado para revisão o processo de seleção e contratação de consultores SCI 0009 EDU/BID/2014 e o Contrato 714/EDU/BID/2014, referente à Contratação de consultores para Elaboração de Diretrizes Curriculares para a Ed. Básica.</p> <p>Após análise verificou-se que a contratação foi efetuada de acordo com as Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo BID (GN 2350-9).</p> <p>O Banco, por meio da CBR 3211/2014, reportando-se ao Ofício 53/2014, após análise dos doc. encaminhados, manifestou-se pela não-objeção à contratação.</p>	Cláusula Cumprida
4.07	Compilação de Dados e Relatórios	<p>O Mutuário apresentará ao Banco para sua aprovação antes do último dia calendário dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, a partir da data de entrada em vigor deste Contrato, relatórios de acompanhamento descrevendo as atividades realizadas de acordo com o respectivo Plano Operacional Anual (POA) e os problemas encontrados na execução do Programa.</p>	<p>O 1º Relatório de Acompanhamento deverá ser apresentado pelo Mutuário até o último dia do mês de Fevereiro de 2015.</p>	Não se aplica



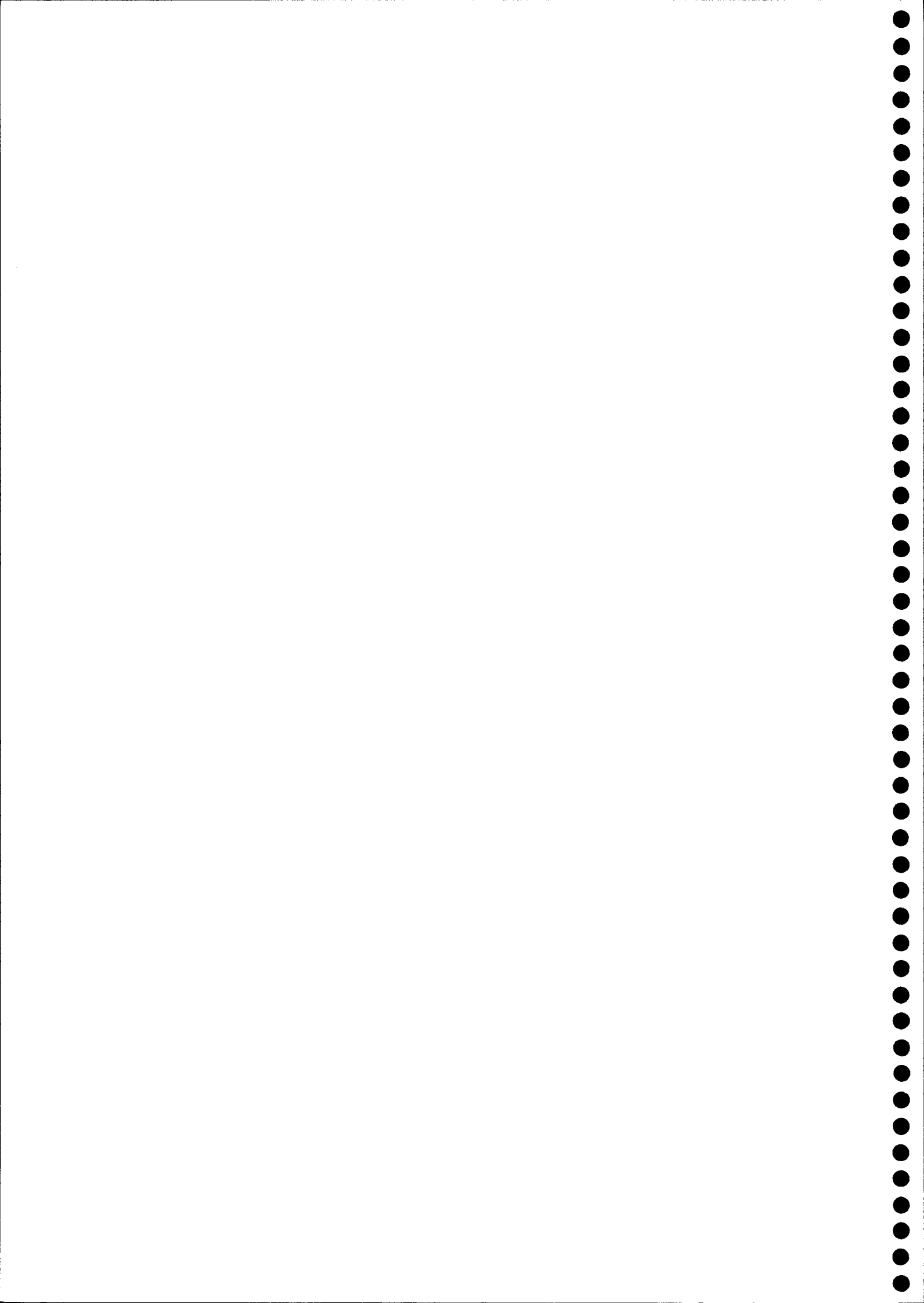
5.01	<b>Registros, Inspeções e Relatórios</b>	O Mutuário se compromete a manter registros, permitir inspeções, apresentar relatórios, manter um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno aceitáveis ao Banco e fazer auditar e apresentar ao Banco as demonstrações financeiras e outros relatórios auditados, de acordo com as disposições estabelecidas neste Capítulo e no Capítulo VII as Normas Gerais.	O Mutuário mantém registros, permite a realização de inspeções, apresenta os relatórios exigidos pelo Banco e pela auditoria e, apresenta as demonstrações financeiras de acordo com as disposições estabelecidas no capítulo VIII das Normas Gerais.  Obs.: Vide comentários sobre o cumprimento do artigo 8.01 (a), (i), das Normas Gerais.	Cláusula Cumprida
5.03	<b>Demonstrações Financeiras</b>	O Mutuário se compromete a apresentar ao Banco dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias do encerramento de cada exercício fiscal do Mutuário, durante o Prazo Original de Desembolso ou suas extensões, as demonstrações financeiras do Programa, devidamente auditadas pelo Tribunal e Contas do Estado de Santa Catarina ou por empresa de auditoria independente aprovada pelo Banco. O último relatório contendo as demonstrações financeiras auditadas deverá ser apresentado ao banco dentro dos 120 (cento e vinte) dias seguintes ao vencimento do Prazo Original de Desembolso ou suas extensões.	O prazo para apresentação das demonstrações financeiras do período auditado é 30/04/15.	Não se aplica

Fonte: Contrato de Empréstimo nº 3079/OC-BR, Prefeitura M. de Florianópolis e TCE/SC.

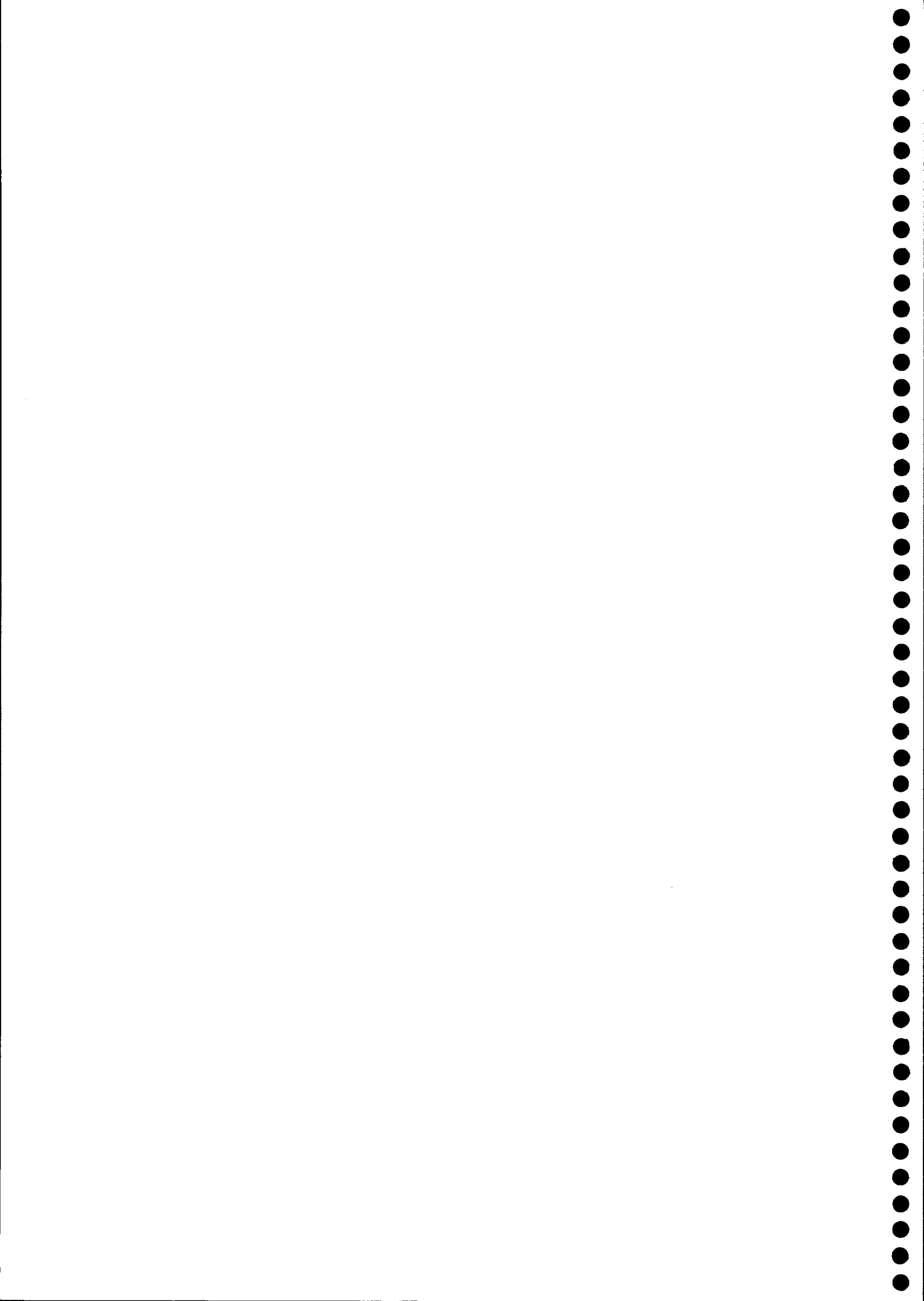


Quadro 02: Normas Gerais – Artigos do Contrato de Empréstimo nº 3079/OC-BR

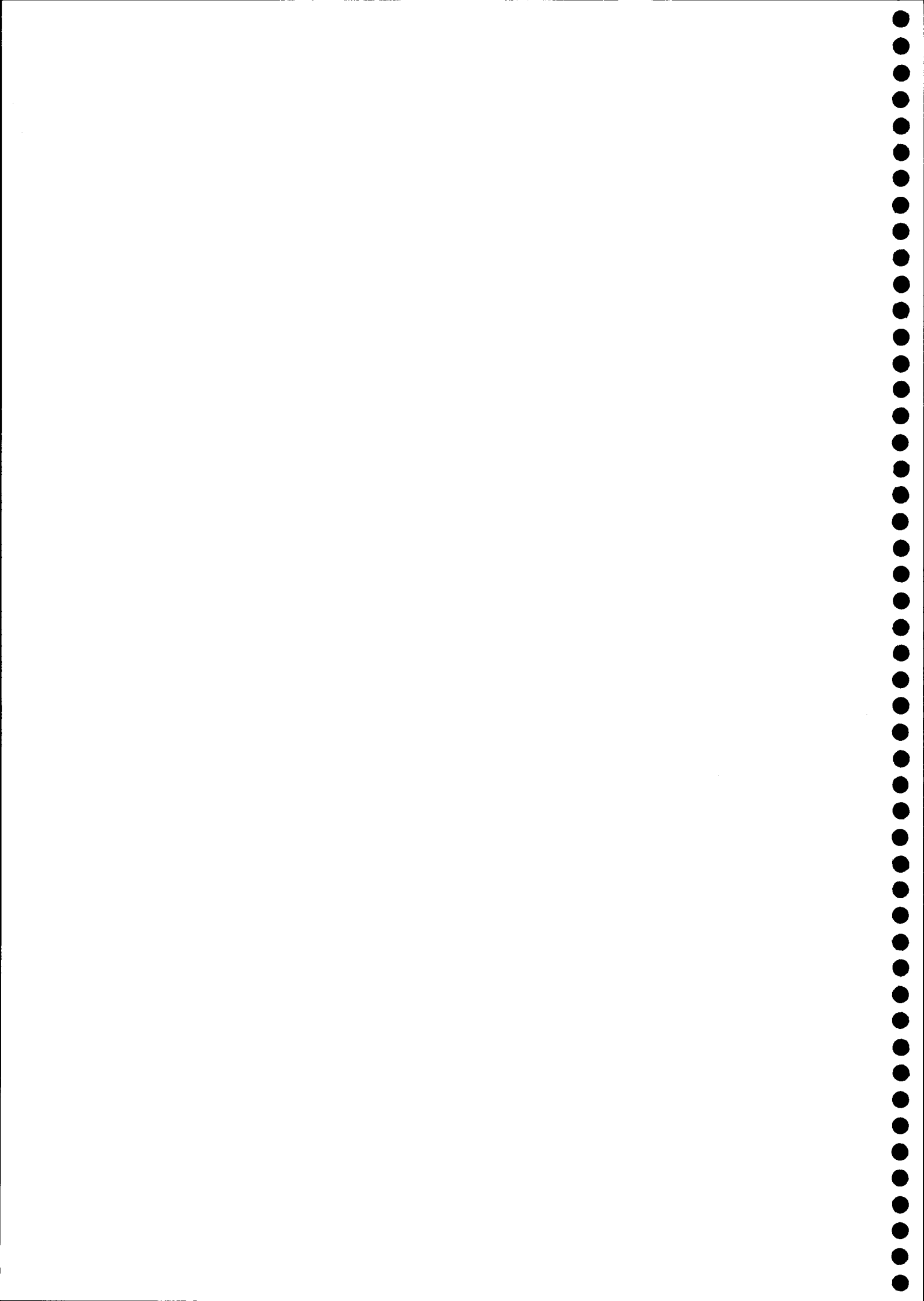
ARTIGO	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
4.01 (a)	<p>Pareceres Jurídicos do Contrato de Empréstimo</p> <p>Pareceres Jurídicos do Contrato de Garantia</p>	<p><u>Condições prévias ao primeiro desembolso.</u> O primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo estará condicionado a que se cumpram, de maneira satisfatória para o Banco, os seguintes requisitos:</p> <p>(a) Que o Banco tenha recebido um ou mais pareceres jurídicos fundamentados, com indicação das disposições constitucionais, jurídicas e regulamentares pertinentes, no sentido de que as obrigações contraídas pelo Mutuário neste Contrato e pelo Fiador no Contrato de Garantia, se for o caso, são válidas e exigíveis. Ditos pareceres deverão, ademais, abranger o exame de qualquer consulta de natureza jurídica que, razoavelmente, o Banco considere cabível formular.</p>	<p>Mensagem nº 369/2014 de 06/02/14 – O Banco, com base no Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município nº 407/2013, com indicação das disposições constitucionais, jurídicas e regulamentares pertinentes, no sentido de que as obrigações contraídas pelo Mutuário no Contrato de Empréstimo, apresentado por meio do Ofício 2231/2013 GS/SME/PMF, declara cumprir a condição prevista no artigo 4.01 (a).</p> <p>Reportando-se ao Parecer PGFN/COFNº 1325/2014, e Ofícios AE/BID/GS/SME/PMF nº 49/2014 e 54/2014, encaminhados ao Banco solicitando a Não Objeção ao Parecer Jurídico nº 213/2014 da Procuradoria Geral do Município de Florianópolis, o Banco, na Mensagem CBR-3018/2014, de 08/09/14, declara totalmente cumprir a condição prévia de desembolso do Artigo 4.01 (a) das Normas Gerais do Contrato.</p>	Artigo Cumprido
4.01 (b)	Representantes Legais	<p><u>Condições prévias ao primeiro desembolso.</u> O primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo estará condicionado a que se cumpram, de maneira satisfatória para o Banco, os seguintes requisitos:</p> <p>(b) Que o Mutuário, diretamente ou por meio do Órgão Executor, se pertinente, tenha designado um ou mais funcionários que possam representá-lo em todos os atos relacionados com a execução deste Contrato e que tenha feito chegar ao Banco exemplares autênticos das assinaturas desses representantes. Se forem designados dois ou mais funcionários, o Mutuário indicará se os mesmos poderão atuar separada ou conjuntamente.</p>	<p>Na mensagem CBR-1165/14, de 03/04/14, referindo-se ao Ofício nº 2223/2014 GS/SME/PMF, de 16/12/13, por meio do qual foram apresentadas as cópias do Diário Oficial do Município nº 1136 e da Lei Complementar 481 de 16/01/14, constando a designação dos representantes da Unidade de Coordenação do Programa - UCP, o Banco comunicou ao Mutuário que analisou os referidos documentos e considera que os mesmos atendem aos requisitos do Artigo 4.01(b), dando por cumprida a referida condição contratual.</p>	Artigo Cumprido



ARTIGO	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
4.01 (c)	Disponibilidade de Recursos Locais	<p><u>Condições prévias ao primeiro desembolso.</u> O primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo estará condicionado a que se cumpram, de maneira satisfatória para o Banco, os seguintes requisitos:</p> <p>(c) Que o Mutuário, diretamente ou por intermédio do Órgão Executor, se pertinente, tenha demonstrado ao Banco que disporá oportunamente de recursos suficientes para atender, pelo menos durante o primeiro ano civil, à execução do Projeto, de acordo com o cronograma de investimentos mencionado na alínea que se segue. Quando o Empréstimo financie a continuação da mesma operação, cuja etapa ou etapas anteriores o Banco esteja financiando, a obrigação contida nesta alínea não será aplicável.</p>	<p>Com objetivo de atender ao Artigo 4.01(c), o mutuário encaminhou ao Banco, por meio do Ofício nº 007/2014 AE/BID/GS/SME/PMF, de 15/04/14, as cópias das Leis 9320/2014 e 9431/2014 que comprovam a disposição de recursos suficientes da Prefeitura Municipal, para atender pelo menos o primeiro ano civil o pagamento da contrapartida local, conforme determinado nas Condições Gerais ao Primeiro Desembolso.</p> <p>O Banco, pelo CBR-1666/14, de 16/04/14, informou que analisou os documentos e considera que os mesmos atendem aos requisitos deste Artigo, dando por cumprida a condição contratual.</p>	Artigo Cumprido
4.01 (d)	Relatório Inicial	<p><u>Condições prévias ao primeiro desembolso.</u> O primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo estará condicionado a que se cumpram, de maneira satisfatória para o Banco, os seguintes requisitos:</p> <p>(d) Que o Mutuário, diretamente ou por intermédio do Órgão Executor, se pertinente, tenha apresentado ao Banco um relatório inicial, preparado segundo a forma indicada pelo Banco, que, além de outras informações que o Banco possa razoavelmente solicitar nos termos deste Contrato, compreenda: (i) um plano de execução do Projeto (...); (ii) um calendário ou cronograma de trabalho (...); (iii) um quadro de origem e aplicação dos recursos (...); e (iv) o conteúdo que devem ter os relatórios de progresso a que se refere o Artigo 8.03 destas Normas Gerais. (...).</p>	<p>O Mutuário encaminhou ao BID, por meio do Ofício nº 51/2014, de 05/09/14, um exemplar do Relatório Inicial para conhecimento, análise e manifestação do Banco.</p> <p>O Banco na mensagem CBR 3153/2014 de 05/09/14, informou que analisou os referidos documentos e não tem objeção ao cumprimento da condição prévia contida no Artigo 4.01 (d).</p>	Artigo Cumprido

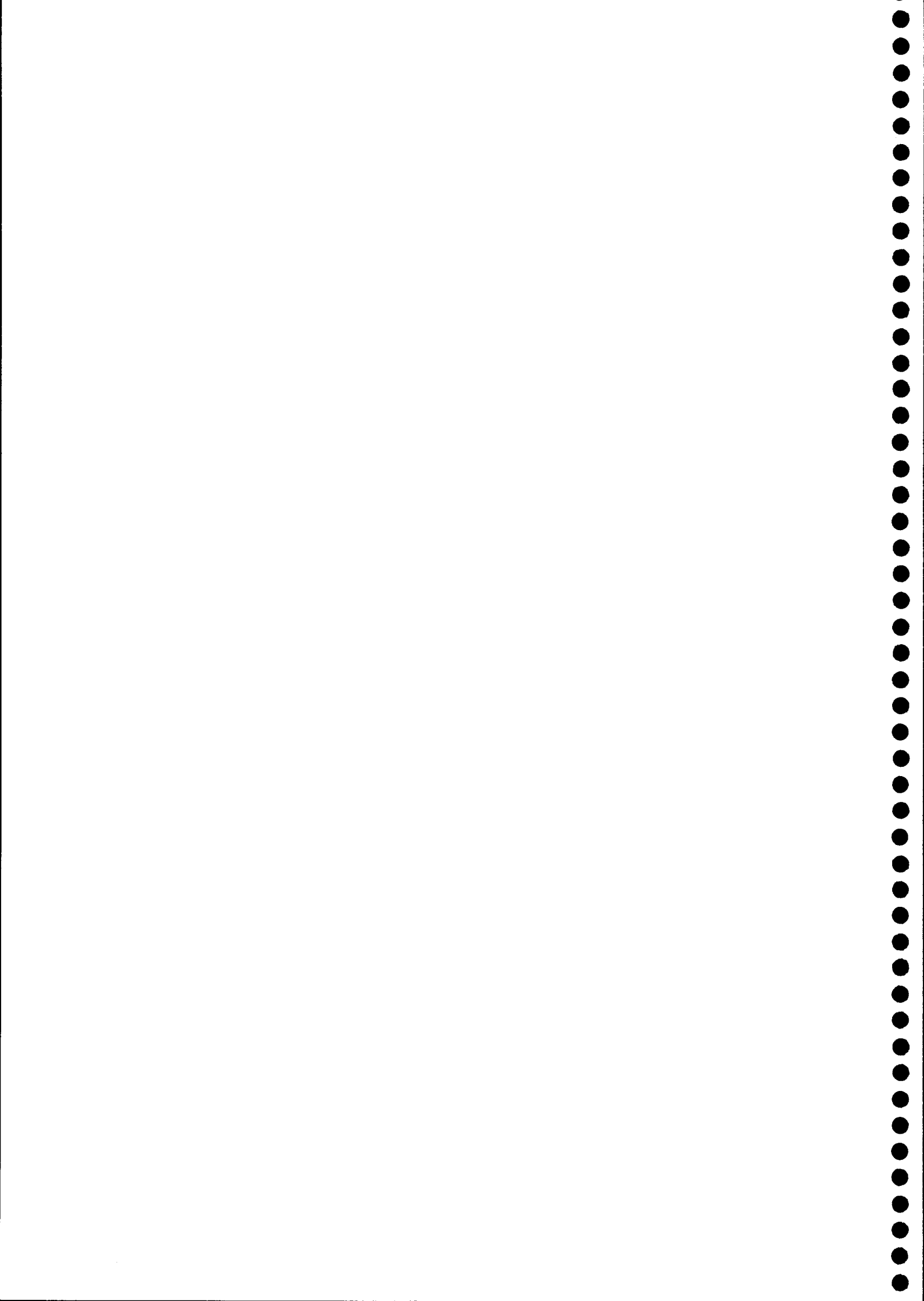


ARTIGO	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
4.01 (e)	Sistema de Informação Financeira e Estrutura de Controle Interno	<p><u>Condições prévias ao primeiro desembolso.</u> O primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo estará condicionado a que se cumpram, de maneira satisfatória para o Banco, os seguintes requisitos:</p> <p>(e) Que o Mutuário ou o Órgão Executor tenha demonstrado ao Banco que conta com um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno adequados para os propósitos indicados neste Contrato.</p>	<p>O Mutuário encaminhou ao Banco pelo Ofício nº 008/14 AE/BID/GS/SME/PMF, de 10/04/14, documento que comprova a existência de ferramenta de Sistema de Gestão Financeira e estrutura adequada, por meio de Convênio com a Secretaria de Estado da Fazenda para uso do Sistema BETHA.</p> <p>O Banco, no CBR-1349/2014, de 17/04/14, declara cumprida a condição contratual do item 4.01 (e) Das Normas.</p> <p>Obs.: Vide comentários sobre o cumprimento do artigo 8.01 (a), (i), das Normas Gerais.</p>	Artigo Cumprido
4.03	Requisitos Para Qualquer Desembolso	<p>Para que o Banco efetue qualquer desembolso será preciso: (a) que o Mutuário ou o Órgão Executor, conforme o caso, tenha apresentado por escrito, ou por meio eletrônico na forma e nas condições especificadas pelo Banco, um pedido de desembolso e que, em apoio ao mesmo, tenham sido fornecidos ao Banco os documentos pertinentes e demais antecedentes que este possa haver solicitado; (b) que o Mutuário ou o Órgão Executor, conforme seja o caso, tenha aberto e mantenha uma ou mais contas bancárias em uma instituição financeira em que o Banco realize os desembolsos; (c) salvo acordo em contrário pelo Banco, os pedidos sejam apresentados, o mais tardar, 30 (trinta) dias antes da data de vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou qualquer extensão do mesmo; (d) não tenham ocorrido quaisquer das circunstâncias descritas no Artigo 6.01 destas Normas Gerais; e (...).</p>	<p>O Mutuário atendeu aos requisitos estabelecidos neste artigo e apresentou ao BID três pedidos de desembolsos, nas seguintes datas e valores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 09/10/14, no valor de US\$ 5.170.010,000, através da Solicitação nº 1, na modalidade de Adiantamento de Fundos;</li> <li>- Em 09/10/14, no valor de US\$ 435.275,20, através da Solicitação nº 2, na modalidade de Reembolso de Despesas do período de 20/05/12 a 20/11/13; e</li> <li>- Em 09/10/14, no valor de US\$ 307.986,16, através da Solicitação nº 3, na modalidade de Reembolso de Despesas do período de 21/11/13 a 14/07/14.</li> </ul> <p>Todos os três pedidos de desembolsos foram integralmente atendidos pelo Banco.</p>	Artigo Cumprido

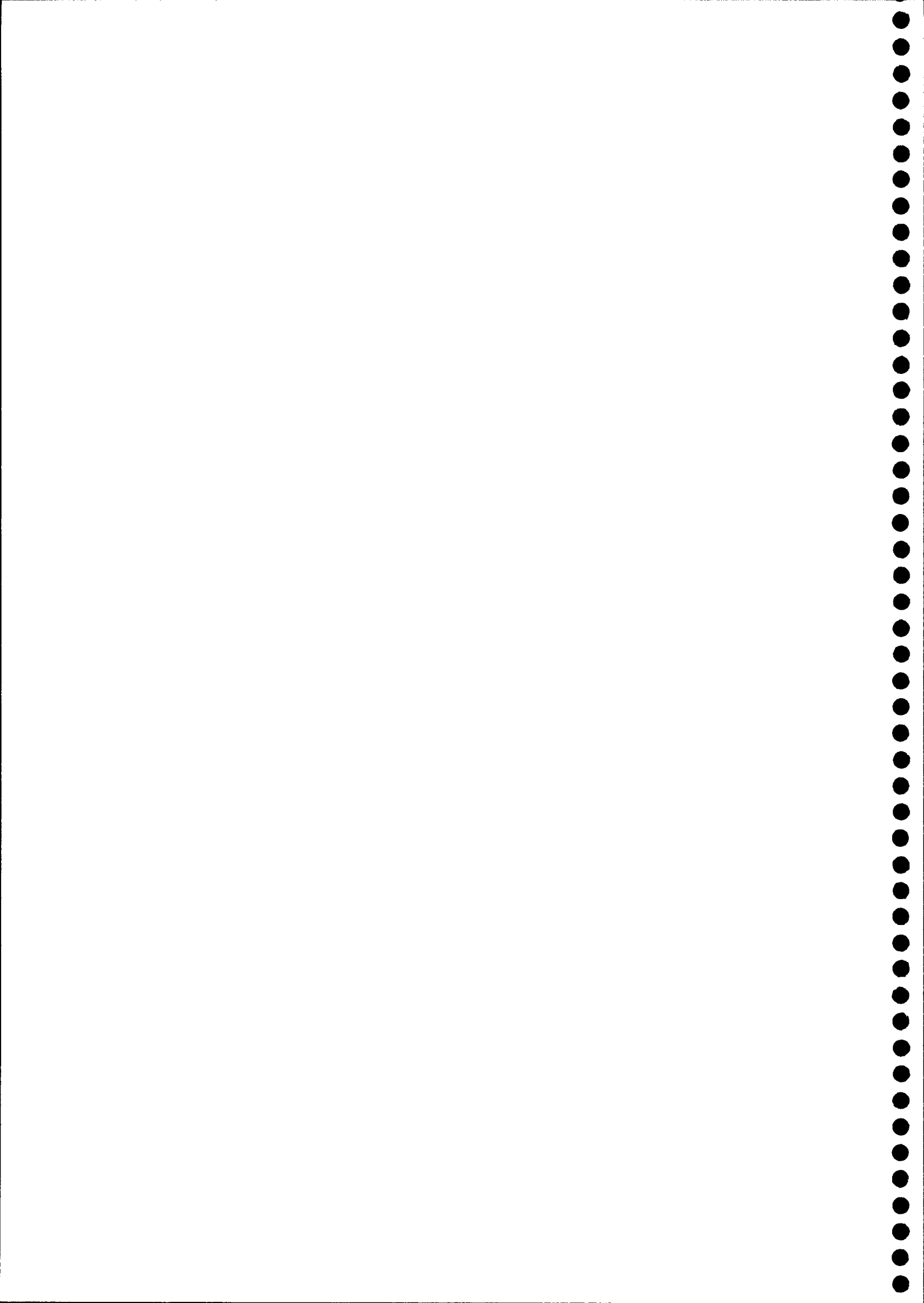


**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

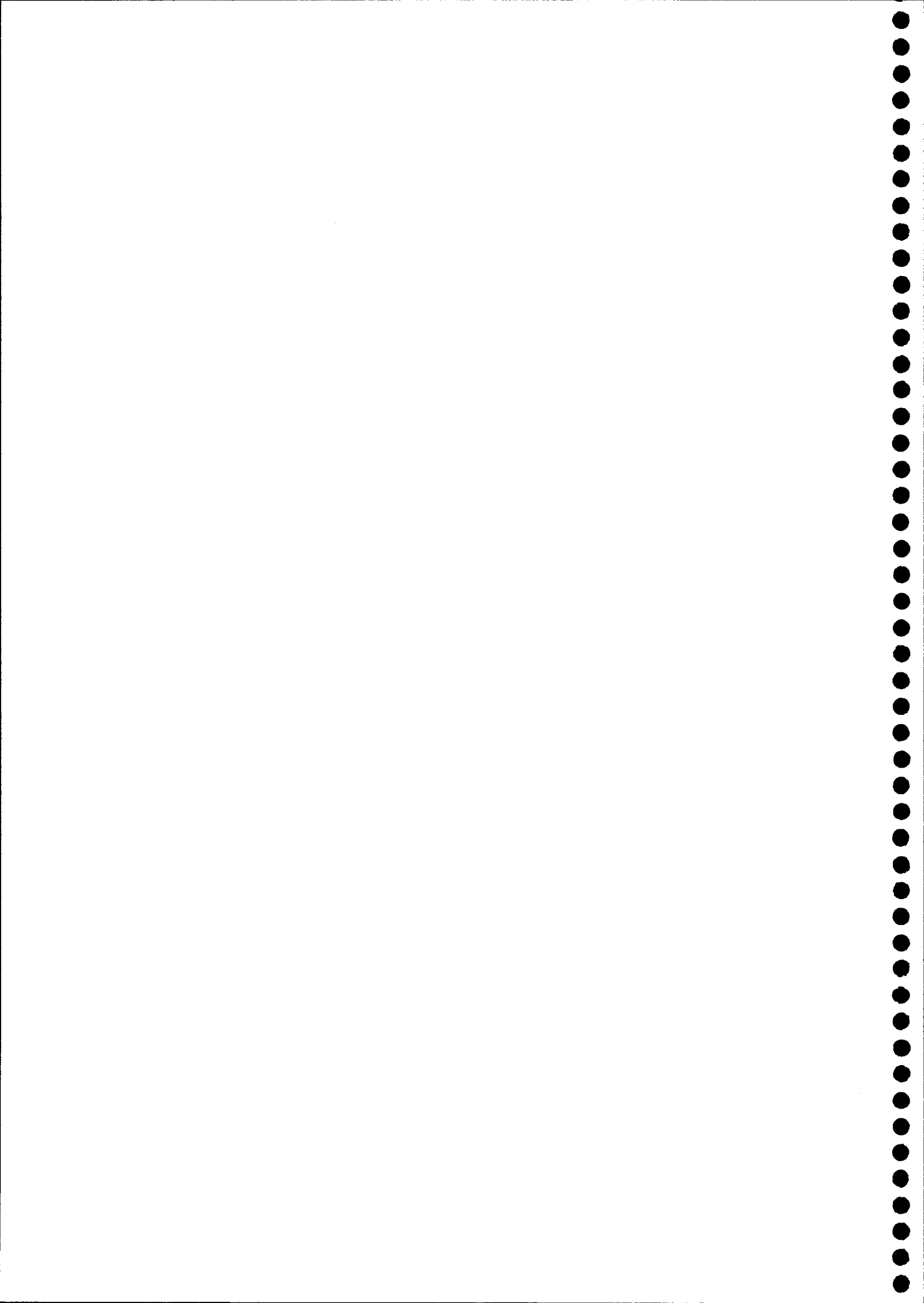
ARTIGO	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO									
4.05	Procedimento de Desembolso	O Banco poderá efetuar desembolsos da seguinte maneira: (a) transferindo a favor do Mutuário as quantias a que este tenha direito de acordo com este Contrato sob a modalidade de reembolso de despesas e Adiantamento de Fundos; (b) efetuando pagamentos a terceiros por conta do Mutuário, e de comum acordo; ou (c) mediante outra modalidade que as partes acordem por escrito. Qualquer despesa bancária em razão dos desembolsos correrá por conta do Mutuário. Salvo acordo das partes em contrário, somente serão feitos desembolsos, em cada oportunidade, de quantias não inferiores a um montante equivalente a US\$ 100.000,00 (cem mil Dólares).	a) No exercício de 2014, o Banco transferiu a favor do Mutuário a quantia de US\$ 743.261,36 na modalidade de reembolso de despesas e US\$ 5.170.010,00 na modalidade de adiantamento de fundos;  b) Não houve pagamentos a terceiros;  c) Não houve transferência em outra modalidade.	Artigo Cumprido									
4.06	Reembolso de Despesas	a) Cumpridos os requisitos previstos nos Artigos 4.01 e 4.03 destas Normas Gerais e os que sejam pertinentes das Disposições especiais, o banco poderá efetuar desembolsos para reembolsar ao Mutuário, ou ao Órgão executor, conforme seja o caso, as despesas efetuadas na execução do Projeto que sejam elegíveis para atender-se com recursos do Empréstimo, de acordo com as disposições deste Contrato.  b) Salvo acordo expresso entre as partes, os pedidos de desembolso para reembolsar despesas financiadas pelo Mutuário ou pelo Órgão Executor, conforme seja o caso, de acordo com o inciso (a) acima, deverão ser feitas prontamente, à medida que o Mutuário ou o Órgão Executor incorram em tais despesas, ou, no mais tardar, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao fim de cada semestre ou em outro prazo que as partes acordem.	O Mutuário cumpriu todos os requisitos previstos e o Banco efetuou 02 (dois) desembolsos para reembolsar despesas anteriores a assinatura do Contrato, no total de US\$ 743.261,36, que ocorreram nas seguintes datas e valores: <table><tr><th>Solicitação Nº</th><th>Data</th><th>Valor US\$</th></tr><tr><td>2</td><td>09/10/14</td><td>435.275,20</td></tr><tr><td>3</td><td>09/10/14</td><td>307.986,16</td></tr></table>	Solicitação Nº	Data	Valor US\$	2	09/10/14	435.275,20	3	09/10/14	307.986,16	Artigo cumprido
Solicitação Nº	Data	Valor US\$											
2	09/10/14	435.275,20											
3	09/10/14	307.986,16											



ARTIGO	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
4.07	Adiantamento de Fundos	<p>(a) Cumpridos os requisitos previstos nos Artigos 4.01 e 4.03 destas Normas Gerais e os que sejam pertinentes das Disposições Especiais, o Banco poderá efetuar desembolsos para adiantar recursos ao Mutuário ou ao Órgão Executor, conforme seja o caso, para atender despesas elegíveis com recursos do Empréstimo, nos termos das disposições deste Contrato.</p> <p>(b) O montante máximo de cada Adiantamento de Fundos será fixado pelo Banco com base nas necessidades de liquidez do Projeto para atender previsões periódicas de gastos, de acordo com inciso (a) acima. (...)</p> <p>(c) O Banco poderá (i) ampliar o montante máximo do Adiantamento de Fundos vigente quando tenham surgido necessidades imediatas de recursos financeiros que o justifiquem, e assim lhe for justificadamente solicitado, e se for apresentado um extrato de despesas programadas para a execução do Projeto correspondente ao período do Adiantamento de Fundos vigente; ou (ii) efetuar um novo Adiantamento de Fundos com base no indicado no inciso (b) acima, quando tenha-se justificado, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do total dos recursos desembolsados a título de adiantamento. (...)</p> <p>(d) O Banco poderá também reduzir ou cancelar o saldo total acumulado do(s) adiantamento(s) de fundos caso determine que os recursos desembolsados não foram utilizados ou justificados devida e oportunamente ao Banco, de acordo com as disposições deste Contrato.</p>	<p>(a) No exercício de 2014, o Banco efetuou 01 (um) Adiantamento de Fundos no montante de US\$ 5.170.010,00, em atendimento a Solicitação de Desembolso nº 1 de 09/10/14.</p> <p>(b) Fato não ocorrido no exercício;</p> <p>(c) Fato não ocorrido no exercício; e</p> <p>(d) Fato não ocorrido no exercício.</p>	Artigo Cumprido

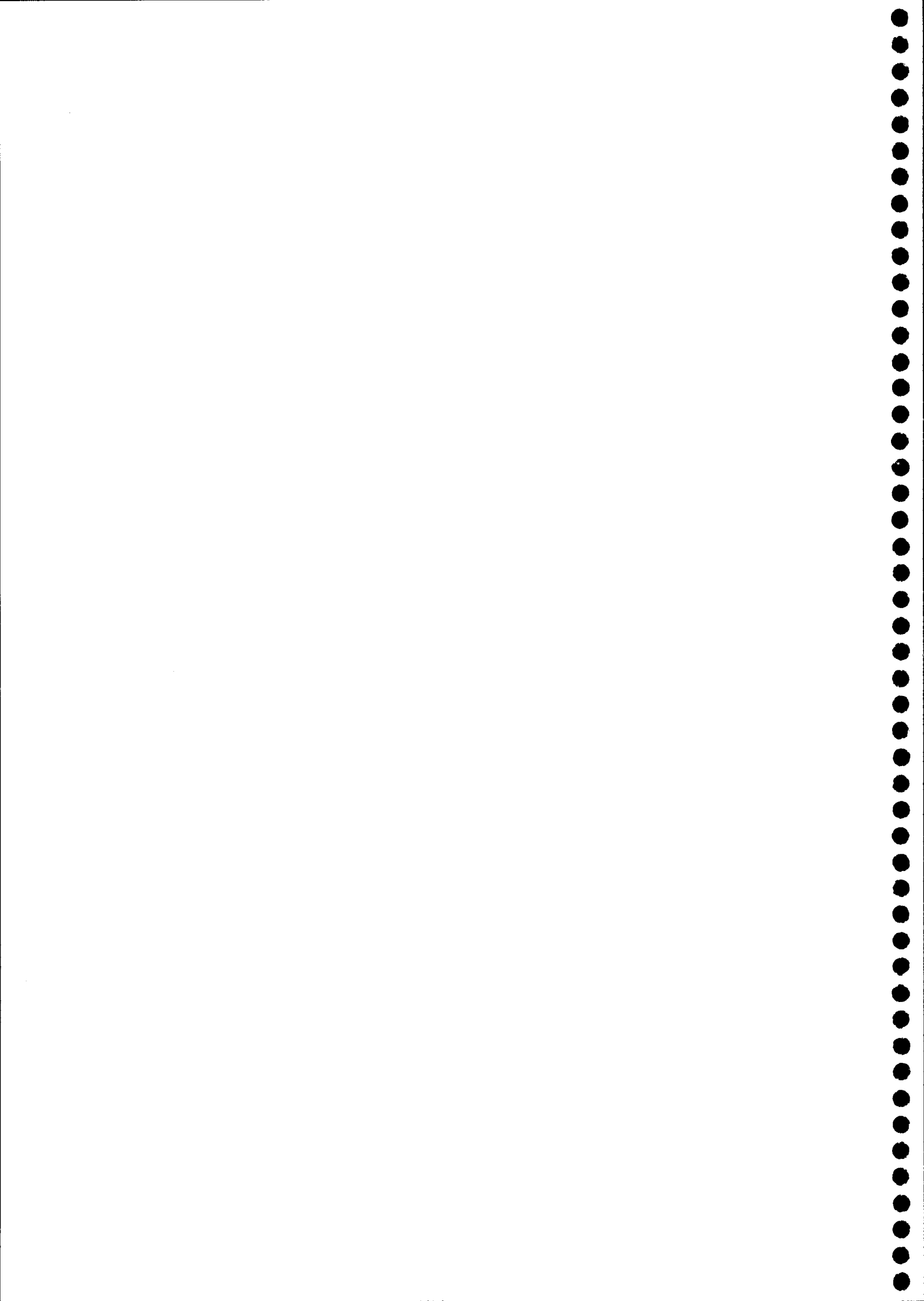


ARTIGO	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
7.01(b)	Disposições Gerais Relativas à Execução do Projeto	(b) Qualquer modificação substancial nos planos, especificações, cronograma de investimentos, orçamentos, regulamentos e outros documentos que o Banco haja aprovado, assim como qualquer modificação substancial no contrato ou contratos de bens ou serviços custeados com os recursos destinados à execução do Projeto, ou nas categorias de investimento, dependerá de prévio consentimento escrito do Banco.	O Mutuário, pelo Ofício nº 052/2014 AE/BID/GS/SME/PMF, de 04/09/14, encaminhou ao Banco para não objeção, o Regulamento Operativo do Programa (ROP) alterado e a Portaria nº 283/2014, que instituiu o ROP na Secretaria Municipal de Educação.  O Banco, através do CBR-3144/2014, de 05/09/14, informou que após a análise dos documentos não tem objeção a esta modificação.	Artigo Cumprido
7.03	Utilização de Bens	Salvo autorização expressa do Banco, os bens adquiridos com os recursos do Empréstimo deverão destinar-se exclusivamente aos fins do Projeto. Concluída a execução do Projeto, a maquinaria e o equipamento de construção utilizados nessa execução poderão ser empregados para outros fins.	O executor não adquiriu bens com recursos do Empréstimo no período auditado.	Não se aplica
7.04 (b)	Recursos Adicionais	(b) A partir do ano civil seguinte ao do início do Projeto e durante o período de sua execução, o Mutuário deverá demonstrar ao Banco, nos primeiros 60 (sessenta) dias de cada ano civil, que disporá, oportunamente, dos recursos necessários para efetuar a contribuição local ao Projeto durante esse ano.	A primeira demonstração ao Banco da disponibilidade dos recursos da contrapartida deverá ocorrer até 01/03/15.	Não se aplica
8.01 (a) (i)	Sistema de Informação Financeira	(a) O Mutuário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, deverá manter:  (i) um sistema de informação financeira aceitável ao Banco que permita o registro contábil, orçamentário e financeiro, e a emissão de demonstrações financeiras e outros relatórios relacionados com os recursos do Empréstimo e de outras fontes de financiamento, se for o caso;	O executor adquiriu um novo sistema de informação que está em processo de implantação, impossibilitando a emissão das demonstrações financeiras e outros relatórios relacionados com os recursos do Empréstimo e de outras fontes de financiamento do período auditado.  Este fato gerou o Achado de Auditoria relatado no item 3.2.1.1 da Carta Gerencial do Relatório de Auditoria.	Artigo não cumprido



ARTIGO	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
8.03	Relatórios Semestrais de Execução do Projeto	O Mutuário, ou o Órgão Executor, se pertinente, deverá apresentar à satisfação do Banco, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao término de cada Semestre, ou em outro prazo acordado pelas Partes, os relatórios referentes à execução do Projeto, preparados de acordo com as normas que, a respeito, forem acordadas com o Banco; e os demais relatórios que o Banco razoavelmente solicitar com relação ao investimento dos montantes emprestados, à utilização dos bens adquiridos com tais montantes e ao desenvolvimento do Projeto.	O primeiro Relatório Semestral de Execução do Projeto referente ao 2º semestre de 2014, deverá ser apresentado ao Banco até 01/03/2015.	Não se aplica

Fonte: Contrato de Empréstimo nº 3079/OC-BR, Prefeitura M. de Florianópolis e TCE/SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**DIRETORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS (DAE)**

**PROJETO DE EXPANSÃO APERFEIÇOAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
E DO ENSINO FUNDAMENTAL EM FLORIANÓPOLIS**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE  
INTERNO ASSOCIADO À AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS**

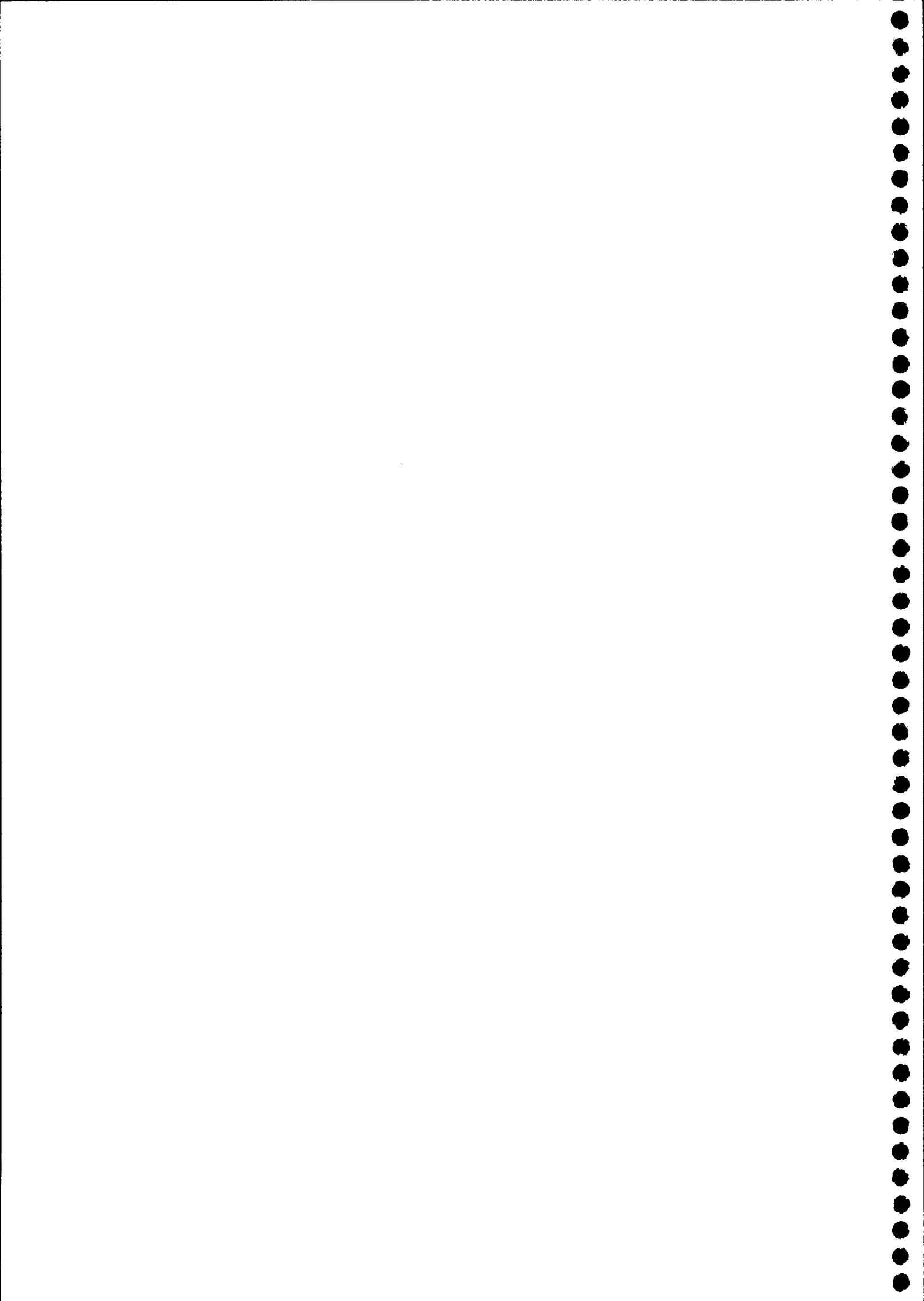
**Ao Município de Florianópolis**

**Projeto de Expansão Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino  
Fundamental em Florianópolis**

Realizamos a auditoria da Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2014 e da Demonstração de Investimentos Acumulados em 31 de dezembro de 2014, do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis, financiado com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, conforme o Contrato de Empréstimo Nº 3079/OC-BR e do aporte local do Município de Florianópolis, executado pela Secretaria Municipal de Educação (SME), e emitimos nossos respectivos relatórios sobre os mesmos, com data 30 de abril de 2015.

Este relatório é complementar a nossa Opinião sobre as Demonstrações Financeiras mencionadas.

A Administração da Secretaria Municipal de Educação (SME), executora do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis, é responsável por estabelecer e manter um sistema de controle interno suficiente para mitigar os riscos de distorção das informações financeiras e proteger os ativos sob a custódia do Projeto, incluindo as obras construídas e outros bens adquiridos.

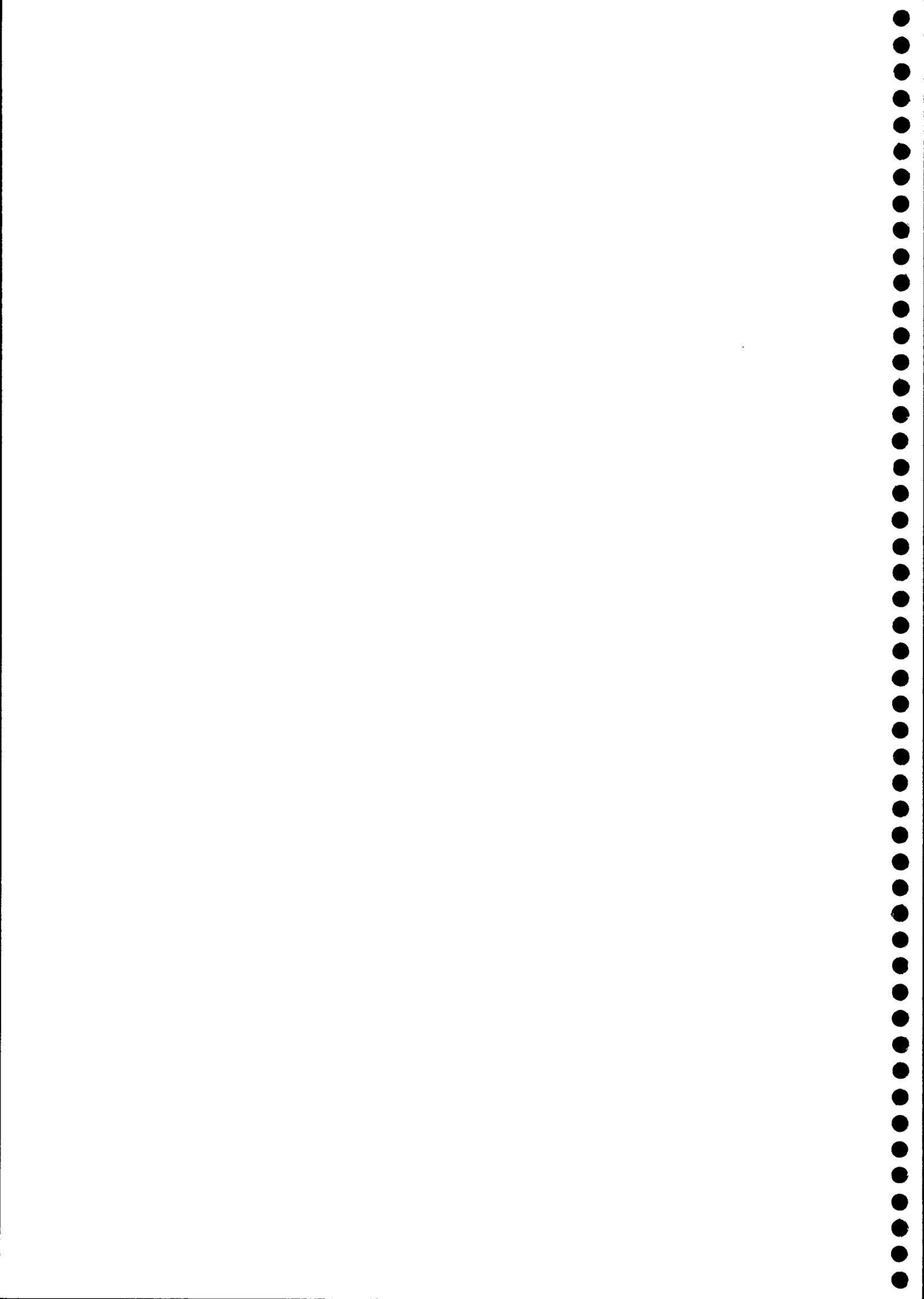


Para cumprir com essa responsabilidade, requer-se juízos e estimativas da administração para avaliar os benefícios esperados e os custos relativos às políticas e procedimentos do sistema de controle interno. Os objetivos de um sistema de controle interno são fornecer à administração uma segurança razoável, porém não absoluta, de que os ativos estão protegidos contra perdas decorrentes de usos ou disposições não autorizadas, que as transações são realizadas de acordo com as autorizações da administração e os termos do contrato e que estão adequadamente registradas para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras confiáveis.

Devido às limitações inerentes a qualquer sistema de controle interno, podem ocorrer erros ou irregularidades que não sejam detectados. Além disso, as projeções de qualquer avaliação da estrutura de períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os procedimentos possam mostrar-se inadequados devido a mudanças nas condições, ou que a eficácia do desenho e operação das políticas e dos procedimentos possa se deteriorar.

Ao planejar e desenvolver nossa auditoria das Demonstrações Financeiras do Projeto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, obtivemos um entendimento do sistema de controle interno vigente e avaliamos o risco de controle para determinar os procedimentos de auditoria, com o propósito de expressar uma opinião sobre as Demonstrações Financeiras do Projeto, e não para opinar sobre a eficácia do sistema de controle interno, motivo pelo qual não a expressamos.

Observamos certos aspectos que são descritos no presente relatório relacionados com o sistema de controle interno e sua operação, que consideramos condições que merecem ser informadas, em conformidade com as normas internacionais de auditoria. As condições que merecem ser informadas compreendem assuntos que chamaram a nossa atenção relativamente a deficiências importantes no desenho ou operação do sistema de controle interno que, em nosso julgamento, poderiam afetar adversamente a capacidade do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis, para registrar, processar, resumir e



apresentar informações financeiras de forma consistente com as afirmações da administração nas Demonstrações de Fluxos de Caixa e de Investimentos Acumulados.

Uma deficiência significativa é uma condição que merece ser informada, em que o desenho ou operação de um ou mais elementos do sistema de controle interno não reduz a um nível relativamente baixo o risco de que possam ocorrer erros ou irregularidades por valores que poderiam ser significativos em relação às Demonstrações Financeiras do Projeto, e que poderiam não ser detectados oportunamente pelos empregados no desempenho normal das funções para as quais foram designados.

As deficiências do Controle Interno consideradas significativas estão identificadas na Carta Gerencial deste Relatório.

Florianópolis, 11 de maio de 2015.

  
**ANTÔNIO CÉSAR MALICESKI**  
Auditor Fiscal de Controle Externo

  
**LUCIANA MARIA DE SOUZA**  
Auditora Fiscal de Controle Externo

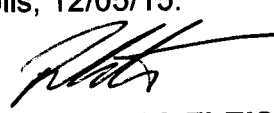
  
**LUIZ ALEXANDRE STEINBACH**  
Auditor Fiscal de Controle Externo

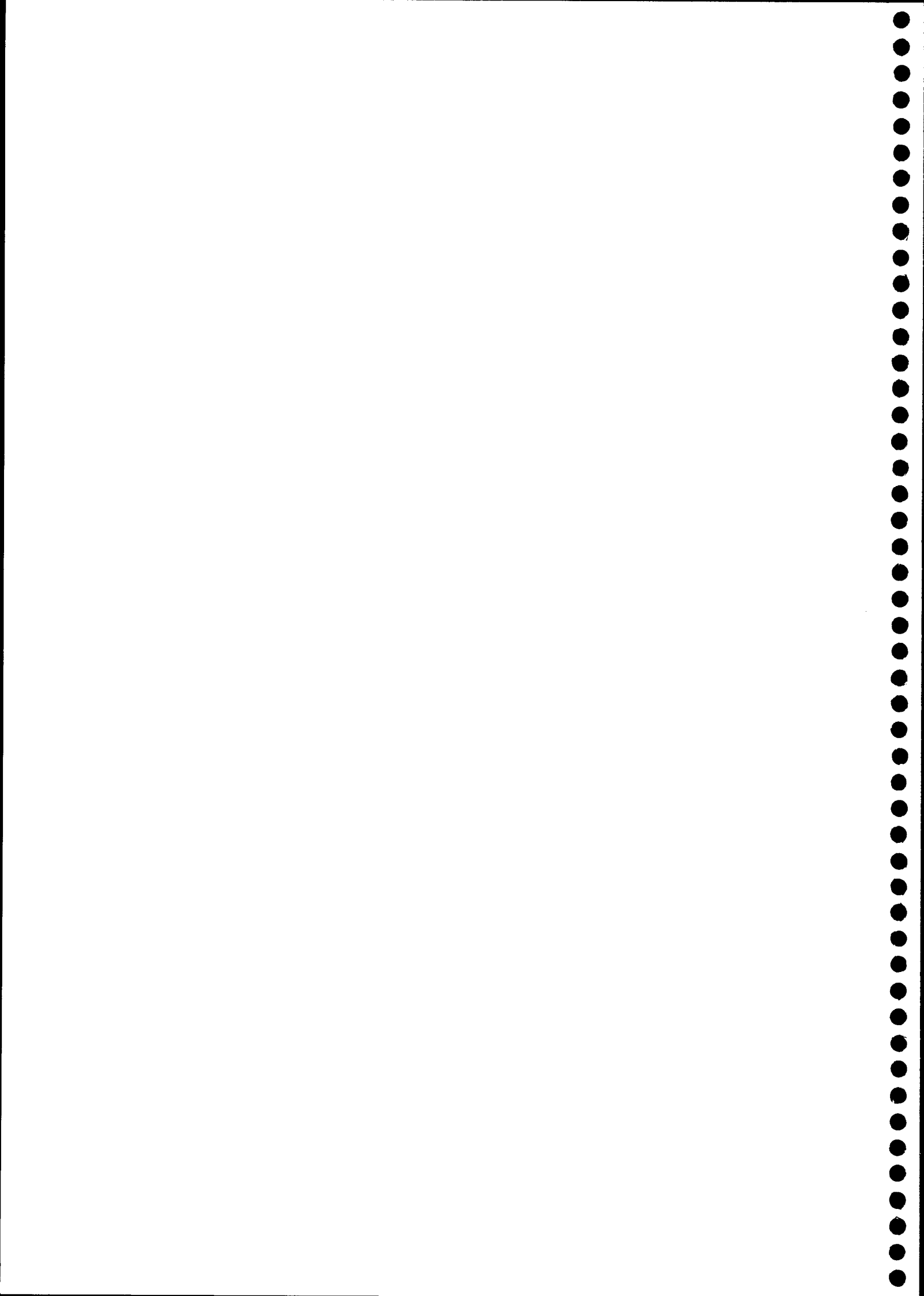
  
**MIRIAN TERESINHA DEMONTI ROSA**  
Auditora Fiscal de Controle Externo

  
**NELSON COSTA JUNIOR**  
Auditor Fiscal de Controle Externo  
Chefe de Divisão 1

Revisado.

Florianópolis, 12/05/15.

  
**ROBERTO SILVEIRA FLEISCHMANN**  
Auditor Fiscal de Controle Externo  
Diretor da DAE



## **1. CONTROLE INTERNO**

### **1.1. Entendimento da Entidade**

#### **1.1.1. Órgão Executor**

De acordo com no Regulamento Operativo<sup>1</sup>, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, Edição 1314 de 06/10/14, o executor do Projeto de Expansão Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no Município de Florianópolis será a Secretaria Municipal de Educação (SME), por meio de uma Assessoria Especial, instancia vinculada ao Gabinete do Secretário da SME.

#### **1.1.2. Assessoria Especial de Coordenação do Projeto**

O Projeto será executado pela Secretaria Municipal de Educação (SME) por meio de uma Assessoria Especial (AE), vinculada diretamente ao Gabinete do Secretário Municipal de Educação.

Compete à Assessoria Especial planejar, coordenar, supervisionar e avaliar, técnica e financeiramente, a execução do Projeto, em seus diferentes níveis de atuação, dentre outras atribuições.

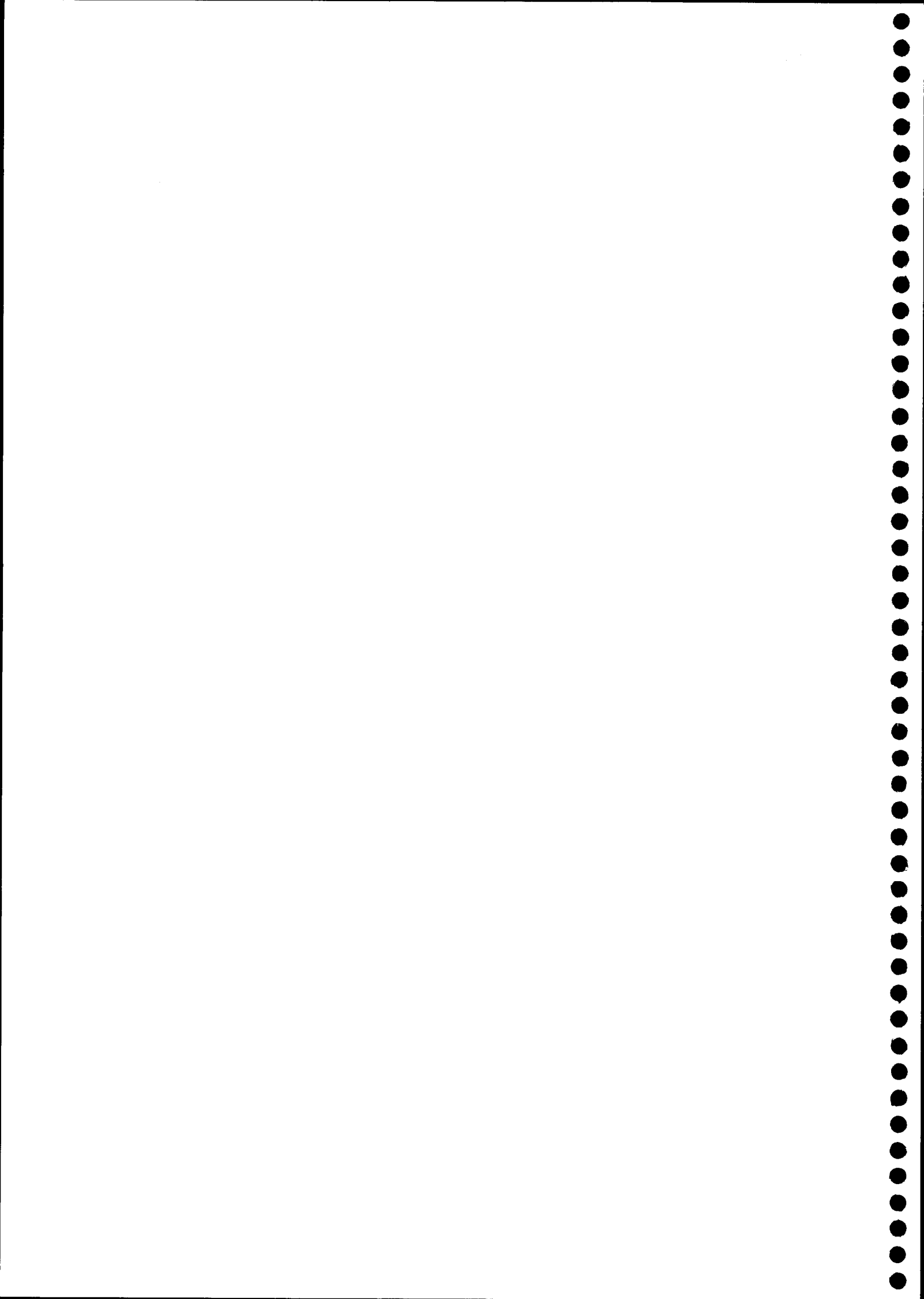
A estrutura e atribuições dos profissionais envolvidos na execução do projeto estão descritas na Seção V do Regulamento Operativo, a saber:

##### **1.1.2.1. Coordenador Geral do Projeto**

O Coordenador Geral, titular da Assessoria Especial do Gabinete do Secretário de Educação, é um integrante de quadro de pessoal efetivo do serviço público municipal e/ou ocupante de cargo comissionado, ou contratado exclusivamente para esse fim, cuja designação formal para esta função é condição prévia ao primeiro desembolso do empréstimo.

Compete ao Coordenador Geral, como principal interlocutor com o Banco, planejar, coordenar, gerenciar implantação e supervisionar a execução das atividades previstas, representar o Projeto perante o Banco, assegurar o

<sup>1</sup> Portaria nº 283/2004 de 04/09/2014 – Determina a entrada em vigência do Regulamento Operativo do Projeto  
AUDITORIA DO PROJETO DE EXPANSÃO E APERFEIÇOAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO  
FUNDAMENTAL EM FLORIANÓPOLIS – PERÍODO 2012 A 2014



cumprimento do Contrato de Empréstimo e reportar-se ao Secretário de Educação sobre andamento dos trabalhos, dentre outras.

#### **1.1.2.2. Assessoria Jurídica**

A Assessoria Jurídica responde pelo acompanhamento e revisão final dos termos de referência, editais, contratos e demais instrumentos licitatórios e jurídicos do Projeto, bem como, emite pareceres prévios à celebração de ajustes e auxilia a AE nas atividades que exigirem conhecimento jurídico.

#### **1.1.2.3. Diretorias da Secretaria Municipal de Educação (SME)**

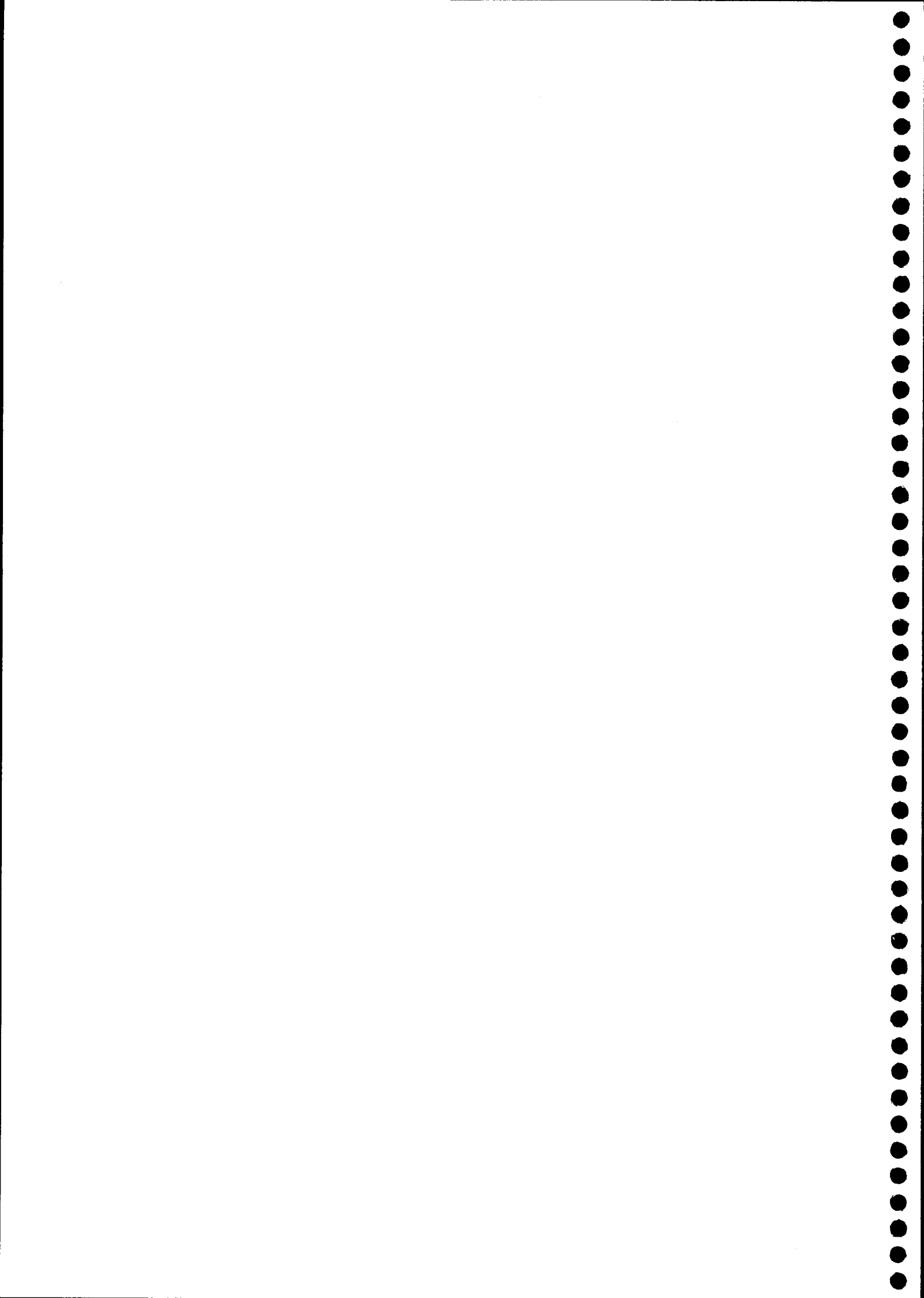
As diretorias da SME, envolvidas no Projeto, para absorver as atividades adicionais decorrentes da execução do Projeto, terão suas equipes expandidas, por servidores públicos ou consultores de longo prazo contratados pela SME, como segue:

- Diretoria de Educação Infantil – um profissional de nível pleno;
- Diretoria de Ensino Fundamental – um profissional de nível pleno;
- Diretoria de Observatório e Apoio Educacional – um profissional de nível pleno;
- Diretoria de Infraestrutura – um engenheiro, um arquiteto e um orçamentista (técnico em edificações);
- Diretoria de Administração de Pessoal;
- Diretoria Administrativa e Financeira: um contador, um especialista em aquisições, um especialista financeiro, dois assistentes administrativos.

#### **1.1.2.4. Diretorias de Administração e Finanças**

A Diretoria de Administração e Finanças será responsável por executar as atividades administrativas, financeiras e contábeis do Projeto, dar suporte às demais atividades e zelar pela correta aplicação das normas e procedimentos do Banco.

O Diretor de Administração e Finanças será auxiliado por uma equipe composta por pelo menos um especialista financeiro e dois assistentes administrativos.



#### 1.1.2.5. Especialista em Aquisições

A Gestão de Aquisições e contratos do Projeto ficará a cargo do Especialista em Aquisições e uma equipe de apoio para garantir a execução tempestiva das atividades prevista e a conformidade dos processos licitatórios com a legislação nacional e as normas do BID.

O Especialista em Licitações comporá obrigatoriamente a Comissão Especial de Licitação (CEL) e será auxiliado por um assistente administrativo.

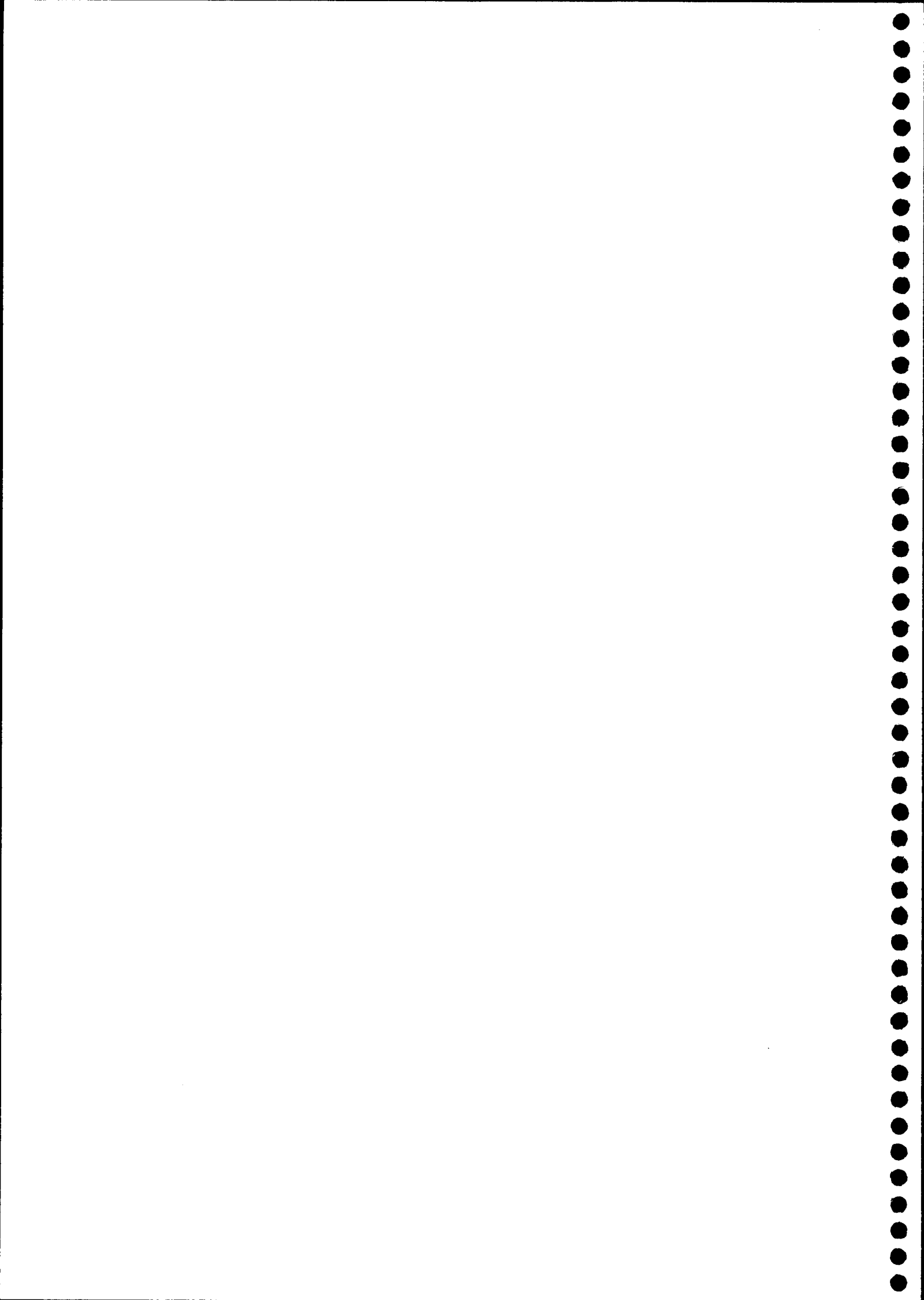
#### 1.1.3. Comitê de Coordenação do Projeto

O Comitê de Coordenação do Projeto, constituído por Portaria, tem por objetivo assegurar a adequada coordenação intra-secretaria, com vistas a agilizar e qualificar a execução do projeto.

O Comitê realizará reuniões ordinárias semanais, e extraordinárias, por convocação de seu Secretário Executivo, função exercida pelo Assessor Especial de Coordenação do Projeto.

A composição do Comitê terá um representante das seguintes áreas internas da SME:

- Assessoria Especial
- Secretaria Adjunta
- Diretoria de Educação Infantil
- Diretoria de Ensino Fundamental
- Diretoria do Observatório da Educação e de Apoio ao Educando
- Diretoria de Infraestrutura
- Diretoria de Administração Escolar
- Gerencia de Formação Permanente
- Diretoria Administrativa e Financeira
- Comissão Especial de Licitação
- Assessoria Jurídica



#### 1.1.4. Comissão Especial de Licitação (CEL)

As aquisições do Projeto serão realizadas por Comissão Especial de Licitação, criada por meio de Portaria, em uma instância da Secretaria Municipal de Educação.

## 2. COMPONENTES DO CONTROLE INTERNO

### 2.1. Ambiente de Controle

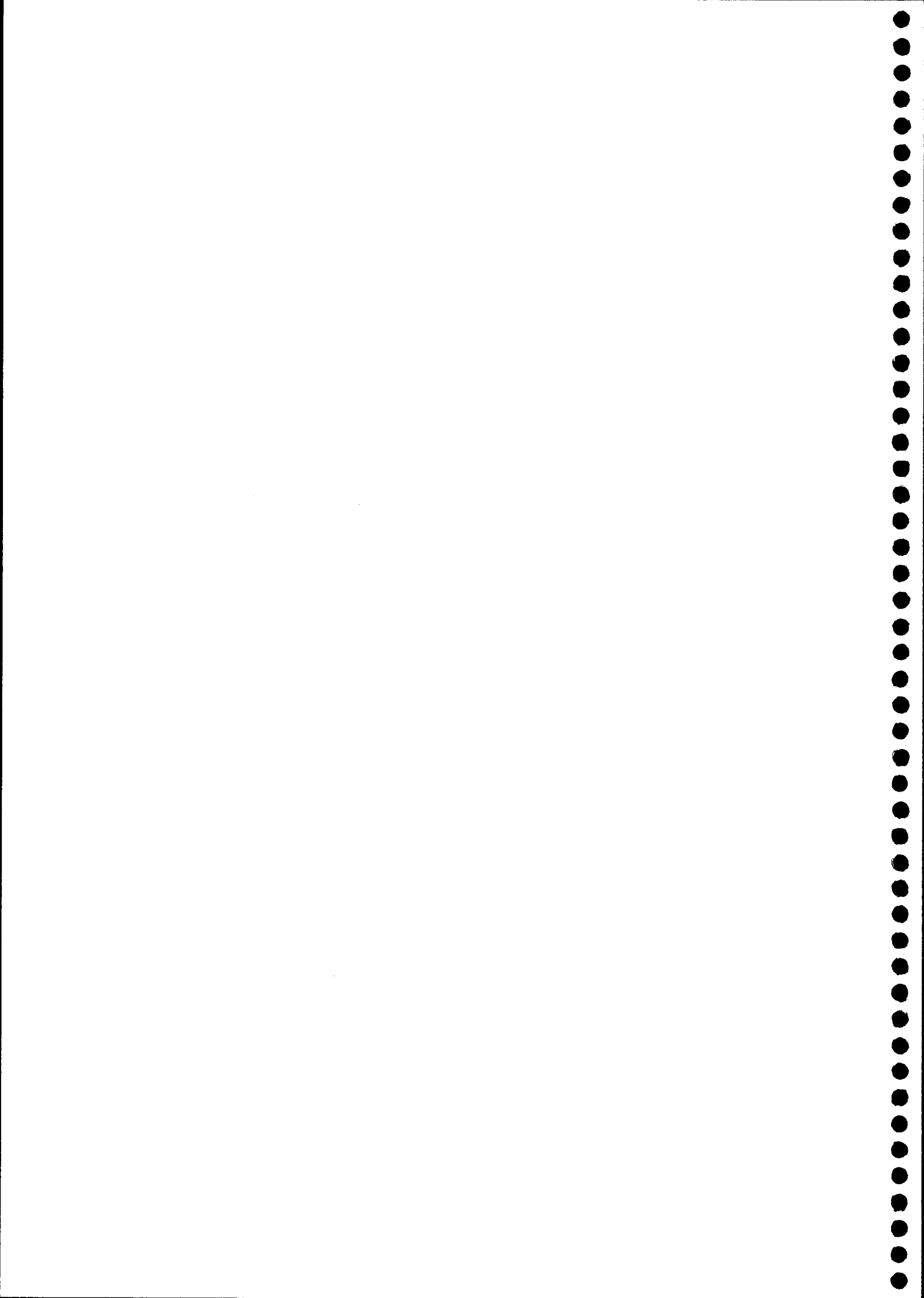
O Anexo Único do Contrato de Empréstimo nº 3079/OC-BR, que descreve o Projeto, estabelece: I. Objetivo; II. Descrição; III. Custo do Projeto e Plano de Financiamento; IV. Execução; e V. Manutenção. Estas diretrizes foram elaboradas em conjunto pelos especialistas do BID e da Prefeitura de Florianópolis. Para garantir o atingimento dos objetivos do Projeto, o Plano de Aquisições elaborado pelos especialistas é revisado periodicamente, e, quando alterado, sujeita-se a "não objeção" do Banco.

A Cláusula 8.04(b) do Contrato de Empréstimo nº 3079/OC-BR determina que as Demonstrações Financeiras devam ser auditadas por auditores independentes aceitáveis ao Banco. Neste sentido, a Prefeitura Municipal de Florianópolis, por meio do Ofício nº 0536/2014/GS/SME/PMF, de 02/04/14, solicitou a auditoria do TCE/SC, sendo os objetivos e alcance da auditoria estabelecidos no Termo de Referência encaminhado pelo Executor.

No que se refere ao controle interno, o município de Florianópolis possui um órgão denominado Controladoria Geral, criado pela Lei nº 7.626 de 09 de maio de 2008, o qual é responsável em avaliar a ação governamental e a gestão dos administradores públicos municipais, por intermédio de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

E, no âmbito da Secretaria de Educação, o controle e acompanhamento das atividades da referida Pasta se dá pela Gerência de Controle Interno (GCI). No entanto, observa-se que não há um sistema de controle e acompanhamento específico para o Projeto.

Os Processos Administrativos relativos a Desembolsos e Aquisições estão formalizados nas diretrizes emitidas pelo BID e no Contrato de



Empréstimo. Quanto a aplicações de recursos da contrapartida, as aquisições seguem a legislação nacional e estadual referentes aos gastos públicos.

## **2.2. Avaliação de Riscos**

A Secretaria de Educação, através da Assessoria Especial (AE), conjuntamente com o BID, realiza o acompanhamento e a avaliação das ações do Projeto.

No tocante a obras, a Diretoria de Infraestrutura, diretamente subordinada à Secretaria de Educação, realiza o acompanhamento e fiscalização, sendo que o engenheiro ou a Comissão responsável supervisiona, por meio das medições, o andamento das mesmas, ficando também encarregada de informar qualquer situação divergente ao que foi contratado.

O município está implementando um sistema informatizado para controle gerencial e acompanhamento de obras (parte física) do Projeto.

Periodicamente, o Banco realiza missões de acompanhamento e avaliação do Projeto, com a finalidade de certificar-se se os objetivos e metas estão sendo alcançados. O resultado de cada missão é apresentado no documento "Ajuda Memória", relatando os assuntos discutidos e compromissos assumidos para implementarem-se aprimoramentos e solução de possíveis inconsistências encontradas.

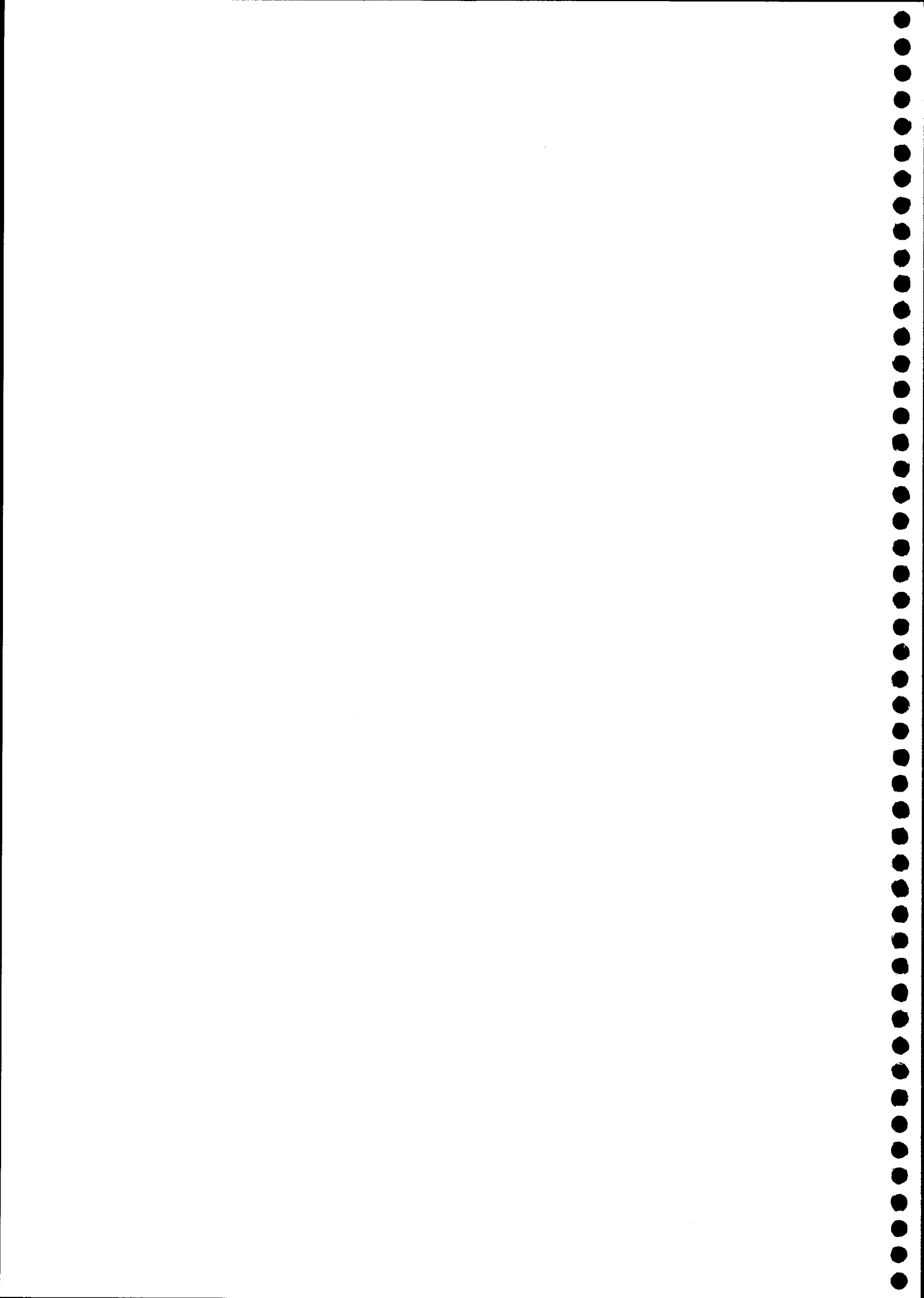
Outro ponto que merece destaque é a elaboração, pelo Banco e pelo executor, de matriz de riscos semestral para análise da probabilidade, mensuração e do impacto dos riscos do Projeto ocorrerem.

Devido ao fato de o contrato ter sido assinado em julho de 2014 e a execução do mesmo, até a presente data, ter sido exígua, a análise dos riscos com base nesta matriz será feita a partir de 2015.

## **2.3. Atividades de Controle**

### **2.3.1. Atividades da Secretaria de Educação**

De acordo com a Cláusula 4.01, (d), (i), do Contrato de Empréstimo nº 3079 OC-BR, antes de efetuar qualquer aviso de pré-qualificação ou de licitação para a adjudicação do contrato, o Mutuário deverá apresentar, para revisão e aprovação do Banco, o Plano de Aquisições (P.A.) proposto do



Projeto, que deverá incluir o custo estimado dos contratos, o agrupamento destes, se for o caso, os critérios de seleção e os procedimentos aplicáveis a cada um, de acordo com o disposto no parágrafo 1 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições.

Com base no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco, o Coordenador do Projeto solicita autorização ao Secretário de Educação, para realização dos Processos Licitatórios. Após autorização, a coordenação emite uma solicitação de licitação ao controlador interno da Pasta da Educação. Este, após reunir a documentação exigida para abertura do Processo Licitatório, encaminha para a Diretoria Administrativa e Financeira.

Após a seleção da empresa pela Comissão de Licitações da Educação, a documentação aprovada é encaminhada ao Banco para "não objeção" e, após ao Secretário de Educação ou a quem ele delegar para emitir a ordem de serviço.

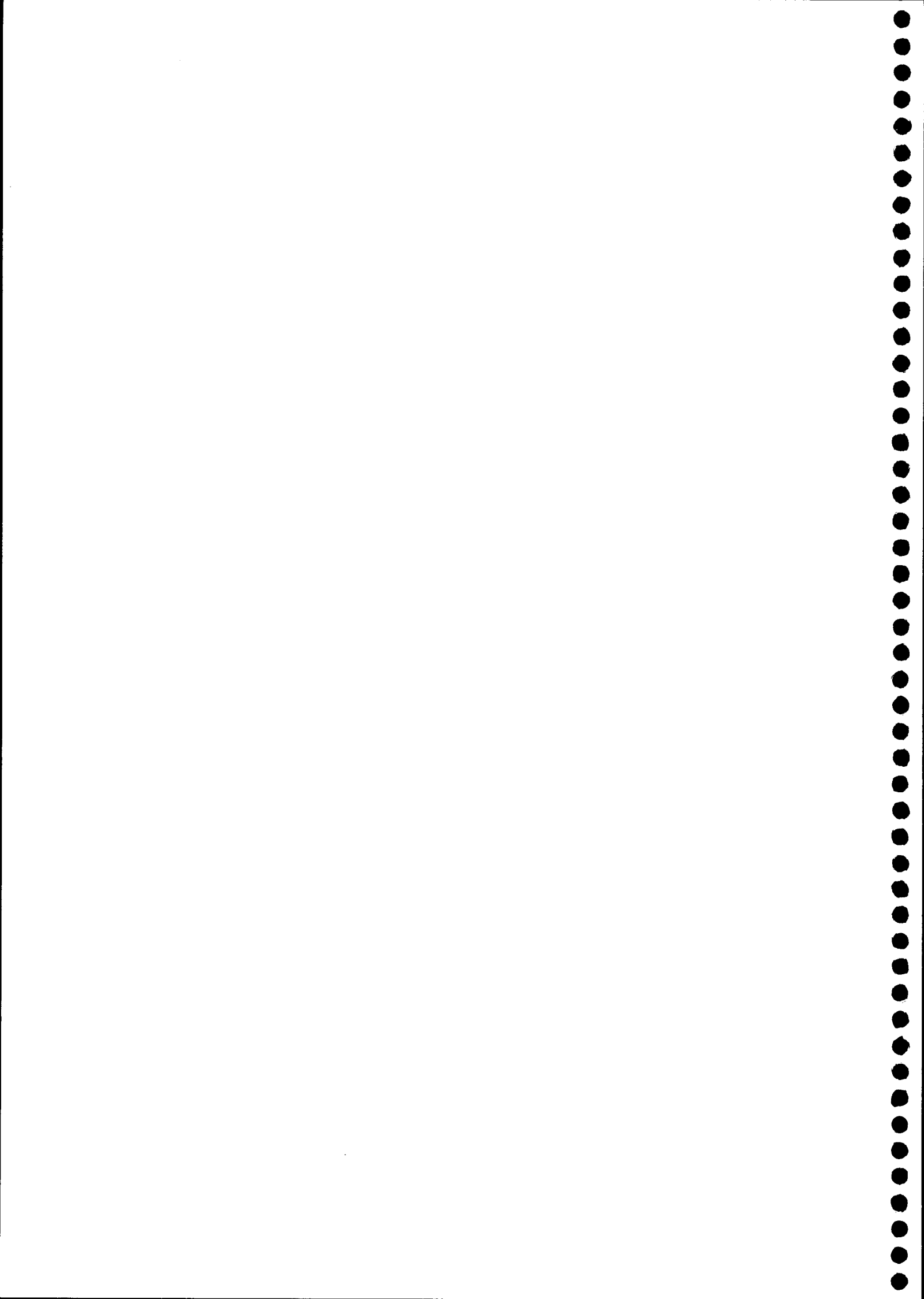
Os Processos Administrativos relativos a Desembolsos e Aquisições estão formalizados nas diretrizes emitidas pelo BID e no Contrato de Empréstimo. Quanto a aplicações de recursos da contrapartida, as aquisições seguem a legislação nacional e municipal referentes aos gastos públicos.

### 2.3.2. Origem de Recursos

Com referência aos recursos externos, a Prefeitura de Florianópolis, através do Secretário de Educação e da coordenadora da AE, representantes designados pelo Prefeito para solicitar desembolsos da conta do empréstimo, remete o documento "Solicitação de Desembolso" à Representação do BID, em Brasília/DF. O valor a ser desembolsado pelo Banco é calculado com base nas necessidades de liquidez do Projeto para atender previsão de pagamentos para o período de 06 meses.

O Banco recompõe a conta designada por meio da modalidade Adiantamento de Fundos. Quando liberado tais recursos (em dólares), são depositados na agência do Banco do Brasil em Nova Iorque, EUA, conta corrente nº 82.892.282, em nome da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Após, a Gerente da A.E. solicita ao Banco do Brasil (BB), o contrato de câmbio para transferir os recursos para o País. Assim, os recursos são



transferidos, em moeda nacional, para o Banco do Brasil, na conta corrente nº 3079-1, de titularidade da Prefeitura Municipal de Florianópolis, conta corrente específica para recebimento e pagamento dos recursos do Projeto.

### 2.3.3. Aplicação de Recursos

Relativamente aos procedimentos para aplicação de recursos do Projeto, o município realiza empenho global pelo valor total do contrato.

As medições dos quantitativos de serviços executados são realizadas mensalmente. Estas medições recebem as assinaturas do engenheiro responsável da empresa, engenheiro fiscal do município e secretário de obras. As medições assinadas são encaminhadas à Secretaria da Fazenda Municipal, quando se trata de medições da contrapartida. Quando se refere a recurso do Empréstimo, é executado pela Secretaria Municipal de Educação, por meio da DIAF.

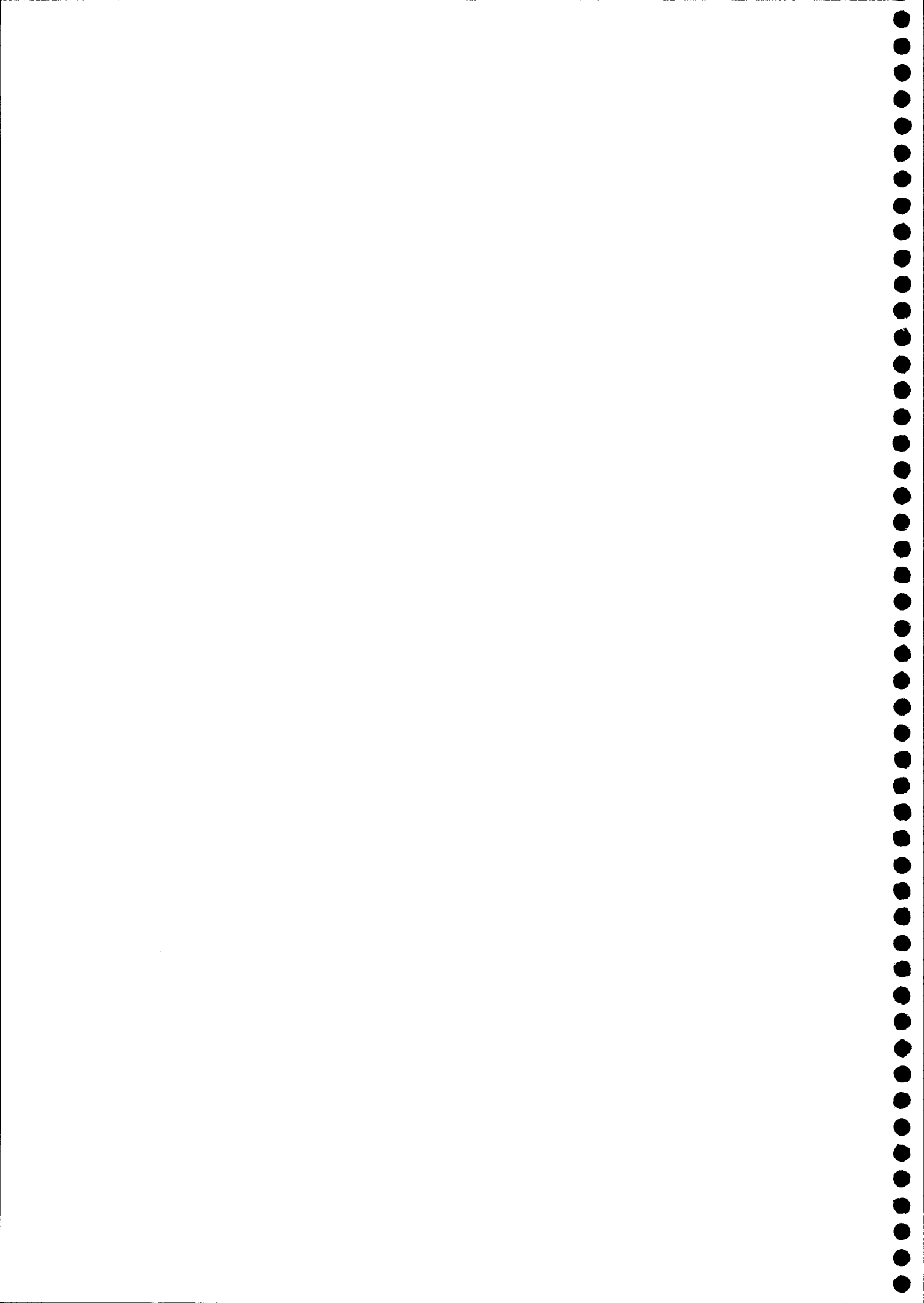
Logo após, com base nas medições aprovadas, a liquidação é registrada mediante carimbo de aceite na nota fiscal. O processo de pagamento de cada fatura compreende nota fiscal, TED dos impostos retidos para a conta específica de controle de impostos do município, nota de empenho, autorização de empenho, medição, ordem de pagamento do empenho, medição e TED do pagamento à empresa.

No que diz respeito aos registros contábeis, estes são feitos pelo órgão de Contabilidade Geral do Município, entretanto, quando se trata de recurso do empréstimo, quem empenha e efetua o pagamento é a Diretoria de Administrativa e Financeira da Secretaria de Educação.

### 2.3.4. Segurança da Informação

O sistema de processamento de dados da Prefeitura Municipal de Florianópolis (administração, cópias e restaurações) é gerenciado pelo Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC).

O CIASC gerencia os dados eletrônicos recebidos da prefeitura através de cópias de segurança e restaurações feitas pelo método *DUMP* (back-up que importa e exporta os dados). A Gerência de Tecnologia e



Informação do CIASC mantém, ainda, cópias no *Cloud Server* (servidor em nuvens ou virtual).

A vantagem da utilização do referido método *DUMP* é que a cópia de segurança pode ser realizada a partir de qualquer hospedeiro remoto que possua acesso ao banco de dados. Além disso, os dados podem ser acessados de qualquer lugar, desde que seja feito por alguém com autorização para tanto.

Importante também destacar que todas as máquinas têm antivírus instalado, o que gera mais segurança e confiabilidade aos dados recebidos e armazenados.

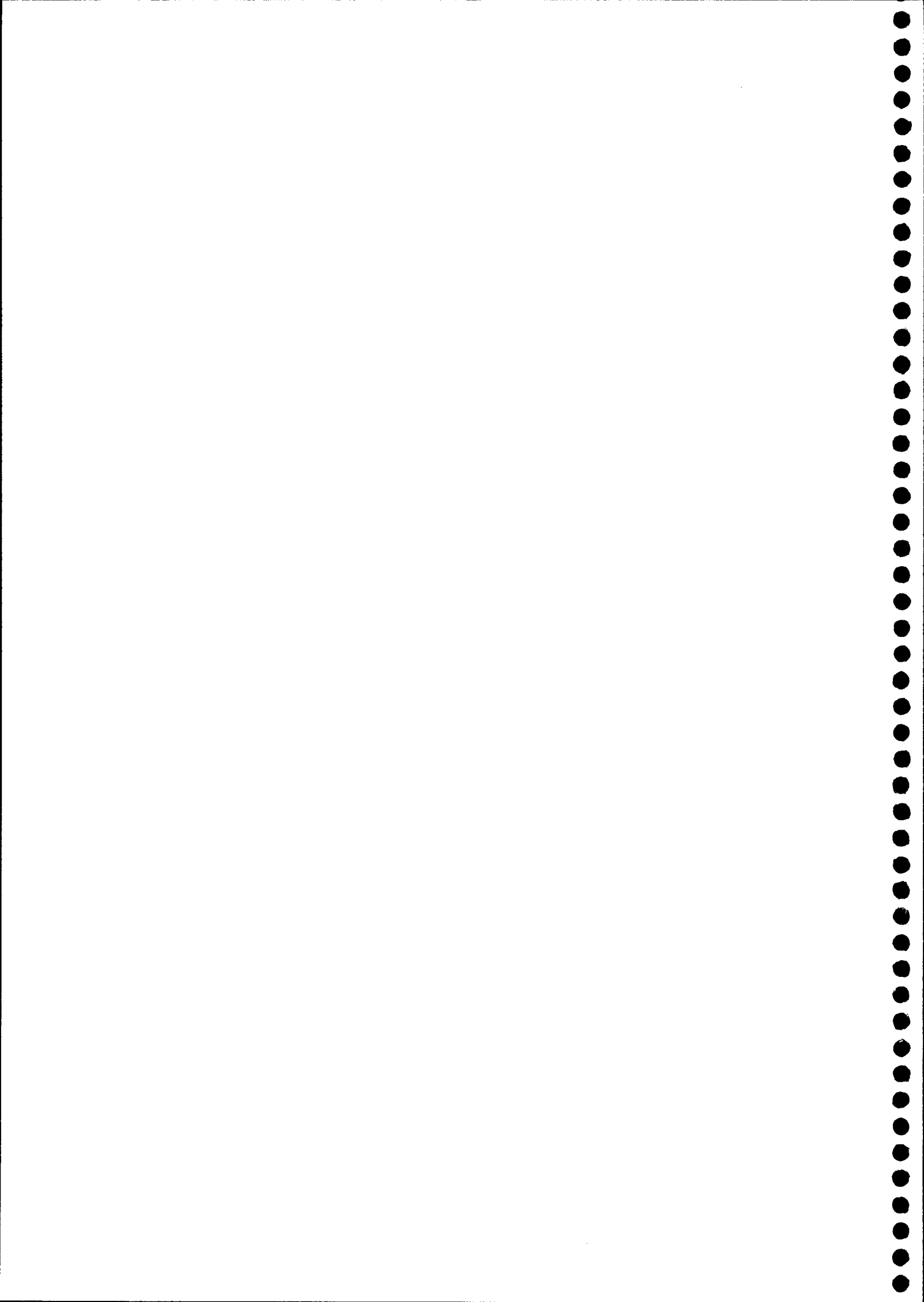
## 2.4. Informações e Comunicações

O Projeto dispõe, no Anexo Único do Contrato de Empréstimo, a definição, para uma divulgação clara e formal, de sua missão, objetivos, estratégias e diretrizes de atuação.

Analisando-se a estrutura da Assessoria Especial, bem como da Secretaria de Educação, percebe-se que existe um efetivo sistema de tramitação documental, através de uma adequada segregação de funções, o que resulta em uma eficaz comunicação do fluxo de informações das atividades do Projeto.

A elaboração dos demonstrativos financeiros e dos registros contábeis é suportada por normas, sendo que o documento "Guia de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa das Operações Financiadas pelo BID" apresenta os demonstrativos exigidos pelo Banco. Destaca-se, no entanto, que o sistema informatizado de controle gerencial da Prefeitura ainda não foi implementado.

Em referência à divulgação, por se tratar de um órgão público, a Secretaria de Educação dispõe do Diário Oficial do Município de Florianópolis, instrumento legal e eficaz para a publicação de todos os atos da administração pública.



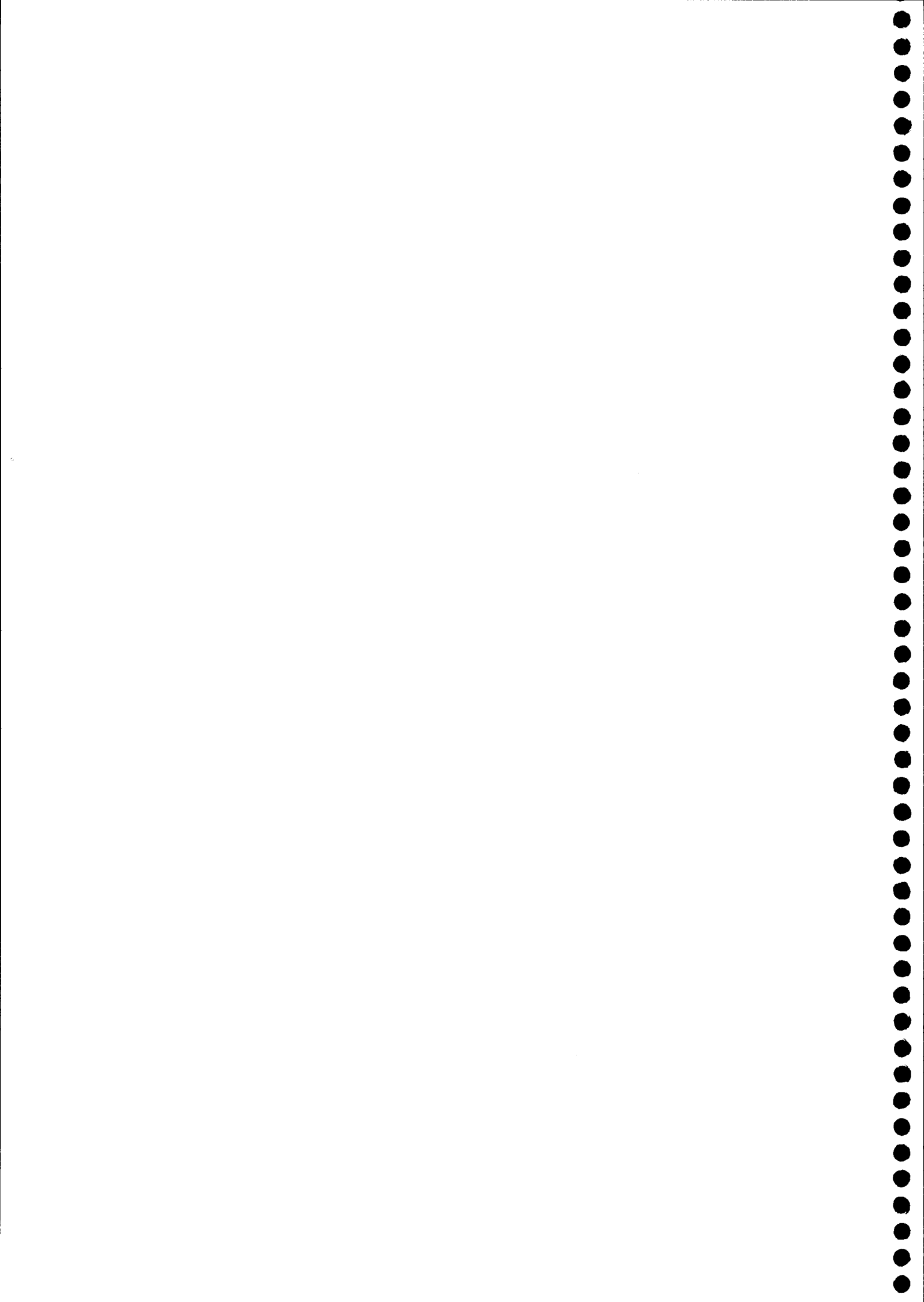
## 2.5. Monitoramento

A Assessoria Especial realiza o acompanhamento e monitoramento da execução do Projeto. Os engenheiros da Diretoria de Infraestrutura, diretamente vinculada à Secretaria de Educação, fazem vistoria *in loco* para validar as informações dos relatórios e medições recebidas. As medições dos quantitativos de serviços executados são realizadas mensalmente.

Como o sistema informatizado de controle gerencial ainda não foi implementado, o monitoramento do fornecimento de materiais, de prestação de serviços e a elaboração dos demonstrativos financeiros não ocorrem via sistema automatizado, mas em controles paralelos, através de Software Excel, fato que fragiliza o sistema de controle interno.

Deve-se dar destaque a um controle gerencial do Projeto que é feito pelo BID, o qual se dá através da análise de matrizes que compõem o Plano de Monitoramento de Riscos (PMR). O PMR é um relatório formulado pelo BID e preenchido pelo executor, sua emissão é semestral, devendo ter aprovação formal pelo Banco, através de CBR. Trata-se de um documento que traz os principais indicativos físicos e financeiros, no qual são analisados, principalmente, os desempenhos das atividades finalísticas do Projeto, tais como taxas de crianças matriculadas nas escolas infantil e fundamental, notas e rendimentos dos alunos, quantidade e qualificação dos professores, entre outros.

Pelo exposto, percebe-se que este PMR torna-se uma eficiente ferramenta de monitoramento do Projeto por parte do executor e do Banco.



### 3. CARTA GERENCIAL

Nesta Carta Gerencial são analisados aspectos relativos à existência de litígios ou reclamações que possam afetar de maneira relevante as demonstrações financeiras, relatados os achados de auditoria do período de 2012 a 2014, assim como as recomendações dos auditores relativas ao primeiro Relatório de Auditoria do Projeto.

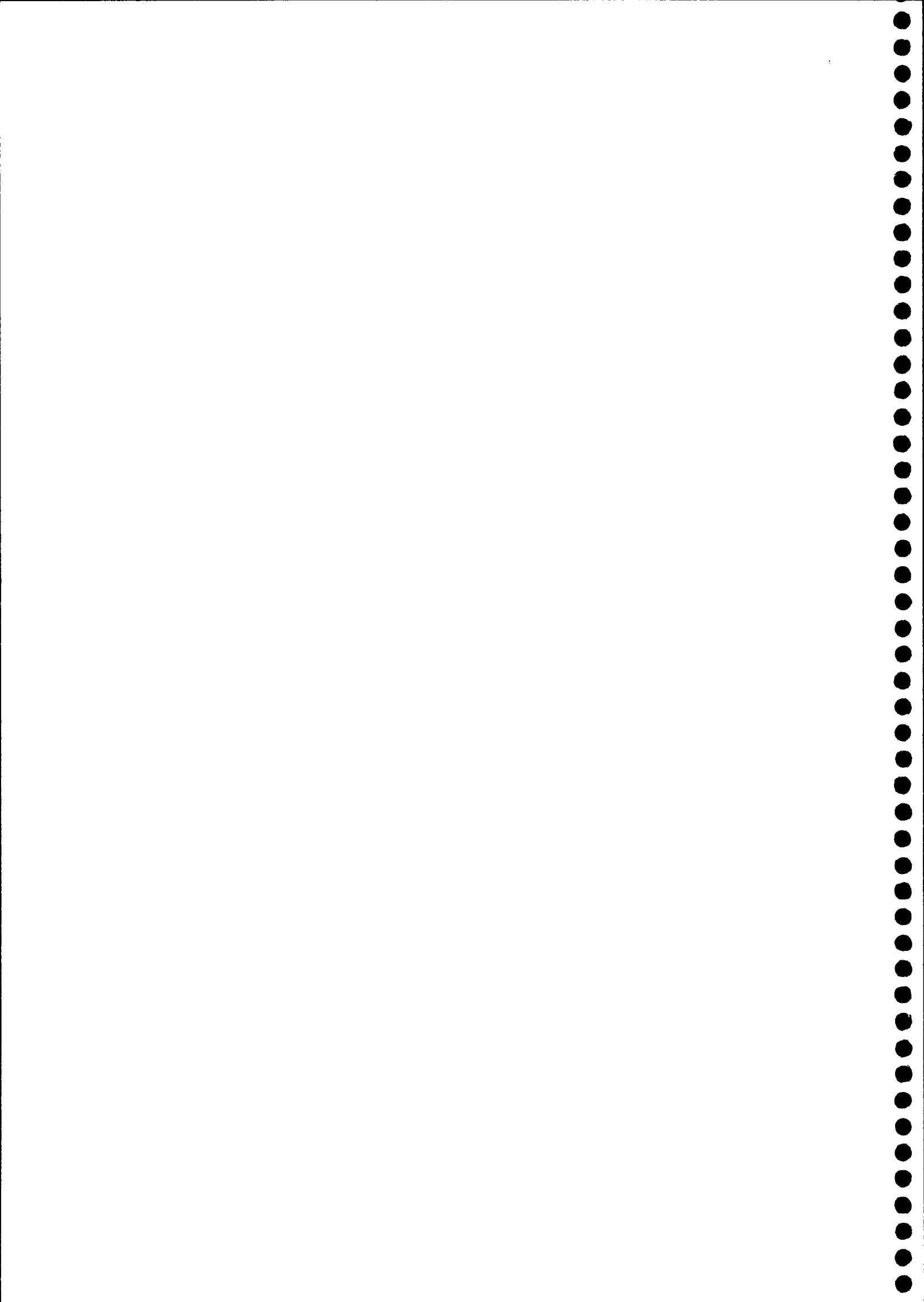
#### 3.1. Identificação da Existência de Litígios e/ou Reclamações

Para identificar a existência de litígios e/ou reclamações, aplicou-se o procedimento de Indagação, que compreende a obtenção de informações dos advogados acerca de passivos contingentes relativos ao Projeto de Expansão Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis. Deste modo, solicitou-se a Assessoria Especial do Projeto (AE), por meio do Ofício TCE/DAE nº 1651/2015, de 26/02/15, que encaminhasse uma Carta de Indagação à Procuradoria Geral do Município requerendo informações sobre o Projeto.

O Município informou ao TCE/SC, por meio do Ofício/GAB/160/2015, de 19/03/15, *“que nesta Procuradoria não há questionamento de passivos contingentes relativos ao Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis relacionados às questões das demonstrações Financeiras Básicas do Programa (Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração dos Investimentos Acumulados) (Contrato de Empréstimo nº 3079/0C-BR firmado com o BID) até presente data. Informamos que caso a presente situação se altere, entraremos em contato.”*

#### 3.2. Achados de Auditoria

Em decorrência dos trabalhos da auditoria e com o propósito de contribuir com os executores do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis, apresenta-se a seguir as ocorrências relevantes, acompanhadas das análises e recomendações da equipe de auditoria:



### 3.2.1. Sistema de Controle Interno

#### 3.2.1.1 Ausência de implantação do Sistema Informatizado de Controle Gerencial que contemple a prestação de contas ao BID e o acompanhamento da execução do Projeto, em desacordo com a cláusula 5.01 das Disposições Especiais e artigos 4.01, “e” e 8.01, “a”, “i” das Normas Gerais, do Contrato de Empréstimo nº 3079-BR

Na execução da auditoria, constatou-se que as Demonstrações Financeiras e demais relatórios relacionados com o Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis não foram gerados por um sistema de informação financeiro, como mencionado na cláusula 5.01 das Disposições Especiais e artigos 4.01, “e” e 8.01, “a”, “i” das Normas Gerais, do Contrato de Empréstimo nº 3079-BR.

Por oportuno, cita-se as referidas bases legais contratuais:

Cláusula 5.01: Registros, inspeções e relatórios. O Mutuário se compromete a manter registros, permitir inspeções, apresentar relatórios, manter um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno aceitáveis ao Banco e fazer auditar e apresentar ao Banco as demonstrações financeiras e outros relatórios, de acordo com as disposições estabelecidas neste Capítulo e no Capítulo VII das Normas Gerais.

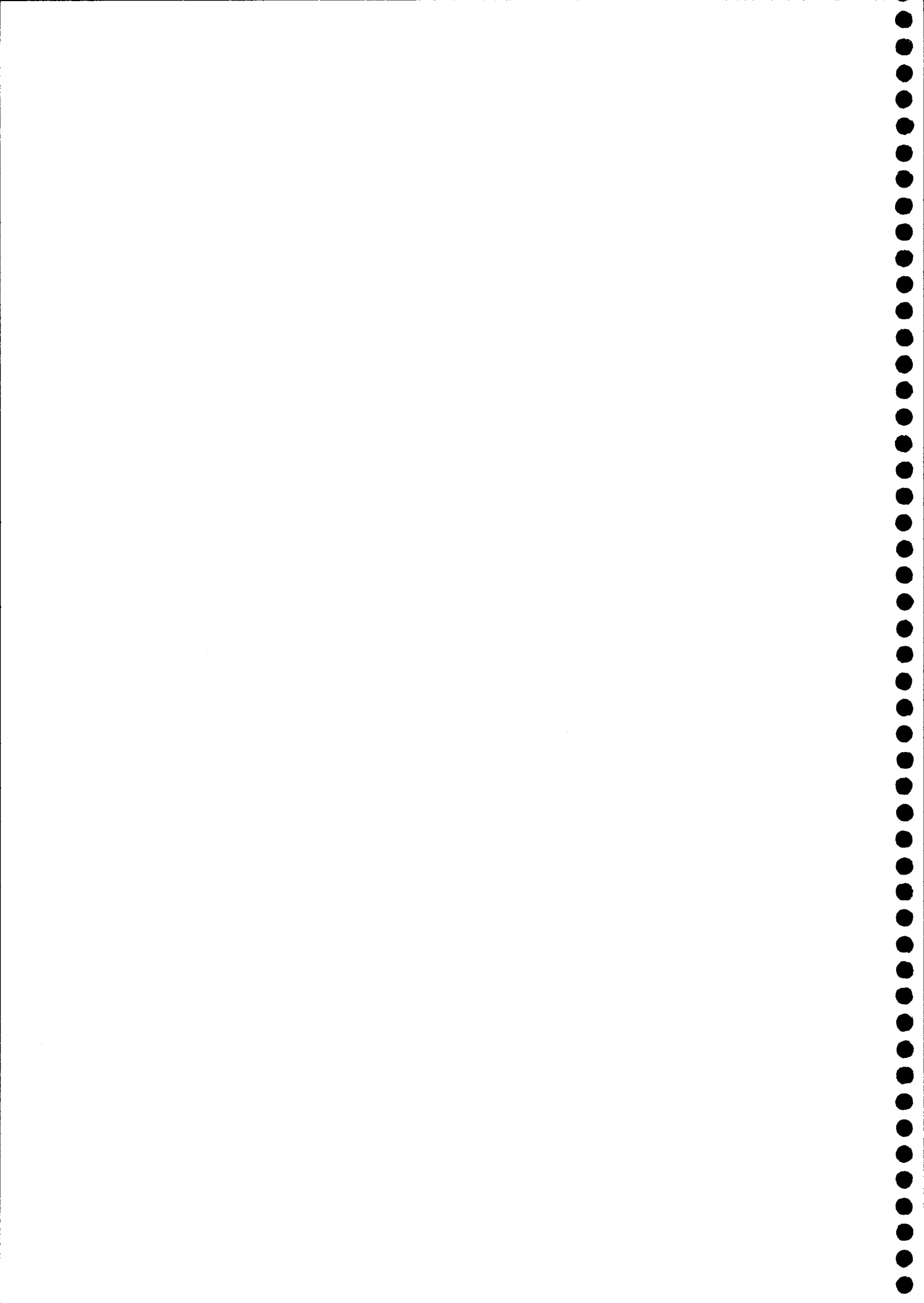
Artigo 4.01. Condições prévias ao primeiro desembolso. O primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo estará condicionado a que se cumpram, de maneira satisfatória para o Banco, os seguintes requisitos:

(...)

(e) Que o Mutuário ou o Órgão Executor tenha demonstrado ao Banco que conta com um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno adequados para os propósitos indicados neste Contrato.

Artigo 8.01. Sistema de informação financeira e controle interno. (a) O Mutuário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, deverá manter: (i) um sistema de informação financeira aceitável ao Banco que permita o registro contábil, orçamentário e financeiro, e a emissão de demonstrações financeiras e outros relatórios relacionados com os recursos do Empréstimo e de outras fontes de financiamento, se for o caso;

Para cumprimento do Artigo 4.01 do Contrato de Empréstimo, “Condições prévias ao primeiro desembolso”, a Prefeitura de Florianópolis apresentou ao Banco o sistema de informação financeira da empresa BETHA Sistemas, no entanto, o contrato com a empresa expirou em setembro de 2014 e se abriu novo processo licitatório, no qual a empresa contratada foi a THEMA Sistemas.



Na aplicação de procedimentos de auditoria para avaliação do controle interno, constatou-se que o módulo do sistema de informação da THEMA, específico para o Projeto, estava em desenvolvimento. Por sua vez, o executor controla os recursos recebidos e aplicados, assim como a elabora os Demonstrativos Financeiros por meio do software Excel, fato que torna o Sistema de Controle Interno vulnerável a erros.

Desta forma, destaca-se que a não implementação do referido sistema aumenta os riscos de erros nas Demonstrações Financeiras e demais relatórios, uma vez que se trata de uma ferramenta essencial para controle, prestação de contas e acompanhamento da execução do Projeto, desrespeitando, portanto, os preceitos constantes da cláusula 5.01 das Disposições Especiais e artigos 4.01, "e" e 8.01, "a", "i" das Normas Gerais, do Contrato de Empréstimo nº 3079-BR.

#### **Justificativa da Unidade Auditada**

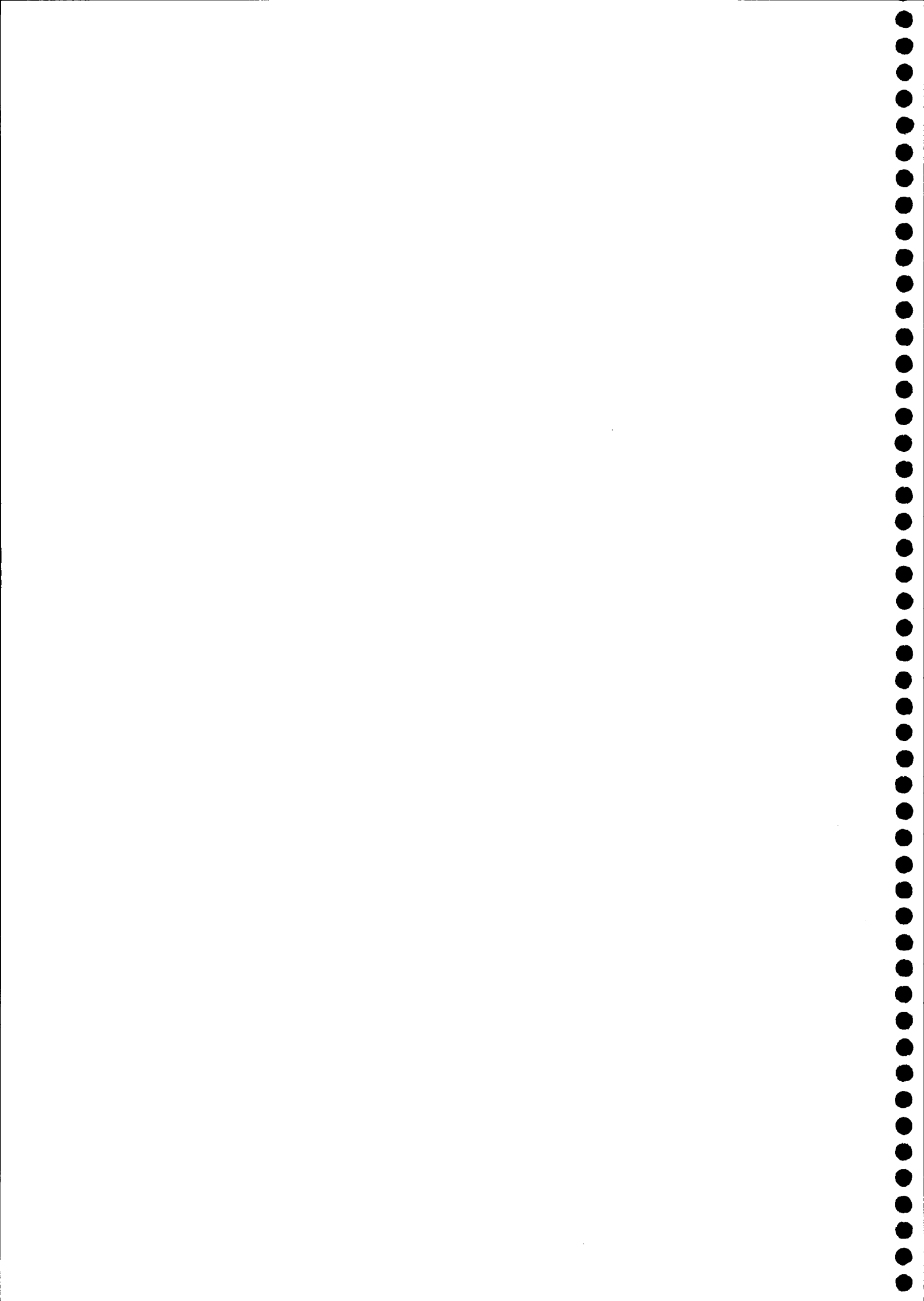
Justifica-se que as Demonstrações Financeiras e demais relatórios relacionados com o Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis, não foram gerados por um sistema de informações financeiro (conforme estabelecido na cláusula 5.01 das Disposições Especiais e artigos 4.01 "e" e 8.01 "a", "i" das Normas Gerais, do Contrato de Empréstimo nº 3079-BR), tendo em vista que esta Prefeitura instalou o Programa THEMA INFORMATIVA, (conforme cópia do contrato Nº 401/SMA/2014 em anexo), em agosto de 2014, o qual explicita, através do item 6.2 da cláusula sexta, que *"o prazo para implantação é de 8(oito) meses, contados a partir da data de recebimento da ordem de serviço pela contratada."*

Vale ressaltar, entretanto, que esta PMF, através da Secretaria Municipal de Educação, visando cumprir os prazos legais estabelecidos, emitiu todos os relatórios em planilhas Excel, durante o período de ajuste do sistema THEMA, que substituiu o Sistema BETHA. Este ajuste que está em processo de finalização, pois o referido contrato tem o período de 24 meses de vigência.

#### **Comentários e Considerações da Auditoria**

O executor informou, por meio do Ofício nº. 0595/2015/GS/SME/PMF, de 08/05/15, que o sistema THEMA ainda encontra-se em fase de ajuste e que os relatórios foram emitidos em planilhas Excel para cumprimento dos prazos legais.

Convém ressaltar que as cláusulas 5.01 das Disposições Especiais e artigos 4.01, "e" foram cumpridas durante a execução do Projeto. Porém, a determinação de manter um sistema de informação financeira que permita a emissão de demonstrações financeiras e outros relatórios relacionados com os



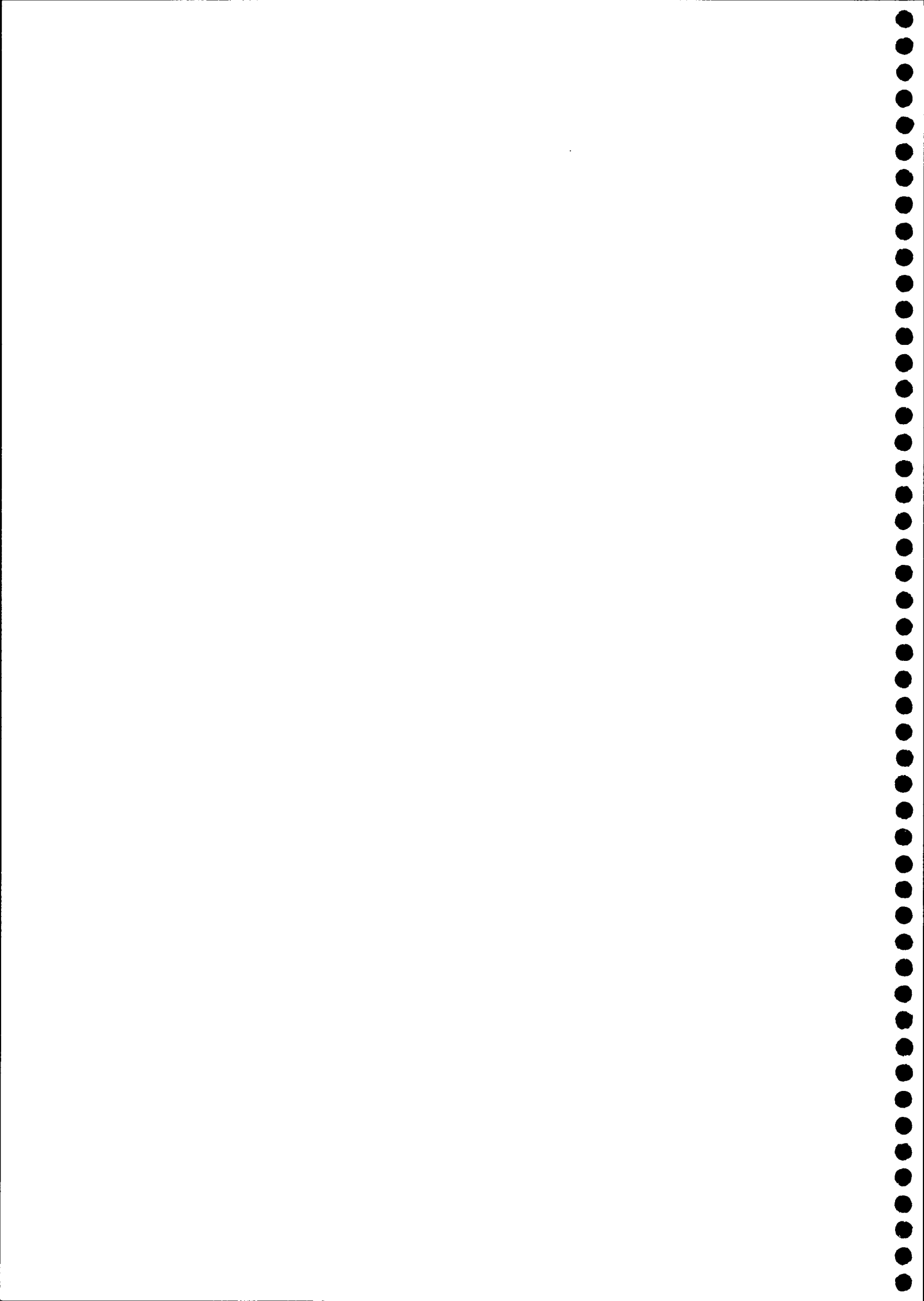
recursos do Empréstimo, prevista no artigo 8.01, "a", "i" das Normas Gerais, do Contrato de Empréstimo nº 3079-BR, não foi cumprida.

Desta forma, recomenda-se à Prefeitura Municipal de Florianópolis que dê celeridade ao processo de implantação do Sistema Informatizado de Controle Gerencial que contempla a prestação de contas ao BID e o acompanhamento da execução do Projeto, conforme estabelecido no artigo 8.01, "a", "i" das Normas Gerais, do Contrato de Empréstimo nº 3079-BR.

#### **4. RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA DO PERÍODO DE 2012 A 2014**

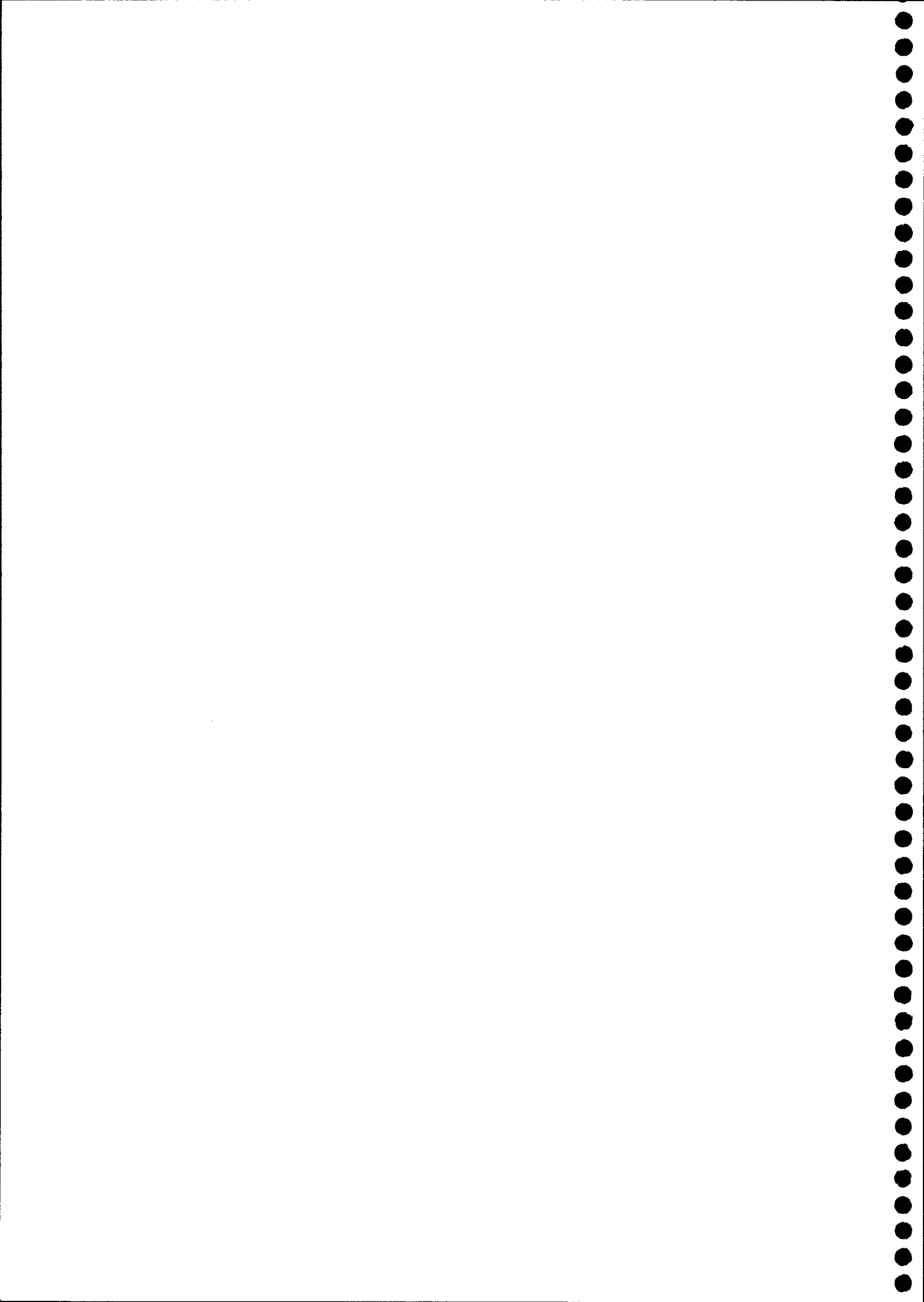
Em decorrência dos trabalhos da auditoria e com o propósito de contribuir com o executor do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis, recomenda-se as seguintes providências:

**4.1.** Dê celeridade ao processo de implantação do Sistema Informatizado de Controle Gerencial que contempla a prestação de contas ao BID e o acompanhamento da execução do Projeto, conforme estabelecido no artigo 8.01, "a", "i" das Normas Gerais, do Contrato de Empréstimo nº 3079-BR, item 3.2.1.1 deste Relatório.

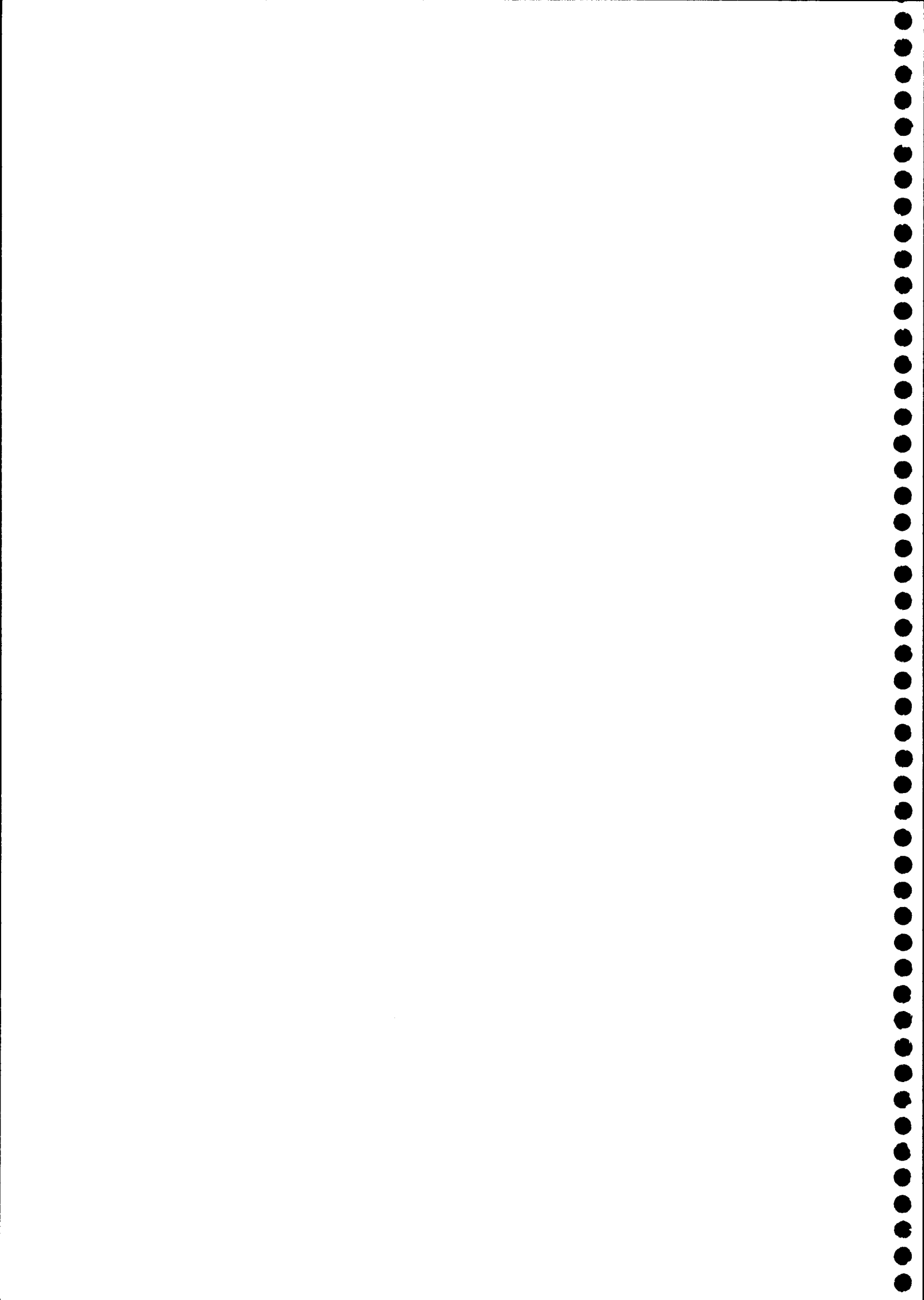


## GLOSSÁRIO DE TERMOS E EXPRESSÕES

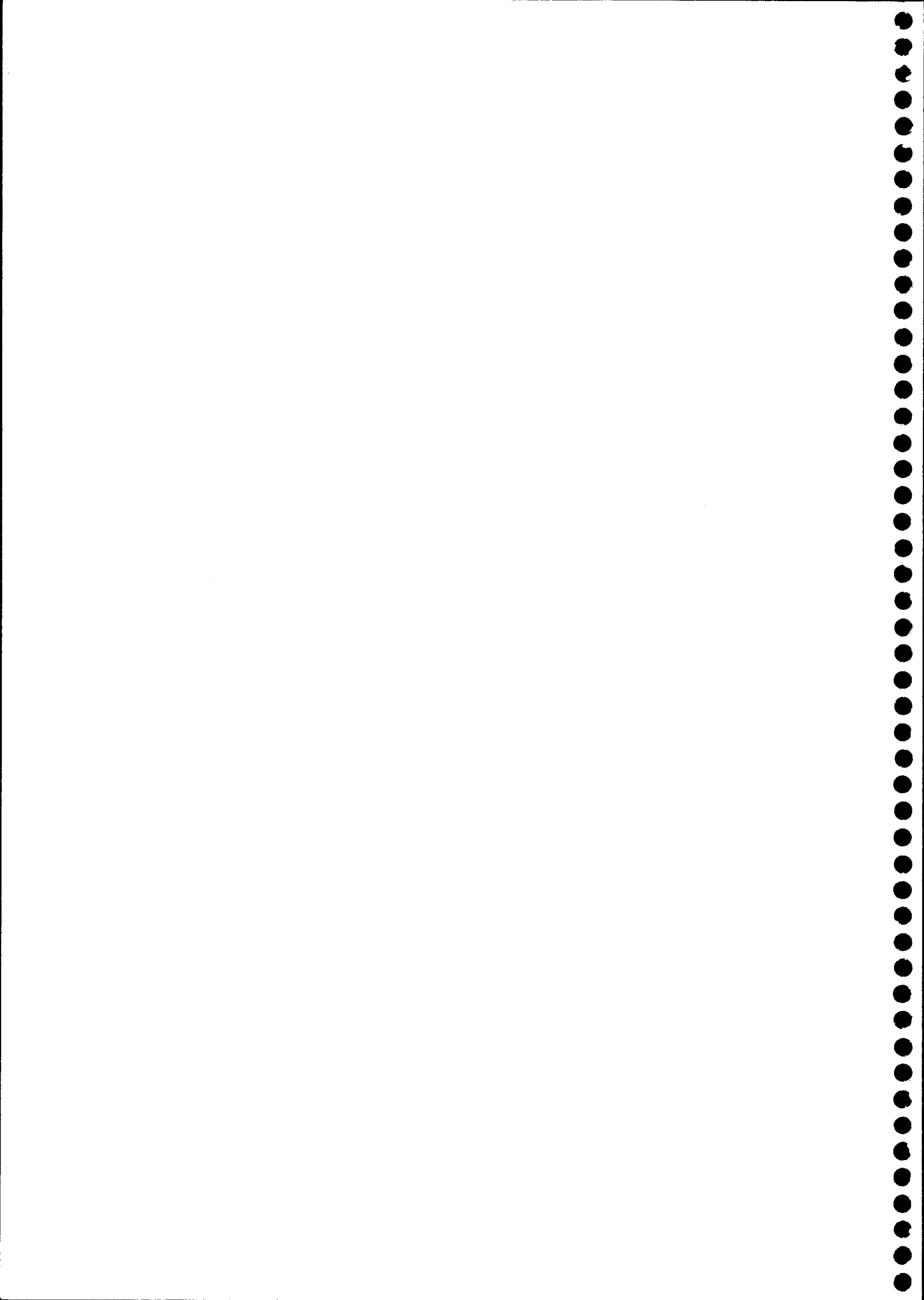
Banco	Designa o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
Componente/ Categoria de Inversão	Demonstra os investimentos realizados no Projeto, agrupando uma ou mais subcomponentes/ subcategorias afins.
Comissão de Crédito	Encargos financeiros sobre o saldo não desembolsado do Financiamento, em um percentual que será estabelecido pelo Banco periodicamente, cujo valor não poderá exceder de 0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento) ao ano.
Contratado	Empresa contratada pela prefeitura para o fornecimento de produto, obra ou serviço.
Contrapartida Local	Recursos que devem ser fornecidos pelo Mutuário (Município de Florianópolis).
Contrato	Designa o Contrato de Empréstimo.
Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo nº 3079/0C-BR OC-BR, que foi firmado em 14/07/14 entre o Município de Florianópolis e o BID, com aval da União, destinado ao financiamento do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Em Florianópolis.
Demonstrações Financeiras	Demonstrativos elaborados pelo Órgão Executor, visando evidenciar a situação financeira do Projeto em cada exercício, incluindo todos os recursos recebidos (origens) e todos os pagamentos efetuados (aplicações), sobre as quais a Auditoria emite opinião.
Disposições Especiais	Designa o conjunto de cláusulas que compõem a Primeira Parte Do Contrato de Empréstimo e que contém os elementos peculiares da operação.
Entidade	Município de Florianópolis
Empréstimo	Recursos que o BID desembolsa ao Município de Florianópolis e eleva a débito do Financiamento.
Executor	O mesmo que Órgão Executor.
Financiamento	Designa os recursos que o Banco convém em colocar à disposição do Mutuário para contribuir para a realização do Projeto.
Fraude e corrupção	Significa o(s) ato(s) definido(s) no Artigo 6.03 das Normas Gerais do Contrato
Juros	Encargo financeiro incidente sobre os valores do Empréstimo já liberados pelo BID.
Mutuário	A parte que celebrou o contrato de Empréstimo e que recebe os recursos (Município de Florianópolis).
Órgão Executor	Entidade encarregada de executar o Projeto (Secretaria Municipal de Educação do Município de Florianópolis, conforme Portaria Municipal nº 283/2014, que aprova o Regulamento Operativo do Projeto).

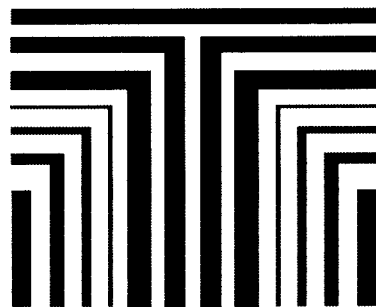


<i>Pari passu</i>	Participação do contratante nos investimentos, nas diversas categorias de inversão.
Perda/Ganho Cambial	Diferença entre os valores recebidos em dólares e convertidos em reais (contrato de câmbio) e a aplicação (despesa) dos valores em reais convertidos em dólar.
Projeto	O mesmo que Programa.



## APÊNDICE

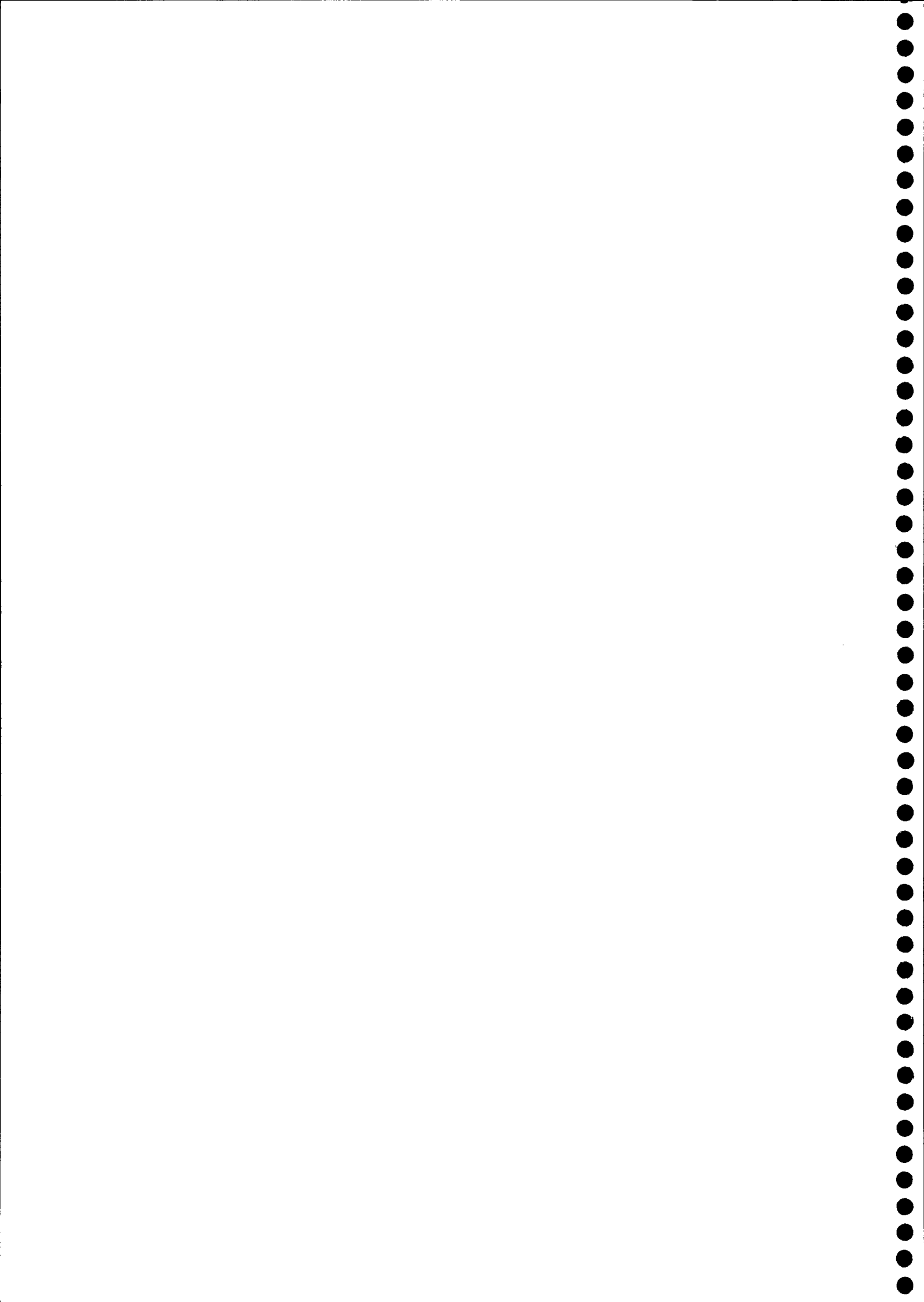




**TRIBUNAL  
DE CONTAS  
DE SANTA  
CATARINA**

# **LIQUIDAÇÃO DAS DESPESAS**

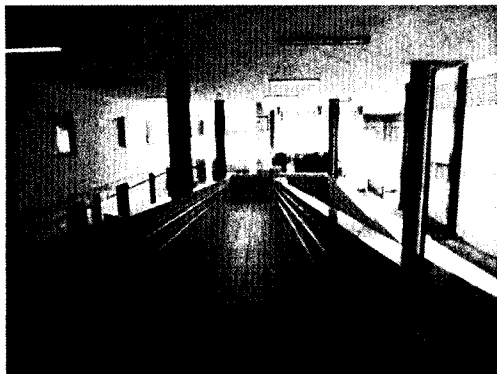
**PERÍODO DE 2012 A 2014**



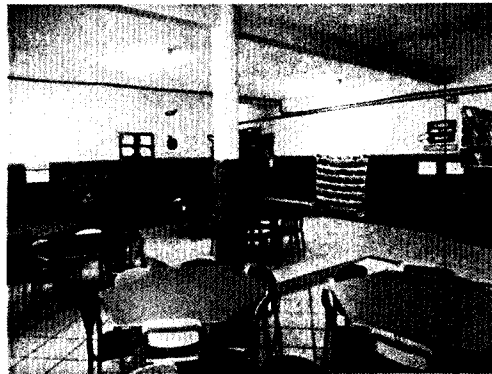
**Contrato nº 651/EDUC/2012**

**Objeto: Serviços de reforma na Escola Básica Municipal Celso Ramos**

**Quadro 1: Escola Básica Municipal Celso Ramos.**



**Foto DSCN0985:** Rampa de acesso ao piso superior, com instalação de corrimão duplo e reforma piso e paredes.



**Foto DSCN0986:** Hall do pavimento superior, com reforma do piso, paredes e instalações.



**Foto DSCN0991:** Banheiro, pavimento superior, com reforma do piso, paredes e instalações.



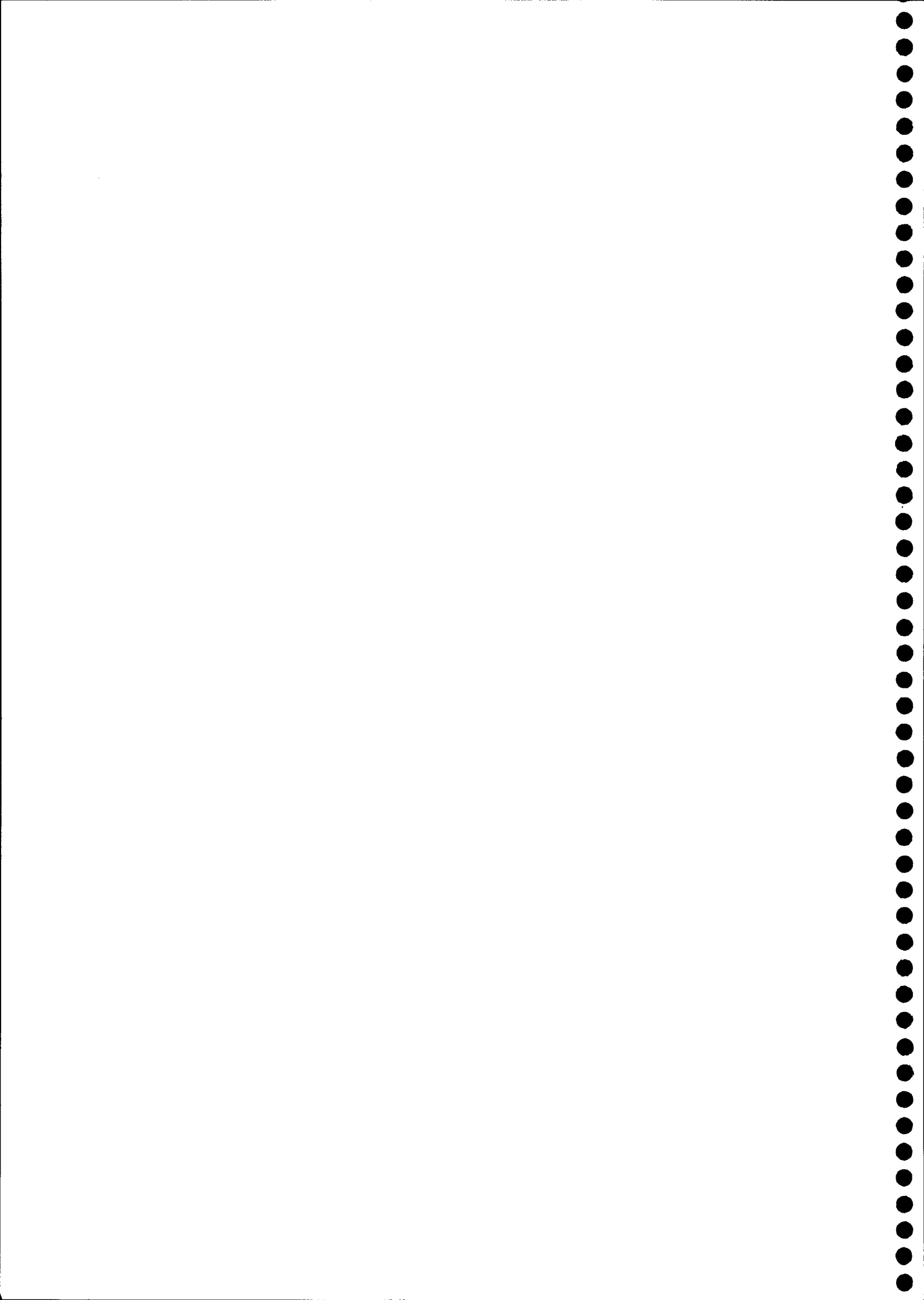
**Foto DSCN0995:** Biblioteca, pavimento superior, com reforma do piso, paredes, esquadrias e instalações.



**Foto DSCN1004:** Circulação, pavimento superior, com reforma do piso, paredes e instalações.



**Foto DSCN1005:** Banheiro, pavimento superior, com reforma do piso, paredes e instalações.



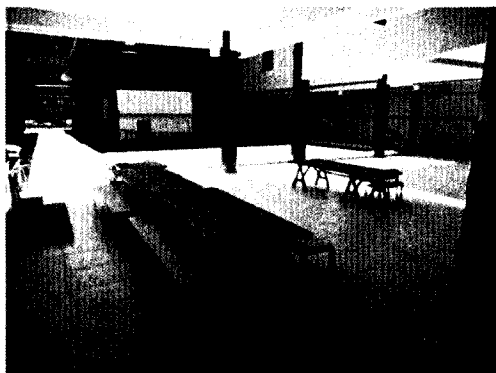


Foto DSCN1013: Pátio coberto, pavimento térreo, com reforma do piso, paredes e instalações.



Foto DSCN1014: Refeitório, pavimento térreo, com reforma do piso, paredes, esquadrias e instalações.

Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina

### Contrato nº 238/EDUC/2012

**Objeto:** Construção de creche na Avenida Jorge Lacerda/Avenida Governador Aderbal Ramos da Silva, com foco em critérios de sustentabilidade e eco-eficiência, onde se destacam as instalações a serem construídas: sistema de aquecimento solar de água; sistema de microgeração de fonte solar fotovoltaica e conexão a rede elétrica; sistema de aproveitamento de água da chuva; cobertura do pórtico de entrada/ área de trabalhos manuais em teto verde.

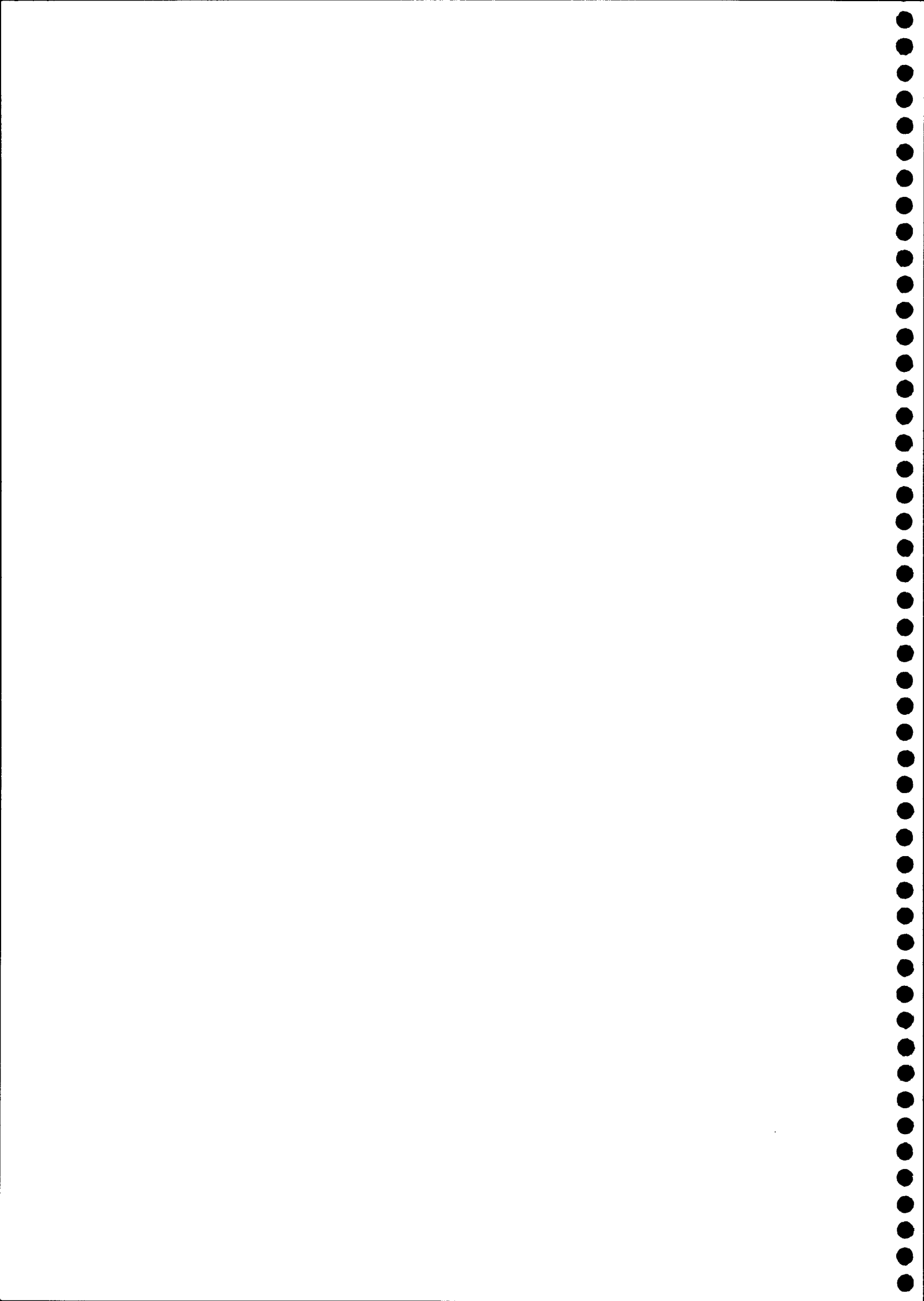
**Quadro 2:** Creche na Avenida Jorge Lacerda.



Foto DSCN1035: Vista da fachada leste, creche construída.



Foto DSCN1037: Pergolado em execução.



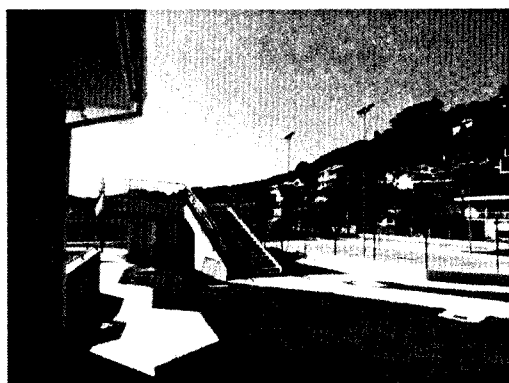


Foto DSCN1040: Vista da sala de trabalhos manuais, com teto verde.



Foto DSCN1046: Vista da fachada norte.



Foto DSCN1052: Vista da quadra poliesportiva e área de recreação.



Foto DSCN1056: Vista da fachada norte, solários com pergolado.



Foto DSCN1057: Canteiros para horta.

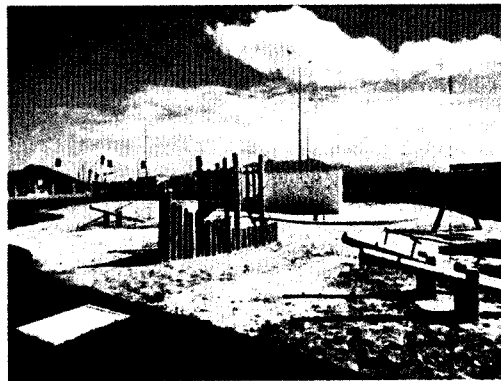


Foto DSCN1061: Área de recreação com chuveiros.

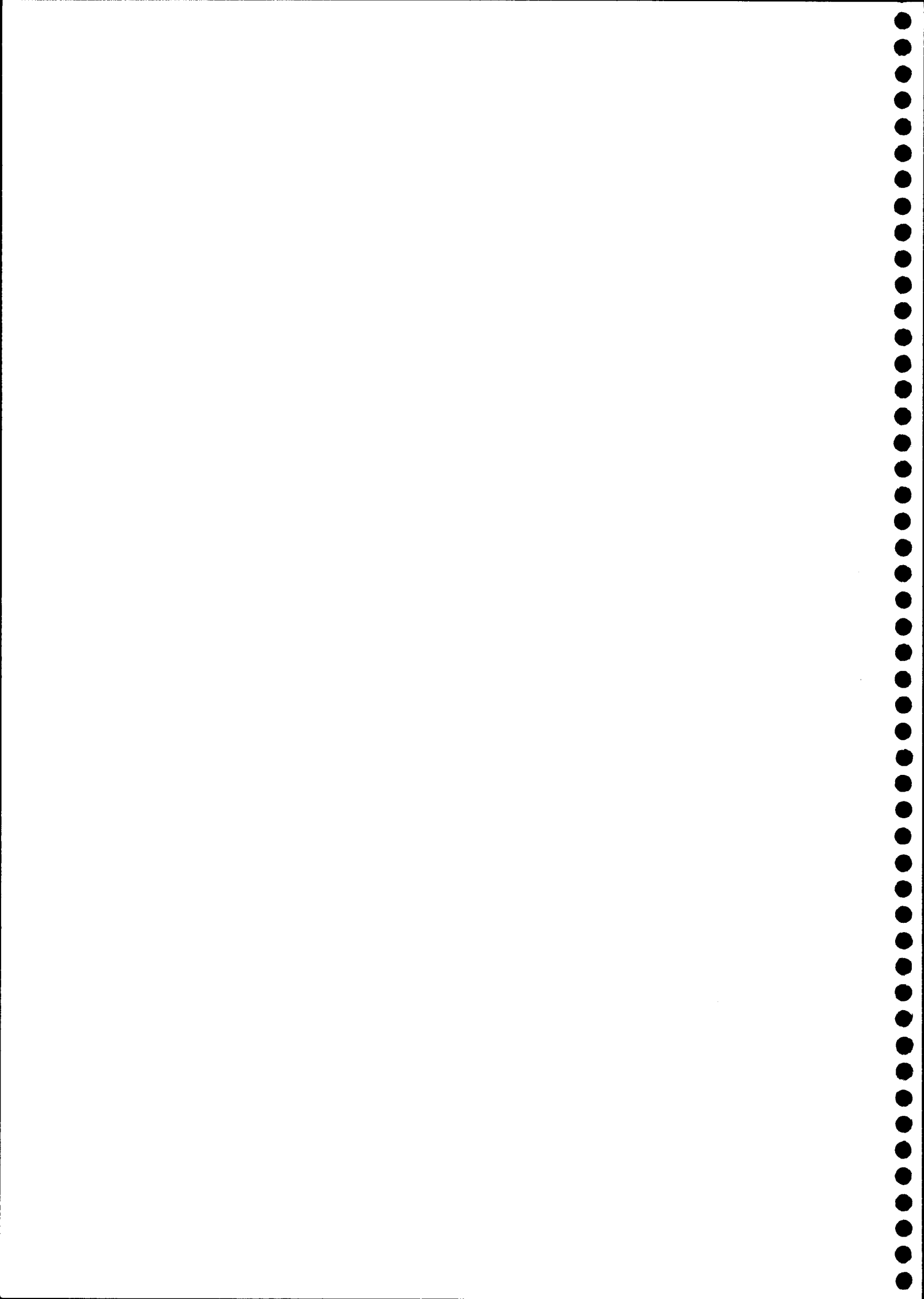




Foto DSCN1072: Sala de aula com mobiliário.

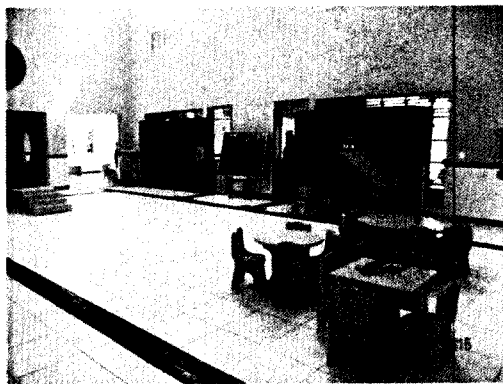


Foto DSCN1081: Pátio coberto com mobiliário.

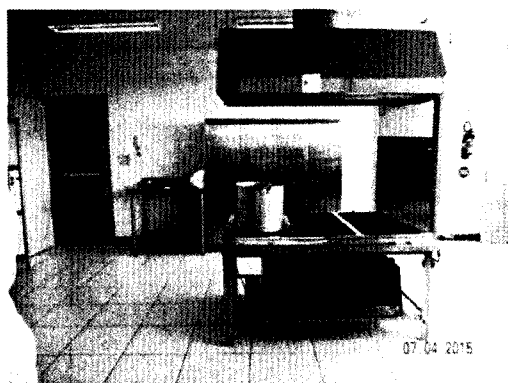


Foto DSCN1087: Cozinha equipada.



Foto DSCN1096: Lavanderia equipada.

### **Contrato nº 468/EDUC/2014**

**Objeto:** Construção da Escola Básica Osvaldo Machado, em Ponta das Canas.

**Quadro 05:** Construção da Escola Básica Osvaldo Machado



Foto DSCN1125: Construção de estrutura e alvenaria do bloco pátio e cozinha. Estaqueamento dos blocos administração/ artes/ biblioteca.

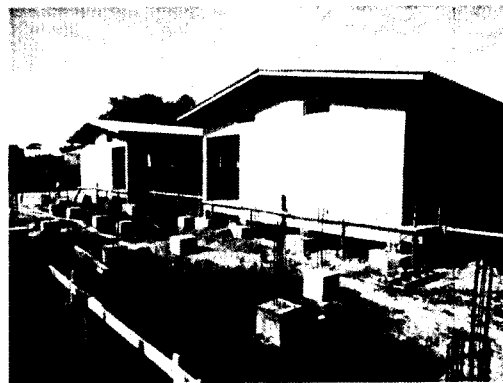
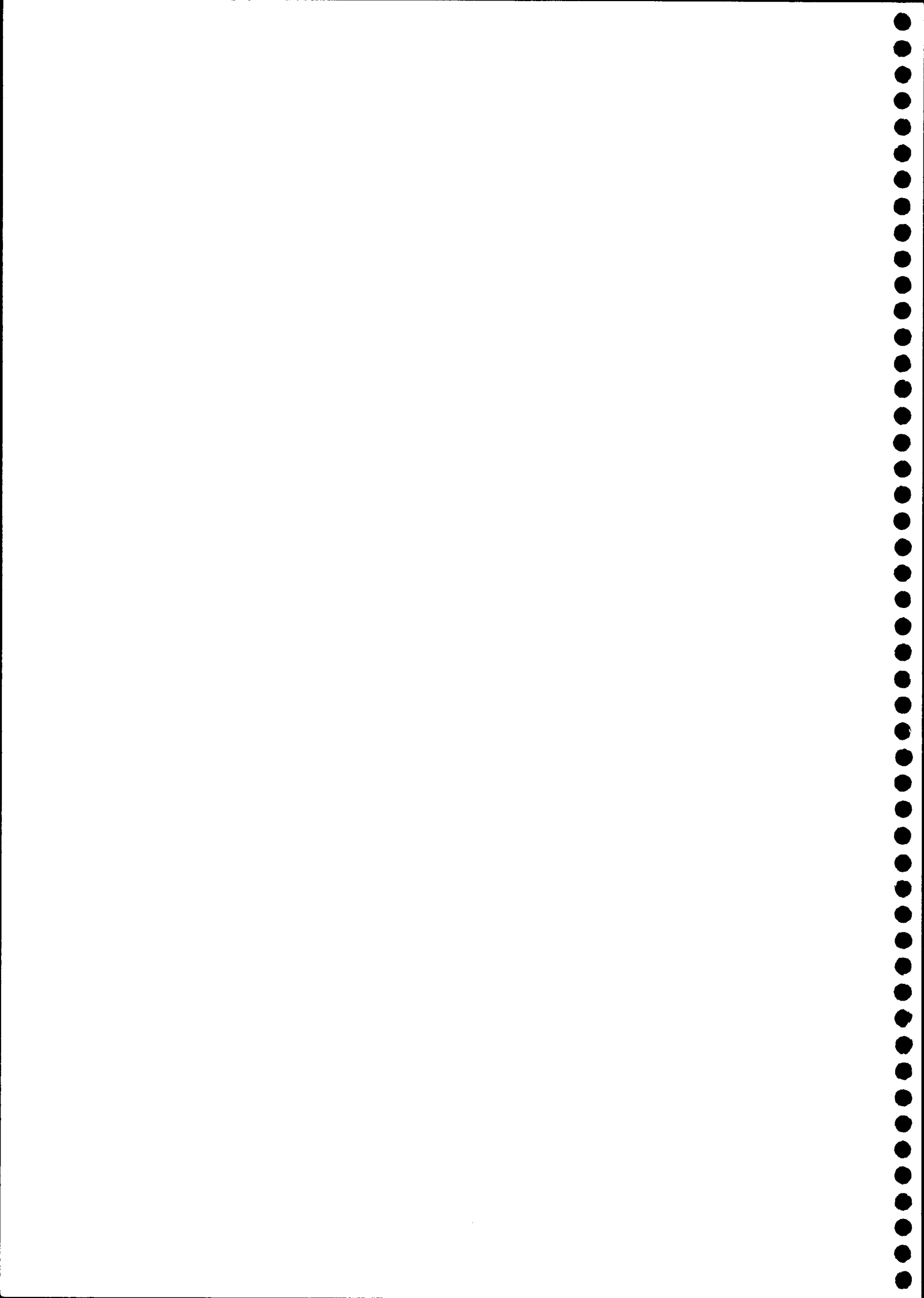
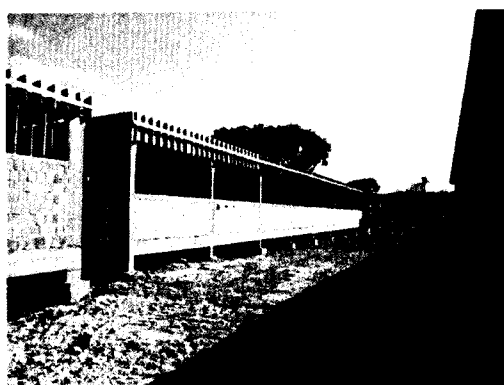


Foto DSCN1132: Construção dos blocos sala norte e sala centro.

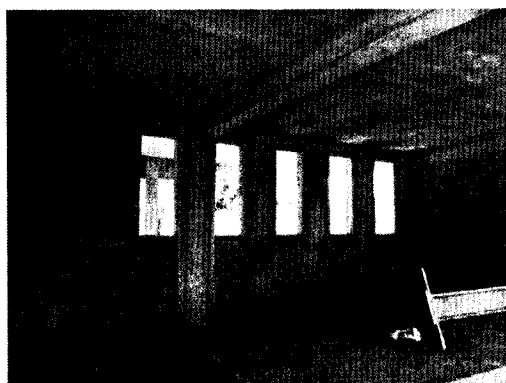




**Foto DSCN1142:** Construção de estrutura e alvenaria do bloco pátio e cozinha.



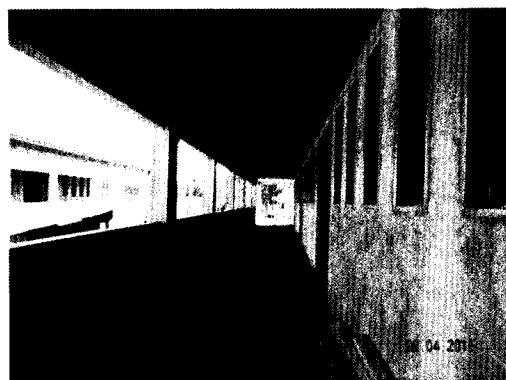
**Foto DSCN1159:** Construção do bloco sala sul.



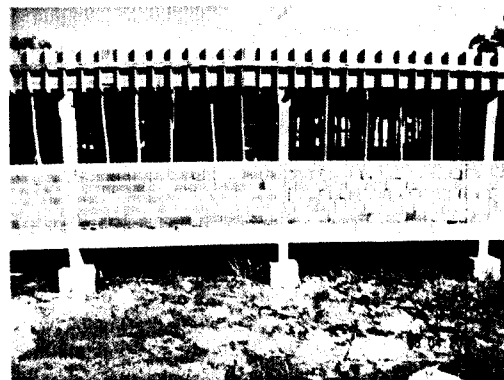
**Foto DSCN1145:** Sala de aula do bloco sala norte.



**Foto DSCN1147:** Sala de aula do bloco sala norte.

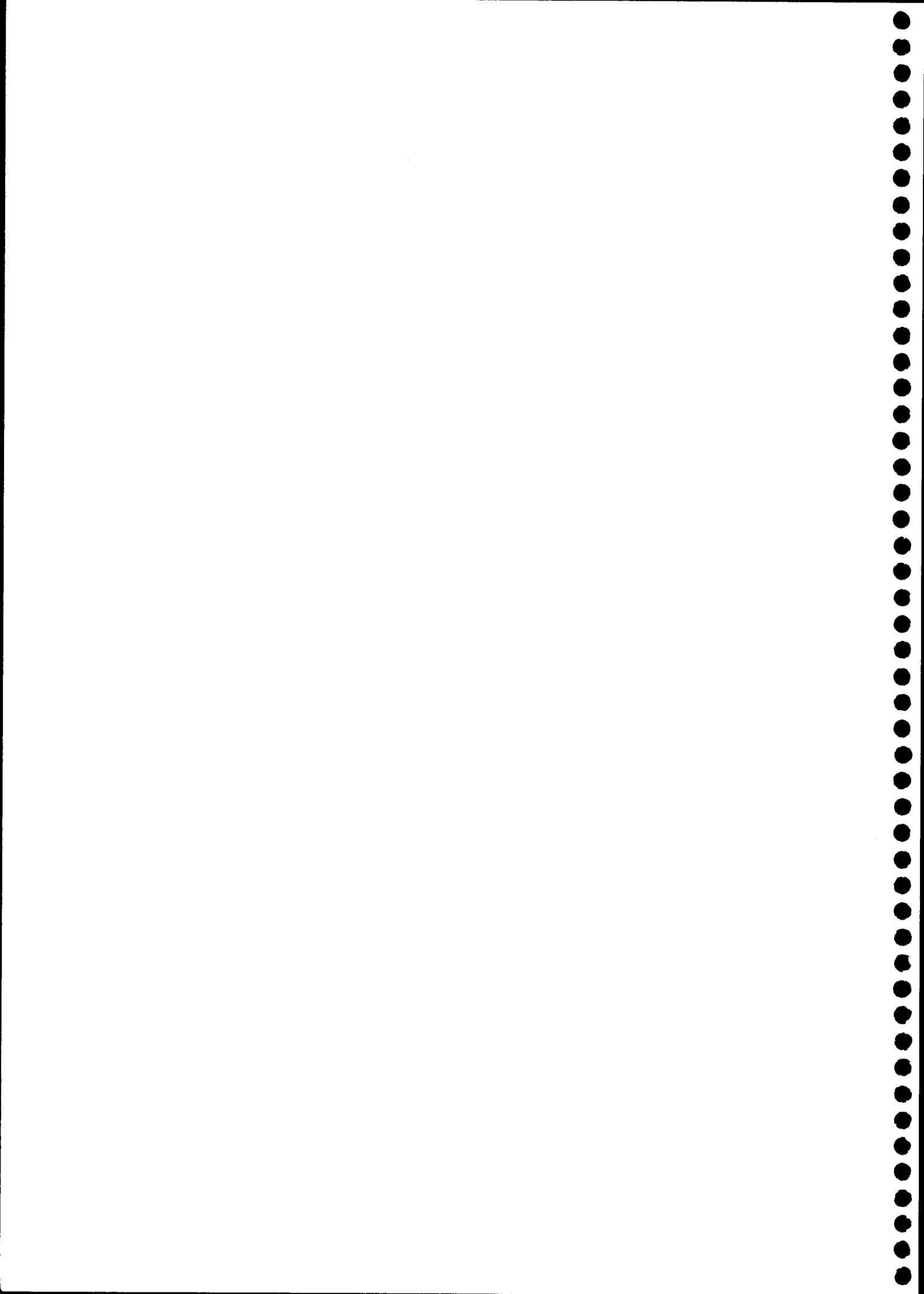


**Foto DSCN1149:** Circulação bloco sala norte.



**Foto DSCN1156:** Vista salas de aula bloco sul.

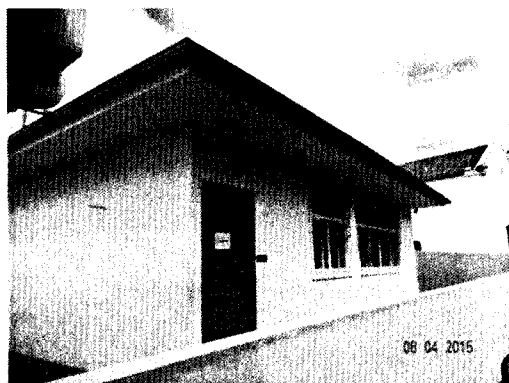
**Fonte:** Tribunal de Contas de Santa Catarina



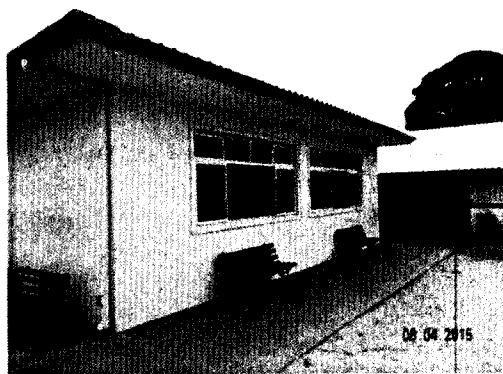
**Contrato nº 438/EDUC/2013**

**Objeto:** Construção de sala de aula na Escola Básica Municipal (EBM) Antônio Páschoal Apóstolo, no Rio Vermelho.

**Quadro 04:** Sala de aula na EBM Antônio Páschoal Apóstolo



**Foto DSCN1114:** Fachada frontal da sala de aula (oeste).



**Foto DSCN1117:** Fachada leste da sala de aula.



**Foto DSCN1118:** Interior da sala de aula.



**Foto DSCN1121:** Interior da sala de aula.

**Fonte:** Tribunal de Contas de Santa Catarina

